

REVISTA

PRELEÇÃO

Publicação Institucional da Polícia Militar do Espírito Santo

Assuntos de Segurança Pública

Vitória
ano VI - Nº 11 - Abril/2012

REVISTA PRELEÇÃO - Publicação Institucional da Polícia Militar do Espírito Santo
- Assuntos de Segurança Pública. Ano VI, n. 11, abril 2012. Vitória:
PMES/ DEIP. 2012.

ISSN 1981-3813

Semestral

1. Segurança Pública. 2. Generalidades/ Periódicos.
- I. Polícia Militar do Espírito Santo (PMES)
- II. Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa (DEIP).

Galeria de Ex-Comandantes



Ten Cel Archimínio M. de Mattos
período: 1923 a 1924



Sumário

Editorial.....	7
Artigos	9
Os 25 anos do Batalhão de Missões Especiais: uma estrutura de abordagem administrativa clássica, com a resposta de uma estrutura de abordagem contingencial Irio Doria Junior.....	11
Aumento do efetivo policial militar x diminuição da criminalidade em Guarapari, Espírito Santo Sandra Mara Zambon.....	23
O absenteísmo por dispensa médica e os prejuízos para gestão policial militar: um estudo de caso do 4º BPM Alexandre Cunha Stein / Antonio Marcos de Souza Reis.....	31
Operações Especiais Policiais Robertson Wesley Monteiro Pires.....	49
A dependência química e o trabalho desenvolvido pelo programa de reabilitação à saúde do toxicômano e alcoolista - PRESTA Edward Betzel.....	71
Catálogo de monografias Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) Turma 2011.....	83

Expediente

REVISTA PRELEÇÃO

Publicação Institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo
- Assuntos de Segurança Pública –
Criada pela Portaria do Comando Geral da PMES nº 440-R, de 15/03/2007
Registro ISSN 1981-3813. Ano VI, n. 11, abril 2012

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Cel PM Ronalt Willian de Oliveira
Vice-Presidente: Cel PM Dejanir Braz Pereira da Silva
Diretora Executiva: Ten Cel PM Josette Baptista
Redação: Maj PM Pablo Couto Ferreira
Circulação: Cap PM José Roberto da Silva Fahning
Revisão: Maj PM Januir Carlos Pinheiro da Silva
e Sd PM Glaucimere Pátero Coelho
Fotos: Cb PM Roberto de Souza Peixoto Duarte

MEMBROS:

Ten Cel PM Sonia do Carmo Grobério
Ten Cel PM José Wallace dos Santos Brandão
Ten Cel PM Marcio Celante Weolfel
Ten Cel PM Antonio Marcos de Souza Reis
Ten Cel PM Reginaldo Santos Silva
Cap PM Chandler Galvan Lube

REDAÇÃO:

Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa – Quartel do Comando Geral da PMES -
Av. Maruípe, 2.111 – Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP: 29.048-463
Tel/FAX: (27) 3636-8675
E-mail: revistaprelecao@pm.es.gov.br
Impressa no Brasil/ Printed in Brazil
Distribuída em todo território nacional
Tiragem: 2.000 exemplares

Editoração/ Impressão: DOSSI EDITORA GRÁFICA LTDA

Nota: Os artigos publicados expressam a opinião de seus autores e não necessariamente dos integrantes do Conselho Editorial da Revista Preleção.

Editorial

Todo processo evolutivo importa na presença de certas características que são imutáveis, quaisquer que sejam os tempos, as circunstâncias de mudança e os organismos. Com passar do tempo e a diversidade de circunstâncias, organismos são criados, renovados ou extintos.

A diferença básica entre renovação e extinção de qualquer organismo reside na capacidade de adaptação às novas realidades, fazendo com que os organismos mais longevos sejam aqueles que se adaptam de forma mais rápida e constante, estando em permanente movimento de evolução.

A Polícia Militar, em seus 177 anos de existência, sempre adaptou-se aos tempos e às circunstâncias em que viveu, sejam elas políticas, sociais ou econômicas; circunstâncias que vigoraram na sociedade e moldaram a instituição que conhecemos hoje; consolidada, diversificada e necessária.

Agora, o desafio que se coloca em nosso tempo e as atitudes que tomaremos diante das circunstâncias em que vivemos definirão o futuro da corporação, e dois pilares são fundamentais para prosseguirmos no êxito de evoluir: o homem e o conhecimento.

Os policiais militares, em seu sentido mais humano e com suas subjetividades, estarão sempre presentes na condução de qualquer trabalho, plano ou caminho que a instituição escolha seguir; definindo sucesso ou fracasso, vitória ou derrota. Afinal, vestindo a farda há um ser humano e desconsiderar este fator é conhecer a derrota certa; é conhecer a extinção.

O conhecimento sistematizado, reflexivo, profundo e além da mera crítica é fruto do trabalho de homens e mulheres interessados, apaixonados pelo que são e pelo que fazem, que colaboram de maneira decisiva para que este conhecimento nos leve a repensar nossos valores, técnicas e prioridades; e em última análise, nosso próprio futuro.

A Revista Preleção, em sua 11ª edição, segue seu caminho de busca da valorização do policial militar e da corporação através da difusão do conhecimento gerado, oriundo de muito trabalho, dedicação e ciência; conhecimento este exposto ao mundo de modo competente e corajoso.



Artigos



Os 25 anos do Batalhão de Missões Especiais: uma estrutura de abordagem administrativa clássica, com a resposta de uma estrutura de abordagem contingencial

Irio Doria Junior¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer uma análise da presença de uma estrutura de abordagem clássica, com nuances de uma estrutura de abordagem contingencial, no Batalhão de Missões Especiais (BME), da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) nos seus 25 anos de atuação completados em 03 de setembro de 2011. Após ser feito um breve histórico desta importante Unidade Policial, do seu surgimento à formatação atual, passando pela sua estrutura organizacional, no tocante às suas cinco subdivisões, o texto mostra similaridades entre peculiaridades dos operários de indústrias e características que devem ser desenvolvidas nos policiais do BME. É demonstrado que esta corporação também possui características de uma organização que aprende. Conclui que o BME necessita de adaptar-se ao ambiente, utilizando-se da abordagem administrativa contingencial, devido às incertezas ocorridas durante os turnos de serviço

Palavras-chave: Batalhão de Missões Especiais. Abordagem Administrativa Clássica. Líder. Abordagem Administrativa Contingencial. Organização que Aprende.

1 INTRODUÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO DO BME

O BME é uma Unidade Policial Militar cuja responsabilidade territorial é toda a extensão do Estado do Espírito Santo, além de ser empregado como tropa reserva do Comando Geral em operações que necessitem da utilização da tropa especializada da PMES. Na década de 80, mais precisamente em 03 de setembro de 1986, foi criado inicialmente através do Decreto n.º 2.335-N, um Pelotão de Choque vinculado ao 1º Batalhão,

1 - Irio Doria Junior é Capitão da Polícia Militar do Espírito Santo, servindo atualmente no 1º Batalhão, após 8 anos no BME, graduado no Curso de Formação de Oficiais da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo, Especialista em Políticas Sociais e em Segurança Pública, ambos pela Universidade Federal do Espírito (UFES) Santo, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na Universidade de Vila Velha (UVV) e cursando atualmente o curso de Ciências Econômicas também na UFES. Email: tendoria@gmail.com.

sendo este o marco histórico do início da atuação especializada da PMES. Tal pelotão teve na figura do então 1º Tenente Juarez Monteiro da Silva o seu primeiro comandante.

Depois disso, o Comando Geral da Polícia Militar (PM) percebendo a necessidade de manter uma tropa preparada para atuar em situações de alto risco e ocorrências complexas, aumentou a estrutura do Pelotão de Choque, elevando-o à categoria de Companhia de Polícia de Choque, ainda como subunidade do 1º Batalhão, conforme informações encontradas no site da Polícia Militar do Espírito Santo:

O comando da PMES, observando o volume e vulto de ocorrências complexas que exigiam uma tropa adestrada e preparada para atender tais ocorrências, criou, através do Decreto 2.335–N de 03 de setembro de 1986, a Companhia de Polícia de Choque, ainda vinculada ao 1º BPM. Ativada no dia 1º de janeiro de 1987, conforme BI nº 003 de janeiro de 1987(...) (ESPÍRITO SANTO, 2007).

Em 1989, a Companhia passou a ser uma Subunidade Independente e vinculada diretamente ao Comando de Polícia Ostensiva Metropolitana (CPOM). Finalmente, em 1998, a então Companhia de Choque, já com doutrina e relevantes serviços prestados à sociedade capixaba, deu origem ao Batalhão de Missões Especiais.

(...) com o crescimento populacional e o desenvolvimento geram crises e conflitos sociais com mais constância o Comando da Polícia Militar percebendo a necessidade de ter uma tropa mais especializada que outrora, criou o Batalhão de Missões Especiais através do Decreto nº 4.328 de 28 de agosto de 1998 (...) (ESPÍRITO SANTO, 2007).

2 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO BATALHÃO DE MISSÕES ESPECIAIS

Atualmente, o BME, possuindo um efetivo de aproximadamente 300 policiais, encontra-se estruturado da seguinte forma:

a. Companhia de Polícia de Choque (Cia P Choque) - a Companhia de Polícia de Choque, dentre muitas atribuições, é a subunidade responsável pela atuação direta nos presídios capixabas, no policiamento de eventos esportivos, shows e nas ocorrências de reintegração de posse e controle de distúrbios civis.

- b. Companhia de Operações com Cães (Cia Op Cães) - o adestramento dos cães da PMES permite que os mesmos sejam utilizados em diversas ocorrências, sobretudo: de busca e salvamento, e para a detecção de entorpecentes. A Companhia também apóia operacionalmente as demais companhias nas ocorrências com reféns e no policiamento a pé e motorizado realizado pelo BME, além de servir de apoio para a tropa da Cia P Choque.
- c. Companhia de Operações Especiais (COE) - a COE tem por responsabilidade, cuidar da segurança de dignitários, realizar busca e salvamento de pessoas perdidas, atuar em ocorrências com explosivos, além de participarem de operações com suporte aéreo, operações ribeirinhas e resgate de reféns localizados.
- d. Companhia de Operações Táticas Motorizadas (Cia Op Tat Mtz) - a Cia Op Tat Mtz realiza o patrulhamento tático móvel diário nos locais de maior incidência criminal, utilizando como ferramenta científica o “Mapa do Crime²”, cuidando também da escolta de presos, cargas e valores. Suas atribuições contemplam o apoio e reforço junto às outras companhias do BME, no tocante à localização e prisão de criminosos e no policiamento de shows, eventos e rebeliões em estabelecimentos penais.
- e. Pelotão de Comando e Serviço (PCS) - o PCS do BME tem como atribuições controlar o efetivo das praças pertencentes às seções administrativas, providenciar rotinas de controle de entrada e saída de pessoas da Unidade, sejam civis ou militares e apoiar as demais companhias, dentre outras missões.

No ano de 2012, o Sr. Tenente Coronel Alexandre Ofranti Ramalho, atual comandante do BME, diante da necessidade de adequar a Unidade às demandas conjunturais criminais, deu uma nova roupagem à divisão interna.

Esta formatação tem permitido que cada companhia do BME tenha a sua própria identidade, mas que, ao mesmo tempo, cada parte se complete no momento em que a necessidade do emprego policial conjugue

2 - O Mapa do Crime é uma ferramenta científica capaz de mapear locais, dias e horários em que acontecem crimes, o que possibilita gerar informações precisas sobre a incidência de ocorrências policiais, sendo tudo processado com alta tecnologia. O projeto teve início no Ciodes em janeiro de 2006 e garante o processamento de estatísticas geradas pela Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC), ligada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SESP).

Fonte: <http://www.governo.es.gov.br/site/noticias/show.aspx?noticiald=99679385>. Acesso em 15.05.2008

especializações distintas para a solução de ocorrências complexas. Um exemplo a se dar é a atuação do BME em ocorrências com reféns localizados, conforme a Doutrina de Gerenciamento de Crises, onde as 4 alternativas táticas³ são empregadas, utilizando-se efetivo de todas as companhias desta Unidade.

3 O BME SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM ADMINISTRATIVA CLÁSSICA

Observa-se então que, no desenvolvimento de suas ações o BME, utiliza de uma abordagem clássica no seu estilo de administração (ADM). Tal conceito foi desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915) em sua obra, **“Shop Management”** (Administração de Oficinas, 1903). Oliveira (2007), afirma que Taylor é o fundador da Administração Científica e, sendo este o desenvolvedor da Teoria da Abordagem Clássica, temos subsídios científicos que nos permitem traçar comparações e encontrar mostrar similaridades entre os operários de indústrias e as características que devem ser desenvolvidas nos policiais do BME, dentre elas:

- a. Os empregados devem ser cientificamente colocados em seus locais de trabalho, onde os materiais disponíveis e as condições desse trabalho sejam selecionados de forma científica, para que as normas organizacionais possam ser cumpridas. O BME é composto por Companhias, ou seja, subdivisões de um Batalhão ou Unidade da Polícia Militar. Tais companhias possuem uma área específica de atuação, com materiais e logística peculiares, que são colocados à disposição dos policiais que ali servem.
- b. Os empregados devem ser constantemente treinados para aperfeiçoar suas aptidões pessoais e, dessa forma, executar um serviço de modo que suas atribuições sejam cumpridas. Isso acontece no BME quando o mesmo busca e oferece cursos diferenciados e direcionados para que os policiais da PMES possam ser qualificados nas mais diversas áreas de atuação das Missões Especiais⁴. A instrução continuada coloca a tropa policial em um nível de adestramento que permite o emprego em todas as oportunidades em que for solicitada. As companhias do BME

3 - As alternativas táticas existentes na Doutrina de Gerenciamento de Crises são: a negociação, as técnicas não-letais, o tiro de comprometimento e invasão tática (DORIA JUNIOR e FANHING, 2007).

realizam pesquisa sobre melhores técnicas e táticas policiais, que são ministradas em tais cursos e instruções continuadas. Atualmente, o BME transcende as fronteiras do Estado do Espírito Santo, realizando um intercâmbio operacional, fornecendo doutrina policial ao sistema de segurança pública de outros estados da federação, devido à disponibilização de cursos às polícias coirmãs, presença na Força Nacional de Segurança Pública e ao ministrar cursos de especialização policial presenciais, fora de seu limite territorial.

- c. Taylor enfatiza que deve ser cultivada, entre a Administração e os trabalhadores, uma atmosfera de cooperação, para garantir a continuidade desse ambiente psicológico que possibilite a aplicação dos princípios mencionados. No caso do BME, uma companhia é formada por Pelotões, que são frações de tropa sob o comando de um tenente, que busca desenvolver o espírito de corpo do grupo, além de ser o elo de ligação entre a administração e o policial-militar. Esse comandante deve manter a coesão da equipe e motivá-la ao aperfeiçoamento técnico, tático e acadêmico, resultando num policial cada vez mais qualificado e pronto para dar uma resposta adequada nas ocorrências policiais. O tenente, antes de ser um chefe, deve ser um líder, pessoa em que a tropa policial deposita a confiança de que o mesmo tem conhecimento técnico e empatia do grupo, ao passo que, tal pessoa deve, ao mesmo tempo, conhecer o efetivo sob seu comando, com vias de promover a busca por ações profissionais, respaldadas pelo ordenamento jurídico vigente.

Levek e Malschitzky reforçam que um líder, neste caso o tenente comandante de pelotão, deve possuir as características acima mencionadas quando relatam que:

O primeiro elemento que é preciso levar em consideração é que o desempenho das atividades do líder depende do compartilhamento dos resultados com as pessoas que fazem parte de sua equipe de trabalho. É preciso um envolvimento com a equipe, no sentido de impulsionar os esforços em uma mesma direção, fazendo

4 - Missões Especiais são aquelas, dentre as missões de polícia, previstas na Constituição Federal Brasileira de 1988, que extrapolam a capacidade de atendimento do policiamento rotineiro executado por policiais motorizados, a bordo de viaturas denominadas rádio-patrolhas e das equipes que atuam à pé, com cavalos, motos ou em bicicletas. Caracteriza-se por ações direcionadas para ocorrências de alta complexidade com

com que todos possam atingir um mesmo objetivo. (...) O foco principal da liderança está em respeitar as pessoas, estimular o auto-gerenciamento, as equipes autônomas e as unidades empreendedoras. Os líderes pensam mais a longo prazo, percebem as inter-relações que fazem parte de realidades mais amplas, pensam em termos de renovação, têm habilidades políticas, provocam mudanças, afirmam valores e conseguem unidades. O líder deve ser antes de tudo um Gestor de Pessoas. (LEVEK e MALSCHITZKY, 2002, p.35 e 36)

Um tenente que serve no BME deve ser esse tipo de líder, pois será necessário em todo momento crítico e contingencial, conforme nos relata Barret (2000, p.148), sendo “alguém que abraça uma visão e corajosamente vai em busca dessa visão de tal modo que ela ressoe na alma das pessoas”. Essa visão é liderar os policiais do BME em todas as ocorrências que surgirem, sendo elas com as mais diferentes configurações que apresentarem.

4 O BME SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM ADMINISTRATIVA CONTINGENCIAL

Freeman e Stoner (1999, p.511) entendem a Abordagem Contingencial como sendo uma “Concepção de que a técnica gerencial que melhor contribui para o alcance dos objetivos organizacionais pode variar em diferentes tipos de situações ou circunstâncias”.

Já Pacheco Júnior (2004, p.10) descreve que:

Atualmente, com a abordagem contingencial (...) tem-se a noção de que não existe uma única e melhor forma de gerenciar os recursos de uma organização, nestes incluindo-se os recursos humanos, mas sim uma forma mais adequada a um determinado contexto. Logo, não se pode pensar que o ser humano seja somente o resultado de seu papel de trabalhador, como se fosse ele, em sua total formação, consequência das demandas organizacionais.

Segundo, Chiavenato (2007):

A Teoria da Contingência enfatiza o mais recente estudo integrado na teoria da ADM (...) A abordagem contingencial mesmo tendo

analisado outras escolas como a Teoria Clássica ou a Teoria de Sistemas, aceitou suas premissas básicas, mas adaptou-as a outros termos, pois, nela nada é absoluto ou universalmente aplicável. Tudo é composto de variáveis sejam situacionais, circunstanciais, ambientais, tecnológicas, econômicas; enfim diferem em diferentes graus de variação. De todas as Teorias ADM, a abordagem contingencial enfoca as organizações de dentro para fora colocando o ambiente como fator primordial na estrutura e no comportamento das organizações.

Apesar do Batalhão de Missões Especiais ser uma Unidade da Polícia Militar do Espírito Santo, que possui uma estrutura de abordagem administrativa clássica, corroborando com o que o mestre Chiavenato (2007) observa, o ambiente é um fator primordial na estrutura e no comportamento deste Batalhão.

Segundo Teixeira (2006, p.3):

Ambiente é tudo aquilo que envolve externamente uma organização (ou um sistema). É o contexto dentro do qual uma organização está inserida. Como a organização é um sistema aberto, ela mantém transações e intercâmbio com seu ambiente. Isto faz com que tudo o que ocorre externamente no ambiente passe a influenciar internamente o que ocorre na organização.

Incertezas podem acontecer nesse ambiente. O Termo “contingência” significa “qualidade do que é contingente; eventualidade; fato possível, mas incerto” (MICHAELIS, 2001, p.307). A esfera de atuação do BME, ou seja, seu ambiente, proporciona uma gama de oportunidades e recursos, ao passo que apresenta também ameaças ao próprio Batalhão, devido a essas contingências.

Pacheco Júnior (2004, p.15) enfatiza ainda que:

Uma das preocupações recorrentes às organizações é a questão do controle dos seus sistemas, entendendo-se que o controle seja um termo que designa um conjunto de atividades que visa o reconhecimento, avaliação e o domínio dos fatores e das condições ambientais que afetam a eficiência, a eficácia e a efetividade organizacionais. Logo, (...) a otimização funcional deve ser tratada considerando-se as contingências e os controles que possam diminuir as incertezas ambientais (...)

Como já foi demonstrado anteriormente por Freeman e Stoner (1999), Pacheco Júnior (2004) e Chiavenato (2007), a abordagem administrativa contingencial ressalta que não se atinge a eficácia organizacional quando se segue um único modelo organizacional. Não existe, então, uma única maneira de se organizar administrativamente e operacionalmente o BME, no sentido de alcançar os mais variados objetivos, dentro de um ambiente também altamente variado, pois ocorrências de diversas categorias acontecem nas distintas localidades do Espírito Santo, nos diversos horários e das mais diversas formas.

Outro fator importante é a metodologia de emprego policial, como uma importante variável do ambiente, formando-se uma dependência dos conceitos de oportunidades fora da organização, bem como dentro da organização. Isso interfere na atuação coerente dos policiais do BME, para obter e adaptar essa coesão com características externas do ambiente.

5 O BATALHÃO DE MISSÕES ESPECIAIS, UMA ORGANIZAÇÃO QUE APRENDE

O BME, por caminhar entre um modelo de abordagem administrativa clássica, com a necessidade de utilizar da abordagem administrativa contingencial, pode ser visto como uma organização que aprende, pois:

As organizações que aprendem são formadas por pessoas que expandem, continuamente, a sua capacidade de criar os resultados que desejam, onde se estimulam padrões de comportamento novos e abrangentes, a aspiração coletiva ganha liberdade, e as pessoas exercitam-se, continuamente, em aprender juntas. Essas organizações só podem ser construídas quando entendermos que o mundo não é feito de forças separadas e que, no mundo de hoje, a capacidade de aprender contínua e rapidamente é a única vantagem competitiva sustentável (ALTO e RICHE, 2001, p.37).

Observa-se que o Batalhão de Missões Especiais possui um corpo de policiais que buscam sempre aprender novas técnicas, como explicitado anteriormente neste artigo, pois, uma tropa especial deve cumprir três requisitos: treinar, operar e dar treinamento. Os treinamentos realizados pela tropa do BME e os seus cursos ministrados fazem do policial que lá serve, um ícone na Polícia Militar do Espírito Santo, pronto a atuar nas

mais árduas e diferentes missões. Isso confirma o que diz Drucker (apud BOLZANI JUNIOR, SOUZA e DO NASCIMENTO, 2002, p.5):

(...) para ser eficaz, o conhecimento deve ser especializado, o que implica dizer que os trabalhadores do conhecimento precisam ter acesso a uma organização – isto é, uma entidade coletiva capaz de congrega ampla diversidade de trabalhadores do conhecimento, e aplicar suas especialidades na obtenção de um produto final comum.

Fica claro que, foram quebradas as barreiras que impedem o BME de aprender, pois o mesmo não ficou parado no tempo e que, segundo Alto e Riche (2001, p.38), deve apresentar cinco disciplinas básicas:

•**Domínio Pessoal:** é a disciplina que possibilita continuamente esclarecer e aprofundar nossa visão pessoal, concentrar nossas energias, desenvolver a paciência e ver a realidade objetivamente. É o alicerce espiritual da organização que aprende. (...) A disciplina do domínio pessoal começa esclarecendo aquilo que nos é realmente importante, levando-nos a viver a serviço das nossas mais altas aspirações.

•**Modelos mentais:** muitas modificações administrativas não podem ser postas em prática por serem conflitantes com modelos mentais tácitos e poderosos. Eles incluem idéias arraigadas e paradigmas que interferem sobre as nossas atitudes, muitas vezes sem que tenhamos consciência disso.

•**Visão Compartilhada:** a empresa deve ter uma missão genuína para que as pessoas dêem o melhor de si e adotem uma visão compartilhada, na qual prevaleça o compromisso e o comprometimento em lugar da aceitação. Assim, os líderes aprendem que não há como querer ditar uma visão, acreditando que ela será assimilada automaticamente.

•**Aprendizagem em Equipe:** a unidade de aprendizagem moderna é o grupo e não o indivíduo. O diálogo facilita a aprendizagem em equipe e, quando esta produz resultados, seus integrantes crescem mais rápido e a organização também.

•**Pensamento Sistêmico:** esta é a quinta disciplina, a que integra todas as outras, o elo de ligação, fundindo-as em um corpo coerente de teoria e prática. O pensamento sistêmico ajuda-nos a enxergar as coisas como parte de um todo, não como peças isoladas, bem como criar e mudar a sua realidade.

6 CONCLUSÃO

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pela tropa do Batalhão de Missões Especiais nesses seus 25 anos de existência. Falta de equipamento para operação em ocorrências complexas, efetivo em número deficiente e com média de idade beirando os 35 anos, sede inadequada para acomodação de seus integrantes e que não permite os treinamentos continuados de forma desejável, atrapalham o aprestamento do homem de missões especiais. Mas antes de tudo, servir no BME é ser um lutador, é acreditar que os problemas serão solucionados e que, mesmo com a presença deles, a sociedade capixaba será bem atendida. Os policiais militares do BME tem se adequadado a essas dificuldades e tem obtido diversas vitórias diante delas.

Da mesma forma, o Batalhão de Missões Especiais, como Unidade Especializada da Polícia Militar do Espírito Santo, apesar de utilizar de uma abordagem administrativa clássica, tem se adequadado ao ambiente, comprovando na prática a presença de nuances da abordagem administrativa contingencial, devido às incertezas e fatos exógenos que surgem durante os turnos de serviço.

Saber lidar com essa eventualidade faz do BME uma Unidade de pronta resposta, preparada para atuar em várias ocorrências, nos mais diversos graus de complexidade, onde seus componentes estão aptos a cumprir a máxima do Batalhão: “Não pergunte do que somos capazes, dê-nos a missão”.

REFERÊNCIAS

ALTO, Ricardo Monte; RICHE, Georges Ayoub. **As Organizações que Aprendem, Segundo Peter Senge:** a quinta disciplina. In: Cadernos Discentes COPPEAD, Rio de Janeiro, n.9, 2001.

BARRET, Richard. **Libertando a alma da empresa.** São Paulo: Cultrix, 2000.

BOLZANI JUNIOR, G. M.; SOUZA, M. S. L.; DO NASCIMENTO, D. E. **De Administrador a Gestor do Conhecimento:** a Comunidade de Prática Desenvolvendo o Profissional, a Organização e a Comunidade. In: Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, Campo Largo, v.1, n.1, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Abordagem Contingencial da Administração (resumo)**. 2007. Disponível em: <http://resumos.netsaber.com.br/ver_resumo.php?c=2947>. Acesso em: 13 abr. 2007.

DORIA JUNIOR, Irio; FAHNING, José Roberto da Silva. Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Rede Nacional de Educação a Distância para a Segurança Pública. **Curso de Gerenciamento de Crises Policiais**. Brasília, 2007.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Polícia Militar do Espírito Santo. Unidades da Polícia Militar. Batalhão de Missões Especiais. **Histórico**. Vitória, 2007. Disponível em: <<http://www.pm.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 13 abr. 2007.

FREEMAN, R. Edward; STONER, James A. F. **Administração**. Do original Management. Tradução de Alves Calado. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LEVEK, Andrea Regina H. Cunha; MALSCHITZKY, Nancy. **Liderança**. In: Coleção Gestão Empresarial, n.5. Capital Humano/ Fae Business School. Curitiba, 2002.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Klick Editora, 2001.

OLIVEIRA, Cezar Augusto de. **Abordagem Clássica da Administração**. Disponível em<<http://www.professorcezar.adm.br/Textos/AbordagemClassicaAdministracao.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2007.

PACHECO JÚNIOR, Waldemar. **Abordagem Contingencial no Gerenciamento dos Recursos Humanos**. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

TEIXEIRA, João Carlos de Aquino. **Abordagem Contingencial da Administração**. 2006. Disponível em: <http://www.monografias-intelect.com.br/geral/gratis/Adm/abordagem_contingencia.doc>. Acesso em: 13 abr. 2007.



Aumento do efetivo policial militar x diminuição da criminalidade em Guarapari, Espírito Santo¹

Sandra Mara Zambon²

RESUMO

A criminalidade no Brasil sofreu uma escalada assustadora nas últimas décadas, tendo sido considerado o terceiro País mais violento da América Latina no ano de 2004 (FUNCHS, 2004, p.01). A desigualdade social, a fome, a desorganização dos espaços físicos e a densidade demográfica são alguns dos fatores que contribuem para este avanço da violência. O difícil controle da criminalidade tem implicações na sua característica multifatorial e políticas pouco resolutivas. O aumento da população e consequentemente de suas demandas sociais não é acompanhado pelas políticas públicas de desenvolvimento econômico e igualdade social. O Estado do Espírito Santo não apresentou uma característica melhor do que a realidade brasileira sendo considerado um dos Estados mais violentos do Brasil. Entre os anos de 1997 e 2006, a população capixaba não chegou a dobrar enquanto o número de homicídios aumentou mais de sete vezes. Este trabalho tem por objetivo avaliar se o aumento do efetivo policial militar influenciaria negativamente na criminalidade no quesito homicídios, tendo como referência de estudo o município de Guarapari, integrante da região metropolitana da Grande Vitória do Estado do Espírito Santo, no período de 2007 a 2010. Para tanto foi realizada pesquisa nos meios virtuais disponíveis bem como análise de documentações do 10º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. Os resultados variaram não tendo sido encontrado um padrão definitivo, sendo que da análise não foi encontrada relação direta entre o aumento do número de policiais e diminuição dos homicídios, nos fazendo refletir através de um passeio bibliográfico sobre suas causalidades e como deveria ser realizado o seu controle.

Palavras-chave: Criminalidade. Homicídios. Efetivo Policial. Guarapari.

1 - Artigo produzido no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS/2012.

2 - SubTenente da PMES, servindo atualmente na 10ª CIA Independente no município de Anchieta/ES. Graduada no Curso de Turismo pela FIPAG (Faculdade Integradas Padre Anchieta de Guarapari)

E-mail: rapsodi2004@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O professor do laboratório de ciências sociais da Universidade da Venezuela, Roberto Briceño-Léon, palestrou em uma reflexão sobre como a violência que afeta as cidades e limita o exercício da cidadania de todos. Relatou que na América Latina, o Brasil é o terceiro país mais violento (23 homicídios/100.000 habitantes), ficando atrás apenas da Colômbia e El Salvador, tendo como os três principais fatores a origem, o fomento e as facilidades, sendo que esse quadro caótico faz com que os moradores dessas localidades deixem de exercer suas cidadanias evitando sair em períodos noturnos, sendo cerceados do direito de ir e vir, não podendo visitar certas partes das cidades, tendo conseqüente diminuição das jornadas de trabalho e estudo e ausência do controle público em zonas sem proteção policial (FUNCHS, 2004, p.01).

A violência tem afetado a qualidade de vida de milhões de pessoas na América Latina, sendo a desigualdade social uma das principais causas.

A Organização Pan Americana de Saúde classifica a situação atual como uma “pandemia social do século vinte”, elevando os custos sociais e dificultando o desenvolvimento social, a consolidação da democracia e integração regional da América, de acordo com o artigo Crime and Violence in Latin America - (Wikipedia 2009).

No Brasil, a fome, a desigualdade e a exclusão social configuram alguns dos fatores condicionantes para o aumento da criminalidade. Leva-se em conta, também, a dimensão e continuidade destes fatores para construção de um quadro estrutural da violência no País, que culminam por provocar mudanças culturais, enfraquecendo ainda mais os valores importantes para convivência em sociedade e qualquer medida de controle deve conter a avaliação destes fatores para que seja efetiva (FEDELI, 2011, p.01).

A exacerbação da violência não é um fenômeno exclusivo dos países pobres ou em desenvolvimento. Lobo e Fernandes (2003, p.33) revelam que os níveis de furtos de certas metrópoles norte americanas estão mais elevados do que em cidades como São Paulo e Salvador.

Segundo Saporì (2011, p.11), o Brasil tem indicadores de criminalidade preocupantes e ainda não estabeleceu uma política clara de como enfrentar o problema. A sociedade brasileira inicia a segunda década do novo milênio com a problemática da insegurança pública persistente e como grave entrave à consolidação das instituições democráticas.

No Estado do Espírito Santo a realidade não é menos grave do que nas demais localidades brasileiras. Segundo Lira (2009), em seu trabalho

Vitimização no Brasil e no Espírito Santo, os capixabas sentem medo de serem vítimas de algum tipo de violência, sendo este medo maior quanto estão mais afastados de seus domicílios.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo fazer uma avaliação da criminalidade quanto ao quesito homicídio e se o aumento do efetivo policial tem a capacidade ou não de inibir o ato ilícito em questão.

2 DISCUSSÃO

A criminalidade, principalmente sua escalada acentuada nas últimas décadas, tem despertado a atenção e curiosidade de vários segmentos científicos, atraindo a atenção da opinião pública e, por conseguinte, o interesse dos governantes de todo o mundo.

As atividades realizadas apesar de serem insuficientes para capitação da plenitude das mudanças que se desejam, são fundamentais pontos de orientação dos processos de implantação, reformulação e consolidação das ações de prevenção de atos ilícitos, partindo do pressuposto que nos dão base para monitorar a situação de segurança da população, o trabalho de vigilância e os resultados das ações.

Segundo Becker (1968, p. 172), o comportamento criminal depende do risco de insucesso, ou seja, uma avaliação entre os benefícios do ato criminoso e as possíveis perdas por ele praticado. O autor salienta que qualquer indivíduo pode ser um criminoso em potencial e que o ato ilícito seria fruto de uma decisão racional através de uma avaliação custos / benefícios entre o ganho financeiro do ato e o risco do insucesso com suas consequências.

Então, seguindo esta linha de raciocínio, aumentar o número de policiais, alocando este contingenciamento em locais estratégicos, aumentaria o risco de insucesso causando um pender da “balança” risco / benefício, para o fracasso do intento ilícito e inibindo sua tentativa, sendo uma ação preventiva, principalmente.

Para que isso ocorra com êxito é necessário um planejamento estratégico de ações e não simplesmente o aumento do número de policiais, pois a criminalidade possui várias faces de construção sendo consequência de vários fatores.

Para Matus (1996, p. 27), o planejamento é um cálculo que deve anteceder e presidir toda ação para influenciar o futuro, e nunca predizê-lo, criando situação para que o futuro seja instituído, usando-se a criatividade

e aproveitando-se das possibilidades, que formos capazes de descobrir e idealizar. Assim, um bom planejamento é uma ação estratégica, e não uma suposição ou imaginação do destino. Planejando podemos influenciar o futuro, tendo a capacidade de reação rápida. Logo, a base fundamental para o desenvolvimento de um Planejamento Estratégico Situacional é o monitoramento constante da realidade e das decisões, com o objetivo de avaliar como evoluem os resultados produzidos e se são compatíveis com os resultados esperados.

Se associarmos os conceitos de Becker (1968), aos de Matus (1996) encontraremos a intenção de reduzir a criminalidade com a necessidade de um planejamento estratégico com visão em ações futuras, monitoradas e sendo corrigidas à medida que forem detectados desvios, na mesma velocidade que estes forem acontecendo e assim direcionando o futuro para uma linha prevista e não deixando que ele aconteça aleatoriamente e que nós sejamos passageiros passivos desta viagem temporal.

Coelho (2006, p. 01) descreve que o aumento da população e consequentemente de suas demandas sociais não são acompanhados pelas políticas públicas de desenvolvimento econômico e igualdade social e faz várias sugestões para o controle da criminalidade no âmbito das políticas públicas, tais como o aumento do policiamento ostensivo preventivo, aumento do número de postos policiais comunitários, aumento do efetivo das polícias militar e civil.

Este trabalho vem ao encontro da ideia básica de que o aumento do contingenciamento e sua utilização estratégica tenham um efeito inibitório da criminalidade, embora deixe claro que são medidas polivalentes necessitando a criação de uma rede intrincada entre vários seguimentos do poder público e suas diversas secretarias.

Ao contrário, Nóbrega (2010, p. 01) correlacionou efetivo policial com homicídios no nordeste do Brasil concluindo que não há relação entre eles, já que os resultados encontrados foram muito diversos: nenhuma relação, baixa relação ou relação inversa, embora os Estados nordestinos apresentassem comportamento parecido em relação às mortes por agressão.

A pesquisa de Nóbrega (2010) avalia os dados fazendo uma comparação simples entre efetivo e homicídios não tendo sido cruzado resultados com diferentes tipos de policiamento ou estratégias de vigilância, o que requereria um trabalho acadêmico muito mais elaborado e longo. Seria necessário seria um acompanhamento prospectivo de novas ações para termos uma conclusão mais apropriada, porém ele também nos

ressalta a ideia de que há necessidade de uma ação polivalente para controle da criminalidade, não bastando um aumento puro e simples do efetivo policial.

Os índices de criminalidade no Estado do Espírito Santo tiveram uma expressiva elevação nos últimos vinte anos, sendo que a taxa de homicídios se elevou de 16,4 em 1982, para 50,6 / 100.000 habitantes em 2005, representando um aumento de 161%, segundo o site <http://www.espiritosanto2025.com.br>.

Zanotelli et al. (2011) também observou esta elevação da taxa de homicídios no Estado do Espírito Santo. Os autores fazem uma comparação com o número de homicídios no ano de 1979 (256 homicídios para uma população de 1,84 milhão de habitantes) com o ano de 2006 (1.857 homicídios para 3,4 milhões de habitantes). Observam que a população neste período não chegou a dobrar, mas os homicídios aumentaram em sete vezes.

Um questionamento importante a ser debatido é se o escalar da violência poderia ser inibido somente pelo aumento do efetivo policial. Para respondermos tal dúvida realizamos uma avaliação de relação direta entre número absoluto de homicídios e o efetivo policial militar de Guarapari, Município pertencente à região metropolitana da Grande Vitória do Estado do Espírito Santo, que apresentou os seguintes valores para o ano de 2010, segundo informações de Circulares Internas (CI) do 10º BPMES, descritos na tabela abaixo.

MÊS	Nº de Homicídios	Efetivo Policial	Relação Homicídio / Efetivo
Janeiro	4	247	0,016
Fevereiro	9	246	0,036
Março	10	162	0,061
Abril	4	163	0,024
Maio	5	162	0,030
Junho	2	188	0,011
Julho	1	189	0,005
Agosto	7	182	0,038
Setembro	2	182	0,010
Outubro	7	179	0,039
Novembro	5	173	0,026
Dezembro	5	181	0,027

Fonte: Circulares Internas 10º BPMES (2010).

Usando-se os dados das CI do 10º BPMES, podemos correlacionar a média de efetivo policial militar com o número de homicídios ocorridos em Guarapari nos últimos anos como descrito abaixo.

ANO	Média anual do efetivo	Nº de Homicídios
2007	206,83	60
2008	228,16	73
2009	256,33	62
2010	187,83	64

Fonte: Circulares Internas 10º BPMES, (2007, 2008, 2009 e 2010).

Ao avaliarmos a variação dos homicídios ocorridos no município de Guarapari em relação ao efetivo policial militar do Município em questão, notamos pouca ou nenhuma relação inversa e em alguns casos uma relação direta, ou seja, quanto maior o contingenciamento, maior o número absoluto de homicídios ocorridos.

Este fato nos força a refletirmos sobre os resultados encontrados. Será que o policiamento não tem influência sobre os índices de criminalidade? Qual ou quais fatores estariam implicados nestes resultados? Quais seriam os atores principais e seus papéis no controle da criminalidade? Existe alguma forma de associar o maior policiamento à redução da criminalidade?

3 METODOLOGIA

Para a confecção deste trabalho foi realizada revisão bibliográfica com análise metódica e ampla das publicações correntes sobre a criminalidade e coleta de dados nos arquivos Estaduais e na documentação do 10º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (10º BPMES).

Através das publicações e avaliação dos dados obtidos pôde-se então verificar se o aumento do efetivo policial militar seria ou não uma forma eficiente de controle e prevenção da criminalidade, em seu quesito homicídios.

4 CONCLUSÃO

Ao avaliarmos os resultados encontrados no Município de Guarapari e a literatura pesquisada nos deparamos com a multiplicidade fatorial da

criminalidade e como ela vem sendo foco errado de avaliações precipitadas e por vezes mal intencionadas.

Ao confrontarmos o número de efetivo policial militar com o número absoluto de homicídios ocorridos em Guarapari, não encontramos relação diretamente inversa, demonstrando que a avaliação simples da criminalidade pode nos induzir a um erro de interpretação fazendo-nos afirmar que não existe relação entre efetivo policial e redução da criminalidade.

A criminalidade tem vários fatores desencadeantes, mantenedores e agravantes e, tentar resolvê-la agindo em apenas uma das suas faces tem grande chance de insucesso. A exemplo disto Coulon (1995) já nos alertava que a desorganização física e social das comunidades teria como consequência a ineficiência das estruturas comunitárias, gerando um enfraquecimento do controle social que por sua vez favoreceria o surgimento da criminalidade.

O simples aumento do efetivo policial tem se mostrado ineficiente. Sua locação em locais estratégicos parece ser uma alternativa, mas pode ocorrer um processo de migração da criminalidade para outro setor, resolvendo o problema somente nas áreas onde haja policiamento. É necessária a implantação de uma política multifatorial com associação de vários setores do poder público (segurança, ação social, educação, saúde, entre outros) e das sociedades organizadas, com devido financiamento e avaliação independente e imparcial para adequado controle da criminalidade, não deixando esta ação só a cargo da polícia ou transferindo de forma irresponsável para a comunidade o seu culpar.

REFERÊNCIAS

BECKER, G. S. **Crime and punishment: an economic approach**. The journal of political economy, Chicago, v. 76, n. 2, p. 169 – 217, 1968.

COELHO, E.M. **Controle da criminalidade: alternativas aos movimentos punitivistas**. Jus navigandi, Teresina, PI. ano 11, n. 979, 7 mar. 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8059>>. Acesso em: 22 out. 2011.

COULON, A. **A Escola de Chicago**. Campinas, SP: Papirus editora, 1995. **Crime e violência na América Latina**. Wikipédia, Julio 2009. Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&langpair=en%7Cpt&u=http://en.wikipedia.org/wiki/Crime_and_violence_in_Latin_America>. Acesso em: 16 de out. 2011.

FEDELI, M. **A violência e a criminalidade no Brasil**. Montford Associação Cultural. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=politica&artigo=violencia_criminalidade&lang=bra>. Acesso em: 16 de out. 2011.

FUCHS, A. **Palestra aborda a violência na América latina**: Fiocruz. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/~ccs/arquivosite/novidades/set04/violencia_afu.htm>. Acesso em: 16 de out. 2011.

LIRA,P.; SAMPAIO, A. P. S. **Vitimação no Brasil e Espírito Santo: PNAD 2009**. Instituto Jones dos Santos Neves, texto para discussão, 22, Vitória. ES, 2011.

LOBO, L. F; FERNANDEZ, J. C. **A criminalidade na região metropolitana de Salvador**. Anais, XXXI encontro nacional de economia, Porto Seguro, Bahia, 2003.

MATUS, C. **Adeus, senhor presidente**: governantes governados. São Paulo: FUNDAP. 1996.

NÓBREGA, J. M. **Efetivo das Polícias e a relação com os homicídios do Nordeste**. Disponível em: <[HTTP://www.institutomauriciodenassau.com.br/blog/efetivo-das-policias-e-arelacao-com-oshomicidios-no-nord-este/#more-3492](http://www.institutomauriciodenassau.com.br/blog/efetivo-das-policias-e-arelacao-com-oshomicidios-no-nord-este/#more-3492)>. Acesso em: 28 de out. 2011.

Redução da violência e criminalidade. Disponível em: <http://www.espiritosanto2025.com.br/novo/3_2_3.htm>. Acessado em 30 de out. 2011.

SAPORI, L, F. **A segurança pública no Brasil**. Em Debate, Belo Horizonte, MG, v.3, n.1, p. 11-15, jan. 2011.

ZANOTELLI, C. L. et al. **Atlas da Criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume editora, 2011. cap. 2, p. 80.

O absenteísmo por dispensa médica e os prejuízos para gestão policial militar: um estudo de caso do 4º BPM

Alexandre Cunha Stein¹
Antonio Marcos de Souza Reis²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo do fenômeno absenteísmo, suas características e especificidades, observados a partir das dispensas médicas concedidas aos policiais militares lotados no 4º Batalhão de Polícia Militar do Espírito Santo, sediado no Município de Vila Velha, durante o ano de 2010. O estudo fundamenta-se teoricamente na psicopatologia do trabalho, desenvolvida por Dejours (1994) e colaboradores, bem como na abordagem metafórica mecanicista de Morgan (2006), que trata das consequências à saúde do trabalhador em vista da mecanização do homem, quando da execução de seu trabalho na organização. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, realizada através da coleta de dados junto ao banco de dados da Junta Militar de Saúde (JMS) da Diretoria de Saúde da PMES, além de consultas junto à Seção de Recursos Humanos do 4º BPM e da Diretoria de Pessoal da PMES. Os resultados apontam que, no universo de quinhentos e dois policiais militares integrantes do 4º BPM em 2010, mais de trezentos destes se afastaram totalmente do serviço por motivo de doença ou acidente no trabalho, resultando em um total de oitocentos e oitenta e três dispensas médicas homologadas pela Junta Militar de Saúde, os quais representaram mais de cinco mil dias de licença. A análise dos dados indica que em relação ao quesito sexo, há certo equilíbrio entre o número de dispensas médicas apresentadas pelo efetivo feminino e o efetivo masculino; sobre a faixa etária, observa-se um ligeiro aumento no número de dispensas médicas nos policiais militares mais jovens e, a partir dos quarenta anos de idade, há um crescimento vertiginoso no número de dispensas médicas; as possíveis e principais causas de afastamento do trabalho apontadas foram o desgaste físico e mental do serviço noturno, o rigor das escalas de serviço operacional (em vista das folgas reduzidas, da irregularidade alimentar e de descanso) e o stress, advindo do conjunto; o serviço operacional foi o mais atingido, principalmente o serviço de rádio patrulhamento e, especificamente, as

1 - Cap da PMES. Especialista em Segurança Pública (UVV). Especialista em Direito Público (UCAM).

2 - Ten Cel da PMES. Mestre em Administração (UFES). Especialista em Segurança Pública (UFES).

E-mail: souza.reis@pm.es.gov.br

rádio-ocorrências (RO). Ao final sugerem-se medidas preventivas, tais como a atividade de educação física obrigatória a todos os integrantes da Polícia Militar, com prévio acompanhamento médico preventivo; a construção ou recuperação de espaços adequados às práticas esportivas no âmbito da Corporação; o acompanhamento da evolução da saúde do policial militar enfermo por equipes multidisciplinares de saúde localizadas nas unidades operacionais.

Palavras-chave: Absenteísmo. Dispensa Médica. Gestão Policial Militar. Saúde Ocupacional.

1 INTRODUÇÃO

Vários conceitos existem na literatura para o termo absenteísmo. Segundo Quick e Lapertosa (apud CARNEIRO, 2005, p. 16), “[...] o termo teve origem da palavra ‘absentismo’, a qual era aplicada aos proprietários rurais que abandonavam suas terras para viverem nas cidades. Durante a Revolução Industrial o termo passou a designar os trabalhadores que faltavam ao serviço”.

De acordo com os diversos autores que tratam do assunto, há dois posicionamentos mais relevantes, o primeiro, que interpreta o absenteísmo de uma forma mais ampla, e o considera todo o afastamento do trabalho, inclusive o previsto na legislação vigente e garantidor do convívio familiar e da qualidade de vida do trabalhador, como a licença maternidade, as férias, incluindo os atrasos ao serviço (RIBEIRO, 2005).

Uma segunda corrente que considera absenteísmo apenas o afastamento do trabalho, decorrente de doenças ou acidente do trabalho (FAVA, 2011). Este trabalho concentra-se sob a ótica desta posição.

Os indivíduos que fazem parte das organizações passam grande parte de suas vidas envoltos nas atividades profissionais, enfrentando os diversos problemas que advêm do ambiente de trabalho. No contexto policial militar há agravantes, como a tensão e o perigo do exercício da profissão, os aspectos criminais do local onde trabalha, a extenuação provocada pelo serviço noturno, o contato constante com o público em condições adversas, tudo isso, alicerçado num regime de disciplina e vigilância constantes, elementos que no decorrer do tempo fragilizam a sua saúde.

É em relação a esse conjunto de fatores que nasce a preocupação com o absenteísmo, considerando que a atividade desempenhada pelo policial militar é estressante, de natureza perigosa, e que ao longo do tempo acarreta prejuízos à saúde desse trabalhador (CARNEIRO, 2005).

O absenteísmo excessivo constitui uma perda considerável para a empresa, mesmo quando o empregado ausente não recebe o pagamento. As escalas de trabalho ficam desorganizadas e atrasadas, e a confusão resultante leva a transferências apressadas, ao tempo extra de trabalho e mesmo a possibilidade de não satisfazer as datas de entrega, bem como penalizam os que comparecem ao trabalho. Quando o pagamento durante doenças é autorizado, os custos montam ainda mais rapidamente (FLIPPO, apud CARNEIRO, 2005).

Neste cenário, analisamos o absenteísmo no Quarto Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo, que é uma Unidade Operacional, subordinada ao Comando de Policiamento Ostensivo Metropolitano (CPOM) e tem suas ações administradas sob o comando de um Tenente Coronel PM, do Quadro de Oficiais Combatentes (QOC) e são dirigidas a oferecer policiamento ostensivo e preventivo em todos os bairros do Município de Vila Velha, através da prestação dos serviços de Policiamento Ostensivo (P.O.) a pé, P.O. de bicicletas (ciclopatrolha), P.O. de motos (motopatrolha), policiamento escolar, rondas comunitárias, e o serviço de rádio-patrolha ou rádio-ocorrência, o qual consiste em veículos com cofre devidamente caracterizados.

O Município de Vila Velha é um dos sete municípios que compõem a Região Metropolitana de Vitória (RMGV). Apesar dos indicadores de desenvolvimento humano da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), figurarem entre os mais altos do Brasil, contraditoriamente os dados relativos à violência na citada Região apresentam-se como um dos mais elevados do país.

Mattos (2003, p.261) argumenta que a pesquisa do IPEA

[...] demonstra que, na classificação dos 23 municípios brasileiros mais violentos, encontra-se três municípios da RMGV, a Serra, como a cidade mais violenta do país; Cariacica, a terceira mais violenta; Vitória, a segunda Capital mais violenta e a décima sexta cidade mais violenta. E no ranking dos 23 municípios menos violentos a RMGV não teve nenhum classificado. Para completar o cenário devastador, a RMGV aparece como a mais violenta do país.

A Região Metropolitana da Grande Vitória destaca-se por aspectos criminais negativos, em virtude do alto índice de homicídios registrados. Destaque para os municípios de Serra e Cariacica, os quais despontam, respectivamente, em primeiro e segundo lugar. Insere-se neste contexto o Município de Vila Velha, marcado pela violência, principalmente na periferia.

Afirma o mesmo autor que no Brasil

[...] a miséria aliada à urbanização desordenada, que se deve à quase total e absoluta ausência, anuência e/ou incompetência do Estado, contribui para o aumento da violência urbana, evidenciada, por um lado, pela fusão entre violência, crime e desordem, por outro, pela crise e ineficiência institucional, que resultaram numa sociedade, nas últimas décadas do século XX, centrada no tripé: violência – criminalidade – narcotráfico, incorporada no cotidiano da população brasileira que gerou a banalização da violência e da mesma forma a sua naturalidade no imaginário coletivo (MATTOS, 2003, p. 260).

Ao consultar o Mapa da Violência (2008), o Município de Vila Velha aparece com uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil habitantes. Nessa época a população do município era de 407.600 habitantes.

2 A PEÇA HUMANA É SEMPRE DESCARTÁVEL

Dejours (1992) afirma que o indivíduo recebe influências externas (a família, a escola, a igreja e outros) que geram ambições, desejos e a sua imaginação. Quando o sujeito passa a trabalhar na organização há o confronto entre as suas ambições e o seu imaginário com a realidade do trabalho. Isso gera o sofrimento, o qual passa a estimular a adoção de estratégias defensivas pelo trabalhador. Estas são formadas no imaginário como forma de enfrentamento dos riscos, medo, insegurança, oriundos da organização do trabalho. Ao longo do tempo, as estratégias defensivas, controle e enfrentamento do medo, da raiva, do imaginário, poderão provocar o absenteísmo.

Morgan (2006) explica com metáforas o homem-máquina. Utiliza-se do enredo histórico para explicar que economicamente foi muito proveitosa a passagem do modelo de produção artesanal para o meio de produção industrial. Este surgiu com a Revolução Industrial, e todo pensamento humano foi transformado, ou seja, a máquina que outrora fora criada pelo homem influenciou o seu imaginário, tornando-o assim, semelhante às máquinas.

Conforme o contexto histórico, menciona o modelo militarista proposto pelo rei Frederico, o Grande, da Prússia, o qual transformou os soldados em autômatos. Cita os personagens que contribuíram com essa mudança ao longo do tempo, como Adam Smith (1776), que desenvolveu a divisão do trabalho; Max Weber (1904), que estabeleceu a burocracia, com sua precisão, rapidez, clareza e eficiência através da criação de tarefas fixas, supervisão hierárquica, regras e regulamentos; em seguida, Frederick Taylor (1911) e, por último, Henry Ford (1914), com a concepção da linha de produção.

Ambos os autores convergem a pontos de vista semelhantes, ao fazerem críticas ao modelo “taylorista”. Alegam que Taylor (1911) tirou do trabalhador a liberdade de invenção, fracionou as atividades dos operários para aumentar o controle e dividi-los e, ainda, tornou-os semelhantes a autômatos. Tudo isso, foi responsável pela mecanização da humanidade e conseqüente doenças provocadas no trabalhador, em virtude do ambiente organizacional em que exerce as suas atividades.

A carga psíquica pode ser explicada da seguinte forma: o indivíduo, no ambiente de trabalho, está sujeito às excitações psicossensoriais (do exterior) e/ou pulsionais ou instintivas (do interior). Estas excitações são transformadas em energia pulsional. A retenção da energia pulsional, a qual constitui a carga psíquica do trabalho, pode levar o indivíduo ao absenteísmo. Se um trabalho permite a diminuição da carga psíquica, ele é equilibrante. Se, por ventura, ocorrer o contrário, se ele se opõe a essa diminuição, ele é fatigante. Por exemplo: na fabricação de peças, não há quase espaço para a criatividade, esta não é utilizada e a via de descarga psíquica está fechada, a energia psíquica se acumula e cresce até que surge a fadiga, a fraqueza e por fim alguma patologia, este é um exemplo de trabalho fatigante. O contrário irá ocorrer se o trabalho permitir a descarga da energia pulsional, como no caso dos artistas, pesquisadores, cirurgiões, os quais, terminada suas atividades, sentem-se melhores do que quando a haviam iniciado. Isso é um exemplo de trabalho equilibrante (DEJOURS, 1994).

O trabalho policial militar é fatigante, pois o exercício da atividade operacional adoece o sujeito, o enfrentamento do medo, o ambiente e a organização do trabalho e uma diversidade de fatores favorecem o desgaste físico e mental.

Podemos descrever, por exemplo, o medo e seu enfrentamento, que no serviço operacional, não aparece como uma emoção, pois é, de certa forma, racionalizado. A forma de encarar o medo não é uma criação individual dos policiais militares, mas uma atualização que eles fazem da própria lógica

discursiva presente na instituição policial militar sobre a questão, uma vez que referem que isso foi ensinado na formação. Ao apropriarem-se desta concepção, o medo é transformado em um instrumento de trabalho, o qual, no entanto, para ser realmente eficaz, necessita ser controlado, para que não os impeça de avançar nas ocorrências (SPODE, 2004).

Sobre o medo, a primeira questão em nível de sofrimento mental que aparece é a ansiedade e a tensão nervosa, efeitos da vigilância, da concentração, da memorização, existentes na organização do trabalho. Uma prova da intensidade do medo são as manifestações de problemas do sono, consumo de medicamentos psicotrópicos: ansiolíticos, durante o dia e psicoestimulantes, pela manhã (DEJOURS, 1992).

A fim de superar a carga de medo que pressupõe o trabalho, os trabalhadores utilizam-se de bebidas alcoólicas. Estes representam uma dose de energia psicológica que ajuda a enfrentar as condições de trabalho (DEJOURS, 1992). Em resumo, o medo faz-se necessário ao trabalhador a fim desempenhar suas atividades, mesmo correndo riscos, todavia, gera toda uma série de males, como por exemplo, a dependência do álcool, ansiedade, tensão nervosa, distúrbios do sono, etc. A fim de superar o medo os grupos de trabalhadores constituem um código profissional, o qual irá representar a ideologia do medo.

A exploração do sofrimento mental e dos mecanismos de defesa, os quais são colocados em prática para lutar contra o sofrimento, são explorados para um fim: “A erosão da vida mental individual dos trabalhadores é útil na implantação de um comportamento condicionado favorável à produção” (DEJOURS, 1992, p.96). O trabalhador que não consegue manter os ritmos de trabalho ou manter seu equilíbrio mental, a saída será individual, sendo dois os caminhos: o primeiro, largar o trabalho, trocar de posto ou mudar de empresa, enquanto o segundo é representado pelo absenteísmo.

Neste caso, o trabalhador esgotado e à beira da descompensação psiconeurótica não pode abandonar o trabalho. O sofrimento mental e a fadiga são proibidos, só a doença é admissível e o trabalhador acaba apresentando um atestado médico, normalmente acompanhado de uma receita de psicoestimulantes ou analgésicos. A consulta médica termina por disfarçar o sofrimento mental: é o processo de medicalização, o qual procura o deslocamento do conflito homem-trabalho para um terreno neutro, bem como, a desqualificação do sofrimento, no que este pode ter de mental (DEJOURS, 1992).

Quando a negociação é conduzida ao seu último limite e a relação homem-organização do trabalho fica bloqueada, começa o domínio do sofrimento, e da luta contra o sofrimento (DEJOURS, 1992).

Segundo Morgan (2006, p.285), “[...] no mundo de hoje, indivíduos e até mesmo comunidades inteiras se vêem jogados fora como bagaços de laranja quando as organizações onde trabalharam não têm mais necessidade deles [...]”.

É quase sempre mais barato pagar indenização por acidente do que melhorar as condições de trabalho (MORGAN, 2006).

3 OS CUSTOS DO ABSENTEÍSMO

Muitas variáveis contribuem para o absenteísmo doença, entre as principais, destacam-se aquelas de caráter demográfico e aquelas relacionadas com os valores culturais, a natureza da ocupação, o mercado de trabalho e o ambiente de trabalho, a política e a cobertura institucional, bem como a cobertura estatal (GRAÇA, 1999, p. 03).

Pastore (apud DIAS, 2001, p. 21) tece o seguinte comentário acerca dos custos do absenteísmo de causa ocupacional notificado no Brasil:

[...] não se conhece o custo real para o país da ocorrência de acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho. Estimativa recente avaliou em R\$ 2,5 bilhões anuais o custo para o INSS; R\$ 10,5 bilhões anuais o custo para as empresas, mais de R\$ 7,5 bilhões anuais o custo anual absorvido pelos acidentados e sociedade [...].

Apesar das altas cifras de recursos públicos gastos com o absenteísmo, o Estado brasileiro não se preocupa com as causas, as consequências e o controle desse fenômeno. É percebido que há poucas pesquisas existentes sobre o fenômeno na esfera pública, bem como não se observa um discurso com maior ênfase por parte dos gestores públicos no sentido de identificar e minimizar o problema. Diante do exposto, observa-se o descaso em relação à questão e às várias vítimas inseridas neste contexto, tais como:

- a) o cliente, ou melhor, o contribuinte, que paga os tributos aguardando por uma prestação de serviço público com qualidade;
- b) o agente público, seja civil ou policial militar, o qual tem a sua saúde fragilizada;
- c) o próprio Estado, que se enfrentasse o problema economizaria consideráveis gastos com a saúde do trabalhador.

Fava (2011, p. 01) menciona os prejuízos causados pelo absenteísmo em alguns países:

Para se ter uma idéia sobre o impacto na economia, em 2001, o absenteísmo por doença custou para a Alemanha, 44,76 bilhões de euros enquanto que para o Reino Unido, a perda foi de 11 bilhões de libras esterlinas, principalmente devido a doenças dos sistemas ósteomuscular e respiratório.

[...]

Um estudo realizado pelo Institute for Health and Productivity Studies, dos Estados Unidos, mostrou que as empresas americanas chegam a perder 150 bilhões de dólares/ano devido à presença de funcionários doentes [...].

A preocupação com o absenteísmo remonta o período da Revolução Industrial, e mesmo com vários avanços tecnológicos e a erradicação de doenças, o trabalho tem causado problemas à saúde do trabalhador, seja de natureza degenerativa ou acidentária, em virtude do ambiente organizacional e tantos outros fatores multifacetados, com consequências danosas às organizações e aos cofres públicos e privados.

Dias (2001, p.30) argumenta, conforme o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde no Brasil que:

[...] ouvir o trabalhador falando de seu trabalho, de suas impressões e sentimentos em relação ao trabalho, de como seu corpo reage no trabalho e fora dele, é de fundamental importância para a identificação das relações saúde, trabalho e doença. É a tradução prática da recomendação feita em 1700 pelo médico italiano Bernardino Ramazzini de que todos os médicos deveriam perguntar a seus pacientes: Qual é a sua profissão?

Ainda segundo Dias (2001), cabe às organizações buscarem conhecer o homem dentro do macacão, dentro da viatura, do chão da fábrica, pois são recursos humanos que trazem à luz os problemas e as soluções para a empresa, sejam dos pequenos aos grandes desafios. Deve-se entender sua ansiedade, desejos, frustrações para se tirar o melhor proveito do profissional. Se a organização cuida bem da saúde do trabalhador, também estará cuidando da saúde da empresa e lucrará muitos dividendos, dando a devida atenção ao fenômeno absenteísmo.

Quando acontece do trabalhador ser acometido de transtorno mental, este há muito tempo está sofrendo com as agruras da organização e seu efeito é o processo de medicalização, o afastamento de tempos em tempos

do trabalho, ora em curtos espaços de tempo, ora em espaço de tempo maiores, sendo frequentes ou não. Considerando as altas cifras gastas com o absenteísmo, uma nova filosofia organizacional está se implantando nas organizações, a saber:

Fava (2011, p.01) diz que os números produzidos pelo absenteísmo

[...] têm gerado nas empresas uma nova visão, sendo que algumas delas já apresentam projetos direcionados para a manutenção da saúde de seus funcionários. Isto inclui: reeducação postural global (RPG), massagens, drenagem linfática, ioga, meditação, ginástica laboral, alimentação balanceada, check ups periódicos, palestras motivacionais, etc. Porém, menos de 5% das empresas oferecem estes tipos de programas [...]

Grandes empresas, como Pão de Açúcar, Natura, Motorola, já apresentam programas neste sentido. Por exemplo, a Motorola recebe R\$ 3,00 em valor agregado para cada R\$ 1,00 aplicado em programas de qualidade de vida. E esta parece ser a tendência mundial nas empresas e conglomerados.

Apesar do Estado ainda não se envolver na questão do absenteísmo, a iniciativa privada está se movimentando no sentido da compreensão e adoção de medidas preventivas e corretivas a fim de minimizar as consequências das doenças do trabalho e dos acidentes em serviço.

4 METODOLOGIA

Aliado ao trabalho bibliográfico foi executado um levantamento documental através do banco de dados da Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Espírito Santo, representada pela Junta Médica de Saúde, a qual tem em seu arquivo o registro das dispensas médicas concedidas aos policiais militares lotados no 4º BPM, bem como na P-1³ da citada Unidade Policial Militar, especificamente no ano de 2010.

Foram cruzadas as informações contidas nos Boletins Internos (BI) da Diretoria de Saúde (DS), do período de janeiro de 2010 a agosto de 2011, com os dados dos Boletins Internos do 4º BPM, do período de janeiro de 2010 a abril de 2011. Seguido a isso, foram colhidas informações complementares na Diretoria de Pessoal da PMES, a fim de formar um

3 - P-1: Seção de Recursos Humanos.

banco de dados mais próximo o possível da realidade, a fim de estabelecer as premissas a serem pesquisadas.

O estudo de natureza quantitativa vislumbrou definir a frequência e os prejuízos causados pelo absenteísmo em virtude de dispensas médicas, bem como o número de dias de ausência e seu custo.

Para fins desta pesquisa, considerou-se os prejuízos na seguinte descrição:⁴

a) Operacionais: são as ausências às escalas de serviço operacional em suas diversas modalidades de policiamento ostensivo, como, por exemplo, policiamento a pé, rádio-ocorrência, e outras. Nestes casos, podem ocasionar a baixa de uma viatura, ausência do policial militar do setor no horário previsto, escolas não teriam a presença do policial militar, e outras situações.

b) Administrativos: são as ausências ao expediente administrativo, os quais interferem no cumprimento de prazos, confecção das escalas de serviço, confecção de diversos documentos, avisos aos policiais militares, e outras situações.

c) Custos orçamentários: os valores que a Polícia Militar do Espírito Santo gastou do seu orçamento em virtude das ausências dos policiais militares e poderia investir em outras áreas, tendo em vista que os salários são pagos normalmente nos casos em questão.

Com os dados tabulados, busco-se eleger parâmetros que pudessem oferecer uma visão sobre o estudo sob diversas óticas, sendo analisadas as variáveis de sexo, idade, posição hierárquica, tempo de serviço, tipo de serviço mais afetados, faixa etária e tipos de doenças constatadas.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Os dados coletados junto às fontes citadas permitiram obter resultados sob diversas óticas.

Em relação aos motivos de ausências do ambiente de trabalho, praticamente 92% das ausências justificadas se deram em virtude das dispensas médicas, de um efetivo aproximado de 502 policiais militares, 331 policiais ausentaram-se do trabalho por motivo de problemas de saúde, ou

4 - SÃO PAULO. Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.polmil.sp.gov.br/livro_gespol.pdf>. Acesso em 13 set. 2011.

seja, 65,9% do efetivo não trabalharam e justificaram suas ausências através da apresentação de 883 dispensas médicas, devidamente homologadas. Tudo isso resultou num total de 5897 dias de afastamento do trabalho.

Em se tratando de sexo dos ausentes, de todos os policiais militares que foram dispensados, constatou-se, através da média do número de dispensas médicas que os policiais militares do sexo feminino apresentaram uma média ligeiramente maior em relação ao sexo masculino, havendo um certo equilíbrio, ou seja, as causas do absenteísmo atinge ambos os sexos proporcionalmente quase que da mesma forma.

Quando se analisa em termos de Postos e Graduações foi possível constatar que no total de Oficiais, 23,5% apresentaram dispensas médicas, enquanto que no número total de Subtenentes e Sargentos, 62,0% gozaram dispensas médicas e no efetivo de Cabos e Soldados, 69,2% se submeteram a avaliação médica com consequente dispensa do trabalho. Em relação ao total de 331 policiais militares dispensados por motivo de doença, temos que, os Oficiais representaram 1,8%, enquanto que os Cabos e os Soldados apareceram com 86, 1%, uma vertente considerável.

Em relação ao tempo de serviço percebeu-se que a faixa de 0 a 6 anos de tempo de serviço apresentou maior percentual de ausentes (40%), isso volta a aumentar a partir dos 20 anos de serviço.

Ao tratar da questão da faixa etária, a idade de 18 a 30 anos apresentou um número acentuado de policiais militares com dispensas médicas. E isso cresce vertiginosamente a partir dos 40 anos de idade.

Em se tratando de grau de absenteísmo (baixo, médio ou alto), verificou-se que o médio absenteísmo, ou seja, ausências de 3 a 15 dias, representaram a maior incidência na tropa do 4º BPM.

Quando se verificou a incidência de doenças, das dispensas médicas apuradas junto a JMS, do total de 331 policiais militares que se afastaram do trabalho, apenas 93 apresentaram atestados com CID. A partir da análise dos atestados com CID, temos que: em primeiro lugar aparecem as doenças ortopédicas⁵, as quais afetam os membros inferiores e os membros superiores e responsáveis por 172 dias de afastamento do trabalho; depois, em segundo, surgem as doenças osteomusculares⁶, as

5 - As doenças ortopédicas estão relacionadas com fraturas e lesões ósseas e tendinoses provocadas por eventos traumáticos no aparelho músculo-esquelético ou locomotor, composto por: braços, mãos, pés, pernas, coluna, bacia, músculos, tendões e ligamentos. Acidentes mais comuns: traumas desportivos, acidentes domésticos, de trânsito e de trabalho.

6 - A doença osteomuscular é uma doença que surge através dos movimentos repetidos, podendo provocar lesões em tendões, músculos e articulações. Os tipos de osteomuscular podem ser: dorsopatias; traumatismos do punho e da mão; tendinites e tenossinovites; traumatismos de joelho e perna.

quais foram responsáveis por 155 dias de afastamento do trabalho. Por fim, em terceiro lugar aparecem as doenças mentais⁷, responsáveis por 112 dias de afastamento do trabalho.

No que se refere à modalidade de policiamento mais afetado, constatou-se que o carro chefe do serviço operacional no 4º BPM, que é a Rádio-Ocorrência ou Rádio-Patrolha foi mais afetado, com 80% de seus integrantes com ausência do trabalho por dispensa médica no período avaliado.

Trata-se de um serviço onde as guarnições trabalham diuturnamente, e ocupam-se basicamente do atendimento de urgência e emergência em segurança pública, tratando-se de ocorrências de toda ordem e gravidade, desde algo sem risco algum ou de alto risco e tensão.

Em relação aos prejuízos administrativos, havia em média 62 policiais militares do 4º BPM, nessa atividade, no ano de 2010, sendo que 46 se ausentaram por motivo de doença, ou seja, isso representou 74% de ausência ao trabalho no setor neste período.

E por fim, traçando-se um paralelo do custo do absenteísmo no 4º BPM em relação a outros possíveis investimentos, tendo em vista que o policial militar afastado continua recebendo normalmente seus salários, o cálculo inicial do valor estimado em relação à quantidade de dias não trabalhados chegou-se à cifra de R\$ 454.639,34 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscientos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos).

Ressalte-se que isso representou o custo orçamentário do absenteísmo, apenas no 4º BPM, no ano de 2010. O citado montante gasto com horas não trabalhadas, sendo possível investir em outras áreas seria equivalente a adquirir:

- 1270 coletes balísticos nível 2, da CBC⁸ ou
- 230 pistolas PT. 40, modelo 640, da Taurus ou
- 148.574 munições cal. .40, da CBC ou
- 115 rádios transmissores portáteis digitais (*Hand Talk*), modelo TAIT TP 9160 ou
- 12 viaturas Fiat/Palio *Weekend Trekking* 1.8.

O quantitativo determinado acima teve como base os valores da última compra executada pela PMES, conforme dados obtidos junto a Diretoria de Apoio Logístico (DAL).

7 - Entendem-se como doenças mentais as condições caracterizadas por alterações mórbidas do modo de pensar e/ou do humor (emoções), e/ou por alterações mórbidas do comportamento associadas à angústia expressiva e/ou deterioração do funcionamento psíquico global.

8 - Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC): é uma empresa brasileira que fabrica munições e armas, que são vendidas para as Polícias, em todo o território nacional..

6 ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados apresentados corroboraram um dos pressupostos de Dejours (1992), que descreve a exploração do sofrimento e o consequente processo de medicalização.

Isso tem razão direta com a influência de outras causas do absenteísmo, como o aumento da carga de trabalho e a influência do desgaste físico e mental do serviço noturno, o rigor das escalas de serviço operacional (em vista das folgas reduzidas, da irregularidade alimentar e descanso) e o *stress*.

As organizações quando investem pouco na qualidade de vida e na promoção da saúde de seus funcionários, acabam enfrentando uma incidência elevada de doenças, acarretando custos indesejáveis.

As variáveis por sexo, posição hierárquica, tempo de serviço e idade, confirmam as colocações de Dejours e Abdoucheli (1994), os quais entendem que as condições de trabalho são as pressões físicas, mecânicas, químicas e biológicas do posto de trabalho que tem por alvo principal o corpo dos trabalhadores, onde elas podem ocasionar desgaste, envelhecimento e doenças somáticas.

Comparando com os dados sobre o tempo de serviço, a idade dos absentes e a classificação do absenteísmo, conclui-se que os policiais militares mais jovens e com menos tempo de serviço apresentam um maior absenteísmo. A partir dos 40 anos de idade e com mais de 20 anos de serviço o absenteísmo também apresenta aumento vertiginoso. Neste caso, começam a surgir as sequelas das noites em que ficou trabalhando, alimentação inadequada, ocorrências de vulto com vítimas e elevado stress, além do risco do medo (DEJOURS, 1992), bem como, pela pressão que sofreu, no decorrer dos anos, ao executar o papel de máquina de atender ocorrências (MORGAN, 2006).

Estudos realizados junto a categorias profissionais expostas a riscos que incidem diretamente sobre a integridade física, como construção civil e indústria petroquímica, mostram que os trabalhadores criam as estratégias defensivas que lhes permitem transformar, eufemizar ou mesmo negar a percepção de uma realidade que os faz sofrer, tornando possível, assim, continuar exercendo suas atividades (DEJOURS, 1992). Essas, em muitos casos, passam pela adoção de condutas perigosas e exposições desnecessárias aos riscos, numa atitude de desafio ao perigo, a qual visa, em última instância à dominação simbólica do medo (SPODE, 2004).

O ofício policial militar situa-se entre as categorias profissionais em que a exposição aos riscos relacionados à integridade física são evidentes, sobretudo quando se trata da atividade operacional.

Mesmo se o risco for controlado por medidas e regras de segurança, ele conta com uma prevenção incompleta pela organização do trabalho, ora pela limitação de recursos, ora pelo desconhecimento dos riscos. Dentro desse aspecto, surge o risco residual, no qual mesmo havendo medidas de segurança preventivas individuais, o próprio risco continua a existir e que acaba sendo assumido individualmente pelo trabalhador (DEJOURS, 1992).

7 CONCLUSÃO

As peculiaridades específicas do trabalho, bem como a forma com que está organizado, concorrem diretamente para o sofrimento experimentado individualmente pelo trabalhador. Nessa relação homem e a organização prescrita (normas, regulamentos, escalas de serviço, relatórios, etc.) para a realização do trabalho, existe um espaço de liberdade que autoriza uma negociação, invenções e ações de modulação do modo operatório, isto é, uma criação do trabalhador sobre a própria organização do trabalho, para adaptá-la as suas necessidades, e torná-las próximas do seu desejo. Se a negociação é conduzida ao seu último limite e a relação homem-organização do trabalho fica bloqueada, começa o domínio do sofrimento, e da luta contra o sofrimento (DEJOURS, 1992).

No decorrer dos anos, o exercício das estratégias defensivas, pelo policial militar, para amenizar o sofrimento ocasionado pela organização do trabalho, irão atingir o corpo e a mente, provocando doenças degenerativas e acidentárias, confirmando assim, o fenômeno do absenteísmo doença.

O serviço policial militar, seja operacional ou administrativo, segue o modelo taylorista, motivo pelo qual apresenta o enfoque mecanicista e tende a limitar, em lugar de ativar, o desenvolvimento das capacidades humanas, modelando os seres humanos a meros servos da organização.

Dessa forma, os empregados perdem oportunidades de crescimento pessoal, despendendo muitas horas do dia em um trabalho que nem valorizam nem apreciam, enquanto as organizações perdem contribuições criativas e inteligentes que a maioria dos empregados é capaz de fazer, dadas as corretas oportunidades (MORGAN, 2006).

O absenteísmo na atividade policial militar está relacionado aos diversos problemas que advêm do ambiente de trabalho, especialmente no que se

refere à tensão, o perigo do exercício da profissão, o desgaste físico do serviço noturno, o contato constante com o público em situações de tensão, tudo isso, alicerçados num regime de disciplina e vigilância constantes, elementos que no decorrer do tempo fragilizam a saúde do militar.

Sobre o prejuízo no serviço operacional, somente no serviço de rádio-ocorrência há um alto absenteísmo nesta modalidade de policiamento - quase 80% - que tem como “possíveis causas” o desgaste físico e mental do serviço noturno, o rigor das escalas de serviço operacional (em vista das folgas reduzidas, da irregularidade alimentar e de descanso) e o stress, advindo do conjunto.

A sobrecarga de trabalho transformou o policial que atua no serviço de rádio-ocorrência numa máquina de atendimento de ocorrências, ou seja, mesmo com os problemas da organização citados, o trabalhador enfrenta outro, a sua robotização, tendo em vista que a demanda pelos serviços de polícia ostensiva aumentam e o CIODES pressiona por mais atendimentos. Tudo isso corroborou as afirmações de Dejours (1992) e Morgan (2006).

Dentro da questão custo, chegou-se a conclusão de que a PMES gastou do seu orçamento com o fenômeno absenteísmo no 4º BPM, no ano de 2010, a quantia total de R\$ 454.639,34. Isso respondeu por 331 policiais militares, ou seja, 65,9% do efetivo do 4º BPM que não trabalharam no serviço operacional ou na atividade administrativa.

Os resultados apresentados corroboraram os pressupostos de Dejours (1992), ou seja, a exploração do sofrimento, tendo em vista que com o aumento da demanda de serviços e a permanência do quantitativo de policiais militares estagnada, consequentemente com o aumento da carga de trabalho aumenta o processo de medicalização do trabalhador.

Diante do exposto, fica claro que todos perdem, a sociedade que deixou e deixa de receber serviços importantes do 4º BPM; os policiais que trabalharam com sobrecarga no serviço e têm sua saúde cada vez mais abalada e fragilizada; e a própria PMES, que, ao não cuidar do fenômeno absenteísmo, recebe o ônus dos prejuízos no serviço operacional e administrativo, os quais impactam a prestação dos serviços ao cidadão. E, se nada for feito, o quadro tende a se agravar e representar a falência de uma instituição, que contará com uma tropa cada vez mais potencialmente doente e, por consequência, com uma qualidade de serviço cada vez mais questionável.

Para buscar uma solução para o fenômeno absenteísmo na tropa do 4º BPM, elencam-se as seguintes sugestões:

a) A implementação e regulamentação de um programa de atividade

física regular, visando a robustez física como valor a ser cultivado na Unidade e, quem sabe na Corporação;

b) A construção ou recuperação de espaços adequados às práticas esportivas no âmbito da Unidade;

c) O acompanhamento da evolução da saúde do policial militar enfermo por equipes multidisciplinares de saúde localizadas na unidade operacional, composta por médico, dentista, assistente social e psicólogo, por exemplo.

Em nível corporativo, poder-se-ia fomentar a pesquisa em outras Unidades Operacionais, para permitir uma comparação entre os resultados obtidos, o qual poderá confirmar, ampliar ou revisitar as conclusões deste estudo.

Destaca-se que quaisquer coisas que sejam feitas sobre o absenteísmo na PMES devem envolver e serem focadas na base, ou seja, cabos e soldados, que são em maior número, tanto nas atividades administrativas como no serviço operacional e apresentam o maior nível de absenteísmo por dispensa médica.

Mapeado o absenteísmo e suas causas, partiria para a sistematização criteriosa do programa de controle da saúde do policial militar. No controle da saúde deveriam ser inseridas palestras junto à tropa para esclarecer e fornecer aos policiais militares conhecimentos e informações básicas sobre a necessidade e a importância dos cuidados com a saúde e seus benefícios.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Edvânio Rosa. **O Absenteísmo no 14º BPM: análise diagnóstica**. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP), Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2005.

COUTO, H. A. **Como evitar o Absenteísmo e elaborar um índice adequado**. Revista Tendências do Trabalho. São Paulo, p. 33-34, abr. 1987.

_____. **Porque as pessoas faltam ao trabalho: quem é o pontual e o absente**. Revista Tendências do Trabalho. São Paulo, p.21-23, mai. 1988.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5ª ed. ampliada. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

_____. **Psicodinâmica do trabalho:** contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. **Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho.** In: Psicodinâmica do trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DIAS, Elizabeth Costa (Org.). **Manual de procedimentos para os serviços de saúde do Brasil.** Ministério da Saúde. Brasília, 2001.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 495-R, de 28 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre as instruções reguladoras dos afastamentos e inspeções de saúde dos militares estaduais do Estado do Espírito Santo.** Vitória, 2010.

_____. Portaria nº 520-R, de 31 de março de 2011. Dispõe sobre o quadro de detalhamento interno da Polícia Militar do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.pm.es.gov.br/intranet/publicacao/BCG/2011/BCG13.pdf>>. Acesso em 19 set 2011.

_____. **Planejamento Estratégico da Polícia Militar do Espírito Santo 2011-2014.** Estado Maior Geral. Vitória, 2011.

_____. **Revista Preleção:** Assuntos de Segurança Pública, Vitória, ano IV, n. 7, p.49-63, abr. 2010.

_____. **Plano de Articulação do Quarto Batalhão.** Quarto Batalhão. Vila Velha, 2011.

FAVA, Luiz Roberto. **Absenteísmo e presenteísmo.** São Paulo, 2007. Disponível em:<http://www.ogerente.com.br/novo/colunas_ler.php?canal=6&canallocal=53&canalsub2d=177&id=839>. Acesso em 31 de agosto de 2011.

GRAÇA, Luís. **O processo de adoecer, faltar e voltar ao trabalho.** The Process of Becoming Ill, Leaving from, and Returning to Work. Portugal, 1999. Disponível em: <<http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos11.html>>. Acesso em 31 de agosto de 2011.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Segregação sócio-espacial e violência na região metropolitana da Grande Vitória.** Centro Universitário Vila Velha. Vila Velha, 13out. 2010. Disponível em <<http://www.ufes.br/ppghis/Dimensoes%20de%20-%2017%20Rossana%20Ferreira%20da%20Silva%20Mattos>>. Acesso em: 26 set. 2011.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização.** Tradução de Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SÃO PAULO. **Polícia Militar do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.polmil.sp.gov.br/livro_gespol.pdf>. Acesso em 13 set. 2011.

SILVA, Denner Alexandre da. **O Absenteísmo no 33º Batalhão de Polícia Militar: Análise**. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP), Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2008.

SPODE, Charlotte Beatriz. **Ofício de oficial: trabalho, subjetividade e saúde mental na Polícia Militar**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2004.

STEIN, Alexandre Cunha. **Análise do fenômeno absenteísmo no Quarto Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo**. Monografia apresentada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2011.

WIKIPEDIA. **Polícia Militar do Espírito Santo**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Polícia_Militar_doEstado_do_EspíritoSanto. Acesso em 01 set. 2011

Operações Especiais Policiais¹

Robertson Wesley Monteiro Pires²

RESUMO

Expõe a fundamentação de origem, através de abordagem histórica e teórica, por vezes pertencentes ao imaginário simbólico, acerca da atividade denominada “Operações Especiais Policiais”. Apresenta de forma sintética alguns aspectos doutrinários e conceituais existentes sobre tal fazer policial, motivos pelos quais sobejam questionamentos sobre possíveis desvios desta atuação, identificando o rol de atribuições. Objetiva esclarecer sobre a necessidade deste mister nas instituições policiais modernas, através da especialização do trabalho, corroborando como imperativo a existência de doutrina, desdobrada na constituição do efetivo policial destinado a tal missão em unidade tática. Para tanto utiliza de embasamento, reunindo bibliografia e pesquisas disponíveis, fazendo análises comparativas, diante da necessidade de argumentação, profissionalismo e conhecimento sobre operações especiais no âmbito das instituições detentoras do monopólio da força estatal, precipuamente as Polícias Militares.

Palavras-chave: Especialização. Militar. Operações Especiais Policiais. Polícia. Policiamento.

1 INTRODUÇÃO

Alguns estudiosos da atividade policial abonam que há uma sintomática do medo generalizado, que toma conta das ruas das cidades, verificado a partir de violência como espetáculo, enquadrado

1 - Trabalho parcialmente originado da Monografia “Análise da Companhia de Operações Especiais do BME para adequação do modelo vigente” apresentada no Curso de Especialização em Segurança Pública / Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (PIRES; RODRIGUES, 2006).

2 - Major da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), atualmente servindo no Batalhão de Missões Especiais (BME). Graduado pela Escola de Formação de Oficiais da PMES. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Vila Velha (UVV). Especialista em Gestão em Segurança Pública / Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais pela PMES. Capacitado em Operações Especiais (COEsp) pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). Email: rson.pires@gmail.com

como terrorismo urbano que, mais do que ações reais, domina as mentes e o imaginário coletivo, através do medo e do pavor.

Determinadas práticas violentas, ainda presentes em algumas forças policiais em todo o mundo, são tributárias de um discurso que pode expressar a definição do papel das polícias como forças de combate ao crime, em vez de forças para a garantia da lei ou da igualdade. Neste viés é notório que nem tudo poderá ser esolvido através da repressão, do pressuposto do confronto ou até mesmo da premissa da aniquilação, seja do crime ou do criminoso.

Para o alcance da tranquilidade pública, excepcionalmente, em circunstâncias devidamente delimitadas, até por conta das várias responsabilidades concorrentes no campo da segurança pública, as instituições policiais não poderão se negar ao emprego necessário da força, no intuito de promover a paz e salvar vidas, diante do que se convencionou no meio policial como **operações especiais policiais** (grifo nosso).

Esta temática influencia o imaginário de policiais e dos cidadãos em geral, muitas vezes pelas ações cinematográficas das equipes policiais mundo afora e recentemente no Brasil, pois a exposição desta atividade é de grande interesse da mídia, causando admiração popular e, por que não dizer, até mesmo perplexidade, e conseqüentemente grande visibilidade.

A problematização apresentou-se no questionamento inicial acerca deste fazer da atividade policial e da necessidade de estabelecer conceituações doutrinárias, adequando-o em face das demandas institucionais e sociais mais atuais, no que se refere ao embasamento e as atuações.

Para tal foi elaborada a hipótese de que seria profícuo estabelecer uma abordagem histórica e teórica acerca de operações especiais, com as devidas delimitações temporais, verificando a estruturação desta atividade a partir da concepção militar, comparando com a postura hodiernamente adotada pelas polícias no mundo e no Brasil, respeitando as inúmeras variáveis, quais sejam: histórica, local, temporal, rol de atribuições, constituição e métodos.

Assim também a delimitação do objetivo geral se deu como a necessidade de analisar se as práticas e conceituações atuais estão adequadas às realidades colocadas, identificando possíveis aspectos a serem aperfeiçoados, se desdobrando em objetivos específicos, descrevendo a atividade historicamente e na atualidade, identificando alguns dos recursos empregados, bem como procedimentos ideais para tal mister, cabendo sugerir as devidas atualizações e entendimentos.

Este trabalho tem como justificativa, a partir da análise deste

modelo de especialização da atividade policial, devidamente adequado e voltado fundamentalmente para a otimização dos recursos, proporcionar oportunidade ímpar de proceder a uma análise crítica, na tentativa de antecipação de problemas, bem como consolidar tendências que permitam posturas futuras, ainda mais profissionais.

Assim sendo, especialmente para as Polícias Militares, esta perspectiva é imprescindível, diante da extrema importância do assunto, seguida da necessidade de questionamentos e correções, uma vez que tal atividade possui demandas diversas, em ocorrências reais, onde sempre está presente a ameaça à vida, configurada pelo alto grau de risco para todos envolvidos, inclusive para os policiais, obrigando os gestores, chefes e comandantes a adotarem uma postura política e estratégica cada vez mais precisa.

Destarte a metodologia empregada encontra suporte inicial em amplo referencial teórico, baseado em bibliografia, constando de obras, monografias, pesquisas, matérias e manuais, que tratam do tema e, através deste suporte teórico, com dados quantitativos e qualitativos, foi concebido o arquétipo da atividade e sua estruturação, delimitando o que podem ser concebidas como operações especiais policiais, onde concorrem as demandas das organizações policiais e sociais, ambas em plena evolução.

Serão então explicitadas as *práxis* não enquadradas como tal, havendo o enquadramento de situações-tipo desta atividade, procedendo ainda uma reflexão sobre esta especialização no meio policial, bem como sua necessidade, acrescentada à reflexão sobre a constituição deste efetivo em unidade tática.

Importante então chegar às devidas considerações finais, nas quais de maneira singular os desvios eventualmente existentes são abordados e explicitados, tornando-se ímpar as devidas delimitações e atribuições, bem como as responsabilizações, diante dos questionamentos crescentes, direcionados à maior qualificação na prestação dos serviços policiais à sociedade.

2 OPERAÇÕES ESPECIAIS COMO ATIVIDADE POLICIAL

Ao tentar delimitar os termos da atividade de operações especiais policiais é necessário compreender a existência da polícia, verificando como a agressividade nas civilizações foi condicionada, bem como examinar um pouco da história da concepção de polícia moderna e

modelos de policiamento construídos a partir do século XVIII no ocidente.

Transversalmente com a concepção historiográfica de Bobbio (1986), pois considera etimologicamente que o termo polícia vem do grego politeia e do latino tardo-medieval politia, entendido a partir destas concepções, contemporaneamente, como setor subsidiário da atividade do Estado visando, sobretudo, à prevenção e punição dos ilícitos, mediante o emprego de um aparelho rígido e autoritário de investigação e intervenção.

Foi no contexto da constituição do Estado Moderno, ainda segundo Bobbio, que surgiu um aparelho policial formalmente organizado, inicialmente na Europa, implicando no deslocamento do poder político e administrativo das categorias sociais, mediante a ampliação do aparelho policial e de vários setores do chamado trabalho social.

Após a Revolução Francesa, as finalidades da polícia, até então idealizadas por Luís XIV, foram reformuladas para se estabelecerem em relação à manutenção da ordem pública e à preservação da liberdade, da propriedade e da segurança individual, instituindo-se o modelo francês de polícia, uma polícia centralizada, estatal e vinculada à sustentação do Estado Moderno. Nesta concepção, segundo Amador (2002, p.54), a polícia sempre esteve vinculada ao governo e com as táticas de controle social.

Na Inglaterra, a polícia se organizou de um modo diferenciado da França, assumindo postura mais comunitária, aliando ao exercício da coerção física legal a busca da legitimidade de sua ação social, mesmo enquanto tecnologia de poder, ou seja, a partir da constituição de uma estrutura permanente e profissional que estivesse sempre nas ruas, nasceram as polícias modernas e, na visão de Rolim:

[...] o exemplo mais importante foi o modelo inglês de polícia, autônoma e profissional, a partir da experiência da Polícia Metropolitana de Londres, nos moldes de sir Robert Peel, fundada em 1829, mesmo porque até então a tradição francesa de policiamento era a mais influente na Europa. (ROLIM, 2006, p. 25)

Para Bayley (2006, p. 20) a legitimidade da organização policial passou a implicar a possibilidade do uso da força, resultando na institucionalização e legitimação desta, no momento em que foi monopolizada e destituída da sociedade, diferenciada da violência ilegítima, a qual possui caráter de arbitrariedade e de supressão do direito do outro. Esta possibilidade do uso da força estaria sempre presente, o

que distingue a função policial das demais é esta possibilidade, mesmo quando, como ocorre na maioria das vezes, a polícia não faz uso dela.

Pela assertiva de Monet (2001, p. 26), além da autorização para o uso legítimo da força, a polícia seria caracterizada pelo fato de poder empregar seus recursos coercitivos contra qualquer pessoa em situações que, a rigor, nunca podem ser completamente definidas a priori.

Diante do que preconiza Silva (2003, p. 289) a construção da polícia brasileira deu-se formalmente a partir do Rio de Janeiro, coincidindo com a vinda da família imperial para o Brasil, tendo suas funções direcionadas à organização da ordem urbana, com a criação da Guarda Nacional no ano de 1831, após se expandindo como forças milicianas de suporte dos Governos das Províncias.

Nos momentos de autoritarismo pelos quais passou o Brasil, consolidados em situações que exigiram o controle da educação, dos meios de comunicação e das instituições econômicas, limitando a vida do cidadão ao sistema de dominação política, o regime vigente teve na polícia um de seus aparatos ideais para edificação do projeto estatal.

Este posicionamento é corroborado por Amador (2002, p. 60), pois considera que as polícias se tornaram instrumento de determinados grupos e classes, considerando inimigo todo opositor, contrariando a essência de sua finalidade, de oferecer segurança e garantia aos direitos individuais.

As Polícias Militares brasileiras integram o Sistema de Segurança Pública, juntamente com as Polícias Federal, Rodoviária, Ferroviária, Civil e Corpo de Bombeiros, sendo, constitucionalmente, forças auxiliares e reserva do Exército (BRASIL, 1988).

Nesta contextualização um contraponto importante é a abordagem teórica de Bittner (2003, p. 253), quando apresenta o entendimento acerca do que a polícia não é: policiamento, força de segurança doméstica, instrumento da lei, para após delimitar o que ela verdadeiramente seria, bem como as consequências de sua existência para a sociedade.

Bittner (2003, p. 128) entende que uma das características da polícia, talvez a principal, seja sua capacidade exclusiva de impor pela força, na medida do necessário, infligindo obediência imediata às suas soluções, um ato em que convive o consentimento social da existência da polícia pelos mesmos cidadãos que agora se vêem coagidos por ela. Quaisquer que sejam suas outras atribuições estas se dariam em função da oportunidade e utilidade de seu papel exclusivo, que a polícia tem para orientar suas prioridades.

Assim, segundo Amador:

[...] as Polícias Militares, assim como a sociedade brasileira, passam pelas controvérsias de um novo período político, no qual se busca restabelecer as relações sociais em direção à construção da efetiva cidadania, no exercício de autoridade e não de autoritarismo. (AMADOR, 2002, p. 63)

Estas tendências, a despeito de questionamentos existentes, podem ser percebidas pela procura de novos parâmetros, maior abertura e interação das instituições policiais, aumento do grau de profissionalização e especialização, procedimentos que melhorem o gerenciamento organizacional, demonstrando um momento de transição, segundo Rolim (2006, p. 60) quando demonstra o que pode funcionar na segurança pública.

Tratando de proficiência na segurança pública, ao mapear o trabalho policial, Bayley (2006, p. 138) o descreve a partir de recortes como atribuições, situações e ações, afirmando que as polícias modernas possuem atribuições inúmeras, quais sejam, patrulha, controle de tráfego e multidão, fiscalização, auxílios, bem como as chamadas emergências criminais, algumas destas com respostas efetivadas em nível de operações especiais policiais.

Seguindo esta concepção as polícias de todo o mundo e no Brasil especializaram alguns serviços para o atendimento à população, criando suas unidades especializadas, direcionadas ao atendimento de ocorrências, inicialmente entendidas como sendo de alto grau de risco, em contextos, locais, motivações, atuações e doutrinas diferenciadas.

3 OPERAÇÕES ESPECIAIS: BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA

Fazendo menção remota à antiguidade, a lenda do *Cavalo de Tróia*, comumente citada na atividade de operações especiais, certamente devido ao simbolismo, ardil e audácia, seria um exemplo de atuação militar em operações especiais.

Tal lenda é citada por alguns como inscrita na *Ilíada*, do autor *Homero*, que teria ocorrido em 1200 a.C., podendo então ser enquadrada como uma ação de Comandos, pois os Gregos, após sitiarem Tróia por mais de dez anos, só teriam conseguido dominá-la quando um pequeno grupo de guerreiros entrou na cidade dentro de um cavalo de madeira, presente dado pelos gregos aos troianos.

Entretanto, na verdade, tal lenda é mais precisamente detalhada na obra latina que narra a fundação de Roma, ou seja, *A Eneida*, atribuída ao autor *Virgílio* (Públio Virgílio Marão), que narra tal feito nos versos do Livro II, a saber:

Sinon valido, a furto os píneos claustros
Laxa; e o cavalo, devassado, às auras
Rende as falanges que no ventre aloja.
Por um calabre escorregando, alegres
Baixam do cavo seio os cabos Toas, [...]
Tróia invadem sepulta em sono e vinho:
Matam a guarda, os seus na brecha esperam,
E os batalhões de acordo se incorporam.
(MARÃO, 2004, p.91 e 92)

Com uma abordagem inicialmente direcionada à atuação militar, Young (1975, p.10) narra que a origem das operações especiais sempre esteve ligada ao que se denominou atuação de *Comandos*³, tendo em vista que na guerra, os estrategistas militares observaram que não bastava a luta armada nos campos de batalha, era preciso inovar e principalmente surpreender.

Assim sendo, em junho do ano 1940 na Inglaterra, durante a segunda guerra mundial, os Comandos Ingleses possuíam a mística de invadir o território inimigo clandestinamente, realizando diversas operações e se retiravam sem deixar vestígios, obtendo o êxito que muitas vezes nem mesmo um Batalhão conseguiria.

O homem que criou os Comandos foi o Tenente Coronel Dudley Clarke. [...] Recuando no tempo, trouxe à memória as guerrilhas que na Espanha foram travadas contra os exércitos de Napoleão e à revolta árabe na palestina, onde ele próprio servira em 1936. [...] homens decididos, usando somente as armas que podiam carregar consigo, desdenhando a artilharia, formações de intendência e toda a parafernália de suprimentos, poderiam sustentar uma guerra de guerrilha (YOUNG, 1975, p.8).

3 - O termo Comandos é utilizado para definir um pequeno contingente militar, preparado e condicionado, com a missão de surpreender o inimigo com ações impactantes. Segundo Young (1975, p. 10) o nome Comandos, primitivamente espanhol, foi retirado das unidades móveis dos Boers.

Exemplo singular de uma dessas atuações foi o emprego dos Comandos Israelenses da *Sayeret Matkal*, atuando num seqüestro de uma aeronave por terroristas, narrada por Klein (2006), meses antes do massacre das Olimpíadas de Monique em 1972.

Dezesseis Comandos da Sayeret Matkal, vestidos como mecânicos da El Al, com macacões brancos, se aproximaram do avião. Ficaram perto das saídas de emergência e ao longo das asas e, num assalto sincronizado, invadiram a aeronave. [...] Os comandos israelenses controlaram a situação no avião em noventa segundos. (KLEIN, 2006, p. 23).

Na realidade brasileira o Exército criou em 1968 o 1º Destacamento de Forças Especiais e, recentemente, a Brigada de Operações Especiais, destacando-se ainda o Centro de Instrução de Guerra na Selva, criado em 1964, como referência em operações especiais para atuação na selva.

A Marinha do Brasil, através do Batalhão de Operações Especiais Tonelero, subordinado ao Corpo de Fuzileiros Navais, possui o Grupo de Mergulhadores de Combate, subordinado ao Comando da Força de Submarinos, tropa de referência em operações especiais, de acordo com Pires e Rodrigues (2006, p. 23 e 24).

No meio policial, na década de 1960, deu-se o surgimento nos Estados Unidos, mais precisamente em Los Angeles, de um modelo que viria a inspirar muitas instituições policiais no mundo, ou seja, a SWAT⁴, diante da necessidade, segundo Bayley (2006, p. 109) de “lidar com multidões enfurecidas, ataques planejados a edifícios públicos e seqüestro de reféns”.

Modelo este copiado e adaptado, sendo que muitas forças policiais passaram a adotar em seus quadros grupos especiais para atuarem em ocorrências de alto risco, onde haja perigo para as pessoas envolvidas e necessidade de uma resposta especial da polícia.

Muitas forças policiais mantêm, também, unidades fortemente armadas, treinadas para administrar confrontações violentas

4 - De acordo com Tonry; Morris (2003, p. 558) não há um acordo sobre a sigla SWAT, normalmente empregado como Special Weapons and Tactics (Armas e Táticas Especiais), mas sendo também encontrado como Special Weapons Attack Team (Equipe de Ataque com Armas Especiais).

com indivíduos ou grupos – como quando são feitos reféns, em cercos, ataques terroristas e violência de multidões. Na Austrália, no Canadá, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, essas unidades são pequenas. Talvez pela influência mundial da televisão americana, elas são chamadas genericamente de unidades SWAT, mesmo quando o nome local é diferente (TONRY; MORRIS, 2003, p. 558).

Neste contexto verificou-se que na Europa, onde ocorreram várias ações terroristas a partir do ano 1970, diversos países adotaram também o modelo de grupos especiais de polícia para ações de alto risco, pois na França há o Grupo de Intervenção da Gendarmeria Nacional (GIGN); na Alemanha há a Polícia do Grupo Especial de Fronteiras 9 (GSG-9); na Espanha existe o Grupo de Operações Especiais (GOE) da Guarda Civil, dentre outros.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo, com o avanço da guerrilha rural, criou em 1971 uma unidade especial para operações, o Comando de Operações Especiais, constituído inicialmente para ser uma tropa de contraguerrilha rural e, em 1988, foi criado o Grupo de Ações Táticas Especiais, voltado a operações especiais urbanas.

No Estado do Rio de Janeiro, diante do recrudescimento da criminalidade urbana, a Polícia Militar criou em 1971 o Destacamento de Atividades Especiais, entretanto, necessitando de maior especialização, instituiu em 1978 o Núcleo da Companhia de Operações Especiais, que deu origem ao Batalhão de Operações Policiais Especiais.

De forma similar surgiram outras unidades de operações especiais policiais no Brasil, majoritariamente pertencentes às Polícias Militares, demonstrando através de atuações em ocorrências, a importância da especialização das polícias, como é o caso da Companhia de Operações Especiais (COE), Subunidade pertencente ao Batalhão de Missões Especiais (BME) da PMES (PMES, 2012).

O BME tem como embrião o Pelotão de Choque do 1º Batalhão, sendo seu comandante o então 2º Tenente Juarez Monteiro da Silva, que é precursor de tal especialização policial no Estado do Espírito Santo, pois foi o primeiro policial militar capixaba a concluir com aproveitamento o 1º Curso de Operações Especiais (COEsp) na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Diante das demandas crescentes, conforme disponível em PMES (2012) houve a necessidade de um grupo capacitado e equipado para fazer frente a ocorrências com características específicas, motivo pelo qual

o Comando Geral da PMES criou, em 1986, a Companhia de Polícia de Choque, ainda vinculada ao 1º BPM, que em 1988, deixou de pertencer ao 1º BPM, tornando-se Subunidade Independente.

Com o crescimento populacional e urbano, além do aumento das crises e conflitos sociais, o Comando da PMES, percebendo a necessidade de ter um efetivo ainda mais especializado, criou o Batalhão de Missões Especiais, no ano de 1998, constando em sua estrutura organizacional a Companhia de Operações Especiais.

4 OPERAÇÕES ESPECIAIS POLICIAIS: CONCEITUAÇÃO E DELIMITAÇÃO

Na realidade brasileira ocorreram, em algumas atuações policiais, inadequações, desconhecimento ou desvios, diante da concepção de ações similares às ações comandos em atividades de policiamento.

Entendido então estes erros como sendo de origem, pois ao observar a definição estritamente militar, voltada então para a atividade de operações especiais, no contexto dos conflitos de guerra ou guerrilha, tal entendimento estaria, de certa forma, afastado da atuação policial, circunscrita diferenciadamente, pois segundo a OTAN operações especiais são:

atividades militares conduzidas por forças especialmente designadas, organizadas, treinadas e equipadas, que utilizam técnicas operacionais e modos de ação não habituais para as forças convencionais. Essas atividades são desenvolvidas em toda a gama de operações das forças convencionais, em coordenação com elas, para atingir objetivos políticos, militares, psicológicos ou econômicos. Questões político-militares podem demandar o recurso a técnicas clandestinas ou discretas, aceitando um nível de risco físico e político incompatível com as operações convencionais. (DENÉCÉ, 2009, p. 234)

Paralelamente, no que concerne à polícia moderna, a organização do trabalho institucional passou por uma série de transformações, várias invenções e tecnologias que afetaram o fluxo de informações, os métodos de trabalho, formas de policiamento e atuações. A polícia adotou uma gama de aspectos tecnocráticos de policiamento, percebendo a necessidade de mudanças e aquisição de novas tecnologias.

Os aspectos tecnocráticos do policiamento não estão limitados ao uso de tecnologias materiais. Há mudanças paralelas no uso e desenvolvimento de tecnologias sociais. As duas que talvez tenham sido as mais adotadas nos departamentos de polícia foram as referentes à negociação de reféns e às unidades da SWAT (TONRY; MORRIS, 2003, p. 100).

Assim sendo, independente da constituição como militar, mas diante do amplo espectro da segurança pública, diferente da concepção voltada para a guerra, onde a constituição inicial militar pôde servir de inspiração, mas urge a necessidade do devido enquadramento e adequação à atividade policial, de natureza civil, especificamente na contextualização da proteção social, socorro e auxílio à população.

É o que assegura Bittner a partir da definição da atuação da polícia contra os “inimigos”, como os alvos da força legítima e no trato da segurança pública como “guerra”, com o aumento da força coercitiva, avaliando como modelo incompatível com a atividade policial, estando os “policiais expostos às exigências de uma natureza conflitante, em que suas ações devem refletir bravura militar e perspicácia profissional” (BITTNER, 2003, p. 139).

Plausível então conceber um conceito para a atividade operações especiais policiais, apesar de sua complexidade, respeitados os devidos contextos temporais e locais, podendo ser enquadrada:

[...] pela forma como se faz singular diante das demais formas de expressão de fazer-se polícia (policiamento), sendo forma esta em reforço às demais [...]. Ainda prende-se à frequência e constância de sua especialização e treinamento cotidiano, pois se torna uma força de pronta resposta e amparo ao problema que a própria polícia, por um fator ou outro, não consegue demandar. Mais quanto ao grande risco apresentado, superior ao normalmente suportado pelo policial de rua, vindo em defesa deste e efetivando resposta ao fator criminal de risco à sociedade. (KIRKHAM, 1975, p. 82)

A temática acerca das operações especiais policiais passou a ser abordada recentemente no Brasil, onde o recrudescimento da violência urbana, às vezes promovido por grupos criminosos com atuações similares às terroristas, tem levado as autoridades policiais a investir cada vez mais em inteligência e especialização das unidades

policiais especiais, cuja atuação se dá basicamente nos eventos considerados críticos.

A ideologia de emprego da força policial, entretanto, não deveria ser a da guerra contra o crime, ou do combate com características de confronto armado. A lógica de guerra e confronto que por muitos anos permeou a atividade policial brasileira não encontra respaldo nos princípios democráticos da atual sociedade brasileira, como definiu Rolim:

[...] as práticas violentas ainda encontradas na maioria das forças policiais em todo o mundo são tributárias de um discurso que expressa a opção de definir o papel das polícias como forças de combate ao crime, em vez de forças para a garantia da lei. (ROLIM, 2006, p. 49)

Fatos ocorridos nos estados do Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, com incêndios de ônibus, execução de policiais e territórios tomados pela criminalidade demonstraram claramente que o precedente do uso do terror está em vigor.

Segundo Muniz (2006, p. 2) cabe ao estado não aceitar tal situação e responder de modo técnico e profissional às ações criminosas tão audazes, afirmando ainda que aceitar instâncias de terror criminoso cristaliza uma percepção generalizada de ameaça, sentida como onipresente e temida como onipotente. Não ceder ao terror exige saber como enfrentá-lo.

Ainda de acordo com ela um passo primordial para enfrentamento desta e de outras situações de grave perturbação da ordem pública está na articulação dos grupos especiais de investigação e intervenção, informando-lhe das missões e dotando-lhe dos meios necessários.

Esta contextualização se vincula à concepção moderna na qual o propósito da atuação em operações especiais policiais, situada no conceito democrático, permite ratificar que o enquadramento destas táticas especializadas deve estar voltado à minimização de vítimas, como deve ser a atuação policial profissional.

Pesquisa amparada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), realizada por Proença Junior (2006, p. 28), demonstra alguns parâmetros para as operações especiais policiais, situando alguns equívocos que impedem uma abordagem consistente acerca da atividade, conforme segue abaixo.

Primeiramente nem todo pessoal ou grupo denominado como de operações especiais policiais assim o são, pois são utilizados em tarefas que não têm haver com seu preparo específico, citando como tal: a necessidade do emprego como reserva de efetivo, escolta de autoridades, o uso e prestígio destes grupamentos como ferramenta política ou de comunicação social, dentre outros desvios.

Outra imprecisão seria a indução, contaminada pela lógica do emprego incidental, do emprego de unidades de operações especiais policiais pelo que é considerado importante pela organização policial em determinado momento, com qualificativos destacados pela mídia, havendo confusão da especificidade com a agenda política de segurança pública, em prejuízo de ambas.

Um terceiro erro é considerar que toda atividade policial perigosa é uma operação policial especial, transcorrendo uma confusão e ignorância acerca da realidade do trabalho policial, no qual risco e perigo estão sempre presentes em algum nível.

Uma quarta dubiedade se dá em relação à contraposição entre a rotina policial e as operações especiais policiais, arriscando os paradoxos entre estes aspectos, onde a realidade policial é marcada pela imprevisibilidade, fazendo com que a noção de rotina passe a ser marcada pela possibilidade de algo especial.

Em alternância com a destinação de rotina policial aos procedimentos administrativos da polícia, impondo a incoerência de que toda ação ostensiva e muito da ação investigativa e de inteligência da polícia passe a ser chamada “especial”.

Assim, a realidade das operações especiais policiais exige o estabelecimento de elementos de previsibilidade.

O conceito desta atividade pode variar de uma organização policial para outra, podendo ainda variar dentro de uma mesma organização policial no tempo, ou ainda se condicionar a imperativos administrativos ou políticos.

Proença Júnior (2006, p. 30) demonstra com clareza que as formas usuais de caracterização de operações especiais policiais são insatisfatórias. Se esta definição depender de quem as nomeie a cada instante, qualquer esforço no que concerne à compreensão ou avaliação é inútil, não sendo admissível que se possa colocar ou tirar elementos de seu significado, nomeando ou deixando de nomear quaisquer atividades como operação especial.

A partir deste desenvolvimento, demonstrando o entendimento do que não pode ser considerado operações especiais policiais, este autor

formulou situações-tipo em que os policiais fazem uso de força contra a recalcitrância armada, delimitando as situações em seus fins, tais como: “resgate de reféns; reforço a policiais confrontados com a resistência armada; e execução de mandados de alto risco” (PROENÇA JÚNIOR, 2006, p. 44).

Ele também afirma que existem polícias onde as decisões de recorrer ao emprego do efetivo de operações especiais policiais são do policial encarregado, que avalia e decide de maneira discricionária quanto ao uso de grupos ou equipes táticas, como ocorre na polícia da Zona Metropolitana de Chicago. Assim como há polícias em que qualquer instância de ação contra a perspectiva de resistência armada exige uma operação policial especial, como a Polícia Metropolitana de Londres.

Na realidade brasileira, de acordo com Pires e Rodrigues (2006, p. 33), as operações especiais policiais ficaram alicerçadas nas atividades de sniper⁵, times táticos, equipe antibombas, grupo de negociadores, operações em zona rural e patrulhamento em áreas de risco.

5 ESPECIALIZAÇÃO E UNIDADE TÁTICA EM OPERAÇÕES ESPECIAIS POLICIAIS

Diante de escassos estudos realizados por policiais brasileiros acerca da atividade de operações especiais policiais no Brasil, optou-se como necessário, inicialmente, observar na gestão de estruturas organizacionais alguns aspectos sobre a especialização do trabalho.

Para Robbins (1998, p. 301) o termo especialização ou divisão do trabalho descreve o grau em que as tarefas na organização estão subdivididas em trabalhos separados, onde os indivíduos se especializam em fazer parte de uma atividade, tornando mais eficiente as habilidades de seus funcionários, principalmente nas organizações onde se exige este desenvolvimento.

Monjardet (2003) em estudo acerca das polícias ocidentais, especialmente a polícia francesa, verificou alguns aspectos da polícia relacionando-a com a prestação de serviço à sociedade, tratando a especialização como disponibilidade e mobilidade, condicionando a capacidade de uma unidade ser reunida, equipada e mobilizada a todo instante, em prazos curtos, acrescentando que “a isso corresponde toda

5 - Termo empregado para designar atirador de precisão.

uma gama de empregos particulares que requerem em relação ao emprego padrão, uma aprendizagem específica” (MONJARDET, 2003, p. 132).

Ela considera uma qualificação como sendo específica, reconhecida, ligada a uma destinação oficial e permanente, e não especializações muito diversas, cujas amplitudes podem induzir a algum dilema, como fator de rigidez e freio à mobilidade.

Assim a especialização em operações especiais policiais é compreendida como postura institucional na necessidade de aquisição de saberes específicos, melhor prestação de serviço à sociedade, valorização da corporação e modernização do serviço público, postura corroborada por Bayley (2006, p. 50) ao analisar sobre o desenvolvimento da polícia moderna, considerando como especialização policial a exclusividade em desempenhar determinada tarefa.

Neste contexto Tonry e Morris (2003, p. 554) consideram que as forças policiais são organizadas em termos de função, ou seja, a natureza do trabalho executado, ou tendo em vista o comando do território.

Na especialização por função, os autores entendem que podem ocorrer problemas produzidos por estas atividades, devendo a instituição se organizar e implementar medidas para minimizar eventuais danos à prestação de serviço.

Abordando temática acerca da segurança pública no Brasil, Silva faz algumas considerações acerca do que considera especialização, departamentalização e compartimentação, constantes em algumas organizações policiais, compreendendo que:

Até certo ponto, as atividades internas podem ser consideradas especializadas no sentido de que o conhecimento aprofundado das rotinas por parte do pessoal nelas empregado, contribuindo para a qualidade do todo, com vantagem de permitir o controle organizacional (SILVA, 2003, p. 341).

Para este autor tem que haver diferença no desempenho dos especializados em relação aos generalistas, considerando que não se pode pensar em especialização com a ideia de departamentalização, mesmo porque a criação de setores especiais de polícia só seria justificada para cumprir tarefas que não possam ser realizadas a contento pela generalidade dos policiais.

Assim, ainda de acordo com este autor, se o setor especializado for empregado efetivamente para desenvolver atividades especiais, ocorre

a especialização, caso contrário, se verificará mera compartimentação, com a verificação de nichos isolados e impermeáveis, no interesse dos seus integrantes.

Silva questiona a destinação e utilização de unidades de operações especiais, considerando que:

Aliás, a esse respeito, tem-se observado em alguns Estados a utilização das chamadas unidades de operações especiais para executar tarefas gerais. Como se sabe, no mundo inteiro essas unidades são destinadas a situações específicas, certas e determinadas, que exigem habilidades individuais especiais e alta capacitação técnica (SILVA, 2003, p. 342).

Seria inadmissível, na visão deste autor, que algumas destas unidades se igualem no fazer das unidades convencionais de área, não havendo qualquer diferenciação, executando o mesmo serviço, estando preparada para “fazer o geral”, não havendo sentido em manter uma unidade com esta finalidade.

Assim é preciso considerar a alocação dos policiais em uma unidade tática, já que notoriamente, em operações especiais policiais, a ação individual não é a melhor alternativa, somente sendo possível este fazer profissional na articulação de “grupos policiais em equipes capazes de atuar como corpos táticos” (PROENÇA JUNIOR, 2006, p. 37).

Ao observar o modelo americano, o autor considera que em algumas equipes SWAT, estes grupos policiais podem ser constituídos de maneira *ad hoc*, assim entendidos como a agremiação de policiais atuando juntos a partir de um determinado momento e para uma dada situação, verificando-se que esta configuração é limitada, tanto no tempo quanto em sua eficácia. Este grupo, reunido para o instante, carece de articulação e coesão internas, necessárias a uma equipe treinada para atuar em unidade coletivamente.

Assim, o que se pode identificar como sendo a raiz das diversas práticas de operações especiais policiais é precisamente esta passagem – de grupos policiais para equipes consolidadas capazes de atuarem de maneira articulada. Em termos rigorosos, isto compreende a passagem entre a associação de diversos policiais para uma dada tarefa e sua organização em corpos táticos. (PROENÇA JUNIOR, 2006, p. 38)

É compreendida como organização em corpo tático uma equipe que atua como um único corpo regular cujas decisões e ações individuais se inscrevem numa mesma gramática de atuação, tornando-as conhecidas, estáveis e previsíveis entre os seus integrantes.

Existem então dois elementos essenciais, que explicam as vantagens táticas dessa equipe de policiais: a unidade de comando e a divisão de responsabilidades e tarefas.

O que conforma esta especialidade numa unidade de operações especiais policiais é que cada policial que a integra renuncia a sua decisão individual, compreendendo o processo de divisão de tarefas, passando a obedecer a um comando imposto hierarquicamente.

Neste contexto Katzenbach, citado por Cury (2000, p. 269), define uma verdadeira equipe de alto desempenho como “um número pequeno de pessoas com habilidades complementares, comprometidas com objetivos, metas de desempenho e abordagens comuns pelos quais se consideram mutuamente responsáveis”.

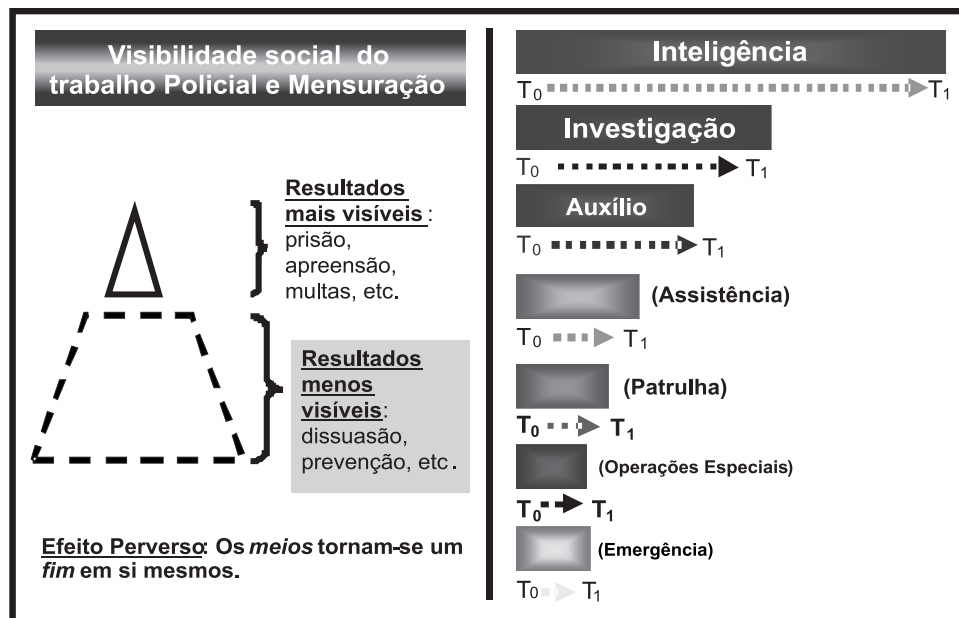
Importante então a observação de Cury (2000, p. 269) ao descrever os indicadores, definidos por Katzenbach, para a atuação de equipes de alto desempenho, como esperado para a atividade de operações especiais policiais, a saber:

1. Um número pequeno;
2. Habilidades complementares;
3. Objetivos e metas de desempenho comuns;
4. Compromisso com uma abordagem de trabalho comum;
5. Responsabilidade mútua.

Esta delimitação exige das instituições policiais um preparo duradouro, sendo essencial que as polícias possuam uma unidade, com efetivo pequeno, mas que responda pelas demandas surgidas no contexto social.

A respeito de unidade tática também são importantes as considerações de Muniz (2006, p. 69) acerca da temporalidade, comparando a diversidade da atuação policial, conforme o quadro abaixo.

TEMPORALIDADES POLICIAIS



Temporalidades policiais, uma variável crucial: Atribuições, Resultados e Cobranças. - Fonte: Muniz (2006, p. 69)

No quadro acima a temporalidade nas diversidades da atuação policial (inteligência, investigação, auxílio, assistência, patrulha, operações especiais, emergência) varia entre o T₀ (tempo inicial) e T₁ (tempo final), necessitando então uma articulação da instituição policial para cada caso.

A temporalidade para o emprego da atividade de operações especiais policiais é quase que imediata, a demanda se dá no tempo “agora”, enquadrado como emergência, admitindo condicionantes políticas e de natureza tática e estratégica, no que se refere à responsabilização, principalmente diante da possibilidade real do uso da força.

6 CONCLUSÃO

Em todo o mundo as polícias adotaram uma gama de aspectos tecnocráticos de policiamento, percebendo a necessidade de mudanças e aquisição de novos saberes, a partir do mapeamento das suas atribuições, que são inúmeras, identificando e justificando a necessidade de criação da atividade de operações especiais, diante das inúmeras demandas sociais.

Assim foram concebidas as unidades especiais policiais direcionadas ao atendimento de ocorrências, entendidas como sendo de alto grau de risco, em contextos, doutrinas e constituições diferenciadas, sendo unidades armadas, treinadas para administrar confrontações violentas com indivíduos ou grupos, em crises com reféns, em cercos, ataques terroristas, na busca e prisão de infratores com recalcitrância armada, dentre outros.

A concepção da atividade de operações especiais policiais no Brasil esteve inicialmente vinculada a uma visão de guerra e militarizada, a partir da constituição histórica das Polícias Militares, reproduzindo-se a partir do arquétipo da atividade de Comandos, dentro da realidade das Forças Armadas, que com certeza servem de inspiração e compreensão histórica.

Entretanto esta modelagem, atualmente, seria parcialmente incompatível com o contexto da segurança pública, merecendo a devida reflexão, ao menos diante da concepção de uma polícia democrática, visto a diferenciação de realidades, persistindo ainda alguns contrapontos na realidade policial: guerra e paz; destruição de inimigo e proteção ao cidadão; eliminação de objetivo e gerenciamento de crises.

Na atividade policial a possibilidade do uso da força é sempre iminente e real, visto o monopólio estatal na proteção social, mas esta ação é limitada e pontual, a fim de proporcionar tranquilidade pública, pois a preservação da ordem pública precisa ser concebida a partir de uma perspectiva profissional e humanista.

Achar que todas as querelas em segurança pública serão resolvidas pelas unidades especiais das polícias, muitas vezes deturpando e desviando estas atribuições, são equívocos ainda cometidos pelos altos gestores, chefes e comandantes, que não deveriam ocorrer, evitando o descrédito e o desgaste da imagem das instituições.

Assim sendo esta especialização policial é imprescindível às instituições, realidade nas organizações policiais modernas, pois

este fazer concebe conhecimento aprofundado das rotinas por parte dos policiais nele empregado, contribuindo para a qualidade do todo, apresentando a vantagem de permitir o controle organizacional, tornando mais eficiente o desempenho das habilidades dos policiais, que devem ser refletidos nos resultados.

Uma unidade de operações especiais policiais necessita ser organizada e articulada em corpo tático unificado, garantindo a coesão necessária a uma equipe, treinada para atuar coletivamente, onde decisões e ações individuais se inscrevem numa mesma gramática de atuação, estáveis e previsíveis entre os seus integrantes.

Isto é justificável pela circunscrição da atividade diante das demandas de emergência, onde a temporalidade do presente pressupõe mobilização e capacidade de resposta da instituição policial, de forma célere, pontual e eficaz, mesmo porque estas demandas concorrem para a exploração imediata da mídia, comoção e presença de populares, riscos para vidas, bem como a repercussão nas esferas políticas e estratégicas.

Propostas de modernização, eficiência, produtividade e qualidade possuem extremada valoração na premissa social, e muito mais no caso da polícia, quando os serviços são diretamente prestados aos cidadãos, pois na contemporaneidade existem constantes transformações, as estruturas estatais não podem se estagnar, assim as mudanças são inevitáveis e necessárias à sobrevivência das instituições.

As instituições policiais devem proceder a uma delimitação objetiva do que enquadrem como sendo atribuições dos efetivos de operações especiais policiais, sendo imprescindível a antecipação das estruturas e conjunturas estatais ante a mutação das modalidades criminosas. As missões destes efetivos devem ser bem definidas, diante das peculiaridades e variáveis observadas, para que não haja a compreensão de que tudo pode ser enquadrado como operação especial policial.

Da mesma forma, diante de princípios como interesse público, transparência, e racionalidade, outras atividades ditas especializadas no âmbito das instituições policiais merecem ser analisadas sob a égide da necessidade, destinação, justificativa, estruturação e capacitação, para que não ocorram infortúnios e questionamentos diversos, precipuamente aqueles direcionados ao descrédito da atividade policial.

REFERÊNCIAS

- AMADOR, F. S. **Violência policial: verso e reverso do sofrimento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 174 p.
- BAYLEY, D. H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 267 p.
- BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: EDUSP, 2003. 383 p.
- BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Acadêmica, 1986.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CURY, A. **Organização e métodos: uma visão holística**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- DENÉCÉ, E. **A história secreta das forças especiais**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
- KIRKHAM, G. L. **The final cut. Los Angeles: UCLA-Criminal Sciences**, 1975.
- KLEIN, A. J. **Contra ataque: o massacre nas olimpíadas de Munique e a reação mortal de Israel**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 230 p.
- MARÃO, P. V. **Eneida**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MONJARDET, D. **O que faz a polícia**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MONET, J. C. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- MUNIZ, J. **Teoria de polícia**. Apostila do Curso de Especialização em Segurança Pública / Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Pós-Graduação, Faculdades Integradas Espírito-Santenses, Vitória, 2006.
- PMES (Polícia Militar do Espírito Santo). **Unidades da PMES**. Unidades Especializadas. Batalhão de Missões Especiais. Disponível em: <<http://www.pm.es.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

PROENÇA JUNIOR, D. **Conceitos, métricas e metodologia da avaliação do desempenho policial em operações especiais**. 2006. 140 p. Pesquisa apresentada no Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública – Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brasília, 2006.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

PIRES, R.W.M.; RODRIGUES, A. J. **Análise da Companhia de Operações Especiais do BME para adequação do modelo vigente**. 2006. 81 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública / Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Pós-Graduação, Faculdades Integradas Espírito-Santenses, Vitória.

ROLIM, M. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. 311 p.

SILVA, J. da. **Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada**. Rio de Janeiro: FORENSE. 2003.

TONRY, M.; MORRIS, N. **Policiamento moderno**. São Paulo: EDUSP, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. **Guia para normalização de referências: NBR 6023:2002**. 3.ed. Vitória: A Biblioteca, 2006a.

_____. Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos**. 5. ed. Vitória: A Biblioteca, 2006b.

YOUNG, P. **Comandos: os soldados-fantasmas**. Rio de Janeiro: Renes, 1975.

A dependência química e o trabalho desenvolvido pelo programa de reabilitação à saúde do toxicômano e alcoolista - PRESTA

Edward Betzel¹

RESUMO

O artigo propõe-se fazer uma abordagem sucinta sobre a dependência química, antes, porém, irá discorrer brevemente sobre a origem e o surgimento das drogas num contexto mundial, bem como fazer uma contextualização no Brasil. Por fim a proposta tem como escopo principal, descrever o Programa de Reabilitação à Saúde do Toxicômano e Alcoolista (PRESTA), como programa de intervenção, ante a demanda no Estado do Espírito Santo, inserido na política pública de atenção às pessoas que usam e abusam de substâncias psicoativas. O estudo foi descritivo, qualitativo.

Palavras-chave: Usuário. Dependência Química. Intervenção e Tratamento.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento do consumo e dos problemas relacionados ao uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas constitui, atualmente, um grande desafio para a implementação de uma política de atenção aos problemas relacionados com o uso e abuso de drogas no Brasil. Este desafio exige respostas eficazes e eficientes do governo e da sociedade na construção de um programa de intervenção integrada, que inclua ações relacionadas à promoção da saúde, conscientização e informação sobre os riscos da drogadição, disponibilização de serviços de atendimento, estudos clínicos sobre tratamento, dentre outros.

O consumo de álcool, tabaco e outras drogas agravam problemas sociais, traz sofrimento para indivíduos e famílias e tem consequências econômicas importantes.

1 - 1º Tenente da PMES; Licenciatura Plena em Pedagogia – UFES; Pós-graduado em Políticas e Gestão de Segurança Pública – FAESA - E-mail: edward.betzel@pm.es.gov.br

2 CONCEITOS ATUAIS QUE ENVOLVEM A DEPENDÊNCIA QUÍMICA

2.1 Drogas:

Droga é toda substância que é produzida fora do corpo e que administrada de qualquer forma – inalada, cheirada, bebida, fumada, comida ou injetada, tem propriedades de alterar o humor do indivíduo dando uma sensação de prazer. Nesta linha de pensamento, Ronaldo Laranjeira (2003) afirma:

Droga é considerada como toda substância psicoativa, que ao ser administrada sob qualquer forma e via, trará ao usuário efeitos de mudanças do seu estado anterior. Sua busca se dá por motivos e intenções diretas ou indiretas, e suas consequências e efeitos estão ligados diretamente ao sujeito e as circunstâncias que o levaram ao uso (LARANJEIRA, 2003, p.17).

Segundo a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), droga é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento (Brasil, 2010).

Para Carranza & Pedrão, as drogas servem como ponto de apoio para circunstâncias adversas da vida:

As drogas passaram a servir como um ponto de “apoio” para os indivíduos que vivem nas desesperanças, nas tristezas, nas angústias causadas pelo mal estar da sociedade atual, não conseguindo acompanhar esse processo de transformação diária, acaba encontrando nas drogas uma forma de viver por alguns instantes fora da realidade (CARRANZA & PEDRÃO, 2005, p.41).

Destarte, percebe-se que droga é qualquer substância que ao ser introduzida no organismo do indivíduo, tem capacidade de promover alterações psicológicas, físicas ou comportamentais.

Ainda, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), existe uma classificação de interesse didático, que se baseia nas ações das drogas no Sistema Nervoso Central (SNC), conforme as modificações observáveis na atividade mental ou no comportamento da pessoa que utiliza a substância. São elas:

Drogas depressoras da atividade mental: álcool, barbitúricos, Benzodiazepínicos, Opióides e solventes ou inalantes.

Drogas estimulantes da atividade mental: anfetaminas, cafeína, cocaína e seus derivados (crack);

Drogas perturbadoras da atividade mental: maconha, Alucinógenos, dietilamida do ácido lisérgico (LSD), ecstasy, anticolinérgicos;

2.2 Dependência Química:

Segundo Loureiro (2007), a dependência química é um problema complexo, que apresenta variados fatores intervenientes, entre eles os biológicos, os sociais e os psicológicos, ensejando reações diversas entre os que estão envolvidos, devido a mudança do estilo de vida adotado após o início do uso da substância, afetando a qualidade de vida de quem apresenta a dependência. Entende-se por dependência química o uso abusivo de álcool e de outras substâncias psicoativas.

O conceito de dependência química perpassa pela necessidade de compreensão dos padrões de consumo das SPA (Substâncias Psicoativas), segundo a CEBRID(2011) o consumo de SPA pode ser descrito como uso: nos casos em que o indivíduo experimenta ou faz uso da substância de tal forma que não apresenta prejuízos ou complicações; Abuso: quando ocorrem complicações, prejuízos diretos ou indiretos e/ou riscos eminentes de prejuízos. A Classificação Internacional de Doenças (CID-10), considera os danos físicos e mentais já o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) considera ainda os danos sociais, sendo que a primeira é mais utilizada em nosso País. No que tange a dependência química a CID-10 e DSM-IV estabelecem critérios claros de diagnóstico conforme tabela abaixo:

DSM-IV	CID-10
<i>Padrão mal adaptativo de uso, levando a prejuízo ou sofrimento clinicamente significativos, manifestados por três ou mais dos seguintes critérios, ocorrendo a qualquer momento no mesmo período de 12 meses:</i>	<i>Três ou mais das seguintes manifestações ocorrendo conjuntamente por pelo menos 01 mês ou, se persistirem por períodos menores que 01 mês, devem ter ocorrido juntas de forma repetida em um período de 12 meses.</i>
<i>1 – Tolerância, definida por qualquer um dos seguintes aspectos:</i> <i>a) uma necessidade de quantidades progressivamente maiores para adquirir a intoxicação ou efeito desejado;</i> <i>b) acentuada redução do efeito com o uso continuado da mesma quantidade.</i>	<i>1 – Forte desejo ou compulsão para consumir a substância.</i>

DSM-IV	CID-10
2 – Abstinência, manifestada por qualquer dos seguintes aspectos: a) síndrome de abstinência característica para a substância; b) a mesma substância (ou uma substância estreitamente relacionada) é consumida para aliviar ou evitar sintomas de abstinência.	2 – Comprometimento da capacidade de controlar o início, término ou níveis de uso, evidenciado pelo consumo frequente em quantidades ou períodos maiores que o planejado ou por desejo persistente ou esforços infrutíferos para reduzir ou controlar o uso.
3 – A substância é frequentemente consumida em maiores quantidades ou por um período mais longo do que o pretendido.	3 – Estado fisiológico de abstinência quando o uso é interrompido ou reduzido, como evidenciado pela síndrome de abstinência característica da substância ou pelo uso desta ou similar para aliviar ou evitar tais sintomas.
4 – Existe um desejo persistente ou esforços mal-sucedidos no sentido de reduzir ou controlar o uso.	4 – Evidência de tolerância aos efeitos , necessitando de quantidades maiores para obter os efeitos desejados ou estado de intoxicação ou redução acentuada destes efeitos com o uso continuado da mesma quantidade.
5 – Muito tempo é gasto em atividades necessárias para a obtenção e utilização da substância ou na recuperação de seus efeitos.	5 – Preocupação com o uso , manifestado pela redução ou abandono das atividades prazerosas ou de interesse significativo por causa do uso ou do tempo gasto em obtenção, consumo e recuperação dos efeitos.
6 – Importantes atividades sociais, ocupacionais ou recreativas são abandonadas ou reduzidas em virtude do uso.	6 – Uso persistente , a despeito de evidências claras de consequências nocivas, evidenciadas pelo uso continuado quando o sujeito está efetivamente consciente (ou espera-se que esteja) da natureza e extensão dos efeitos nocivos.
7 – O uso continua, apesar da consciência de ter um problema físico ou psicológico persistente ou recorrente que tende a ser causado ou exacerbado pela substância.	

Fonte: Brasil (2010)

Conforme descrito acima é facilmente perceptível a existência de sintomas de dependência física, psíquica e quando observamos os critérios da DSM-IV são ainda considerados fatores sociais conforme mencionado anteriormente.

3 EPIDEMIOLOGIA

A humanidade sempre se utilizou de drogas, desde a antiguidade, ultrapassando o tempo e espaço de forma histórica, independente do local ou situação em que está inserida e conforme citam GIGLIOTTI & GUIMARÃES (2007):

O uso de drogas existe desde os primórdios da Humanidade, transcendendo especificidades de raça, gênero, idade ou classe social. A relação do indivíduo com as drogas foi se modificando ao longo do tempo, e na contemporaneidade temos visto o uso e o abuso tornar-se cada vez mais complexos, tanto a prevenção quanto o controle e o tratamento dos transtornos relacionados a estas questões. (GIGLIOTTI & GUIMARÃES, 2007, p. 71)

Pelas palavras apresentadas em referência, extrai-se que com o crescimento do mercado das drogas decorrentes, aumenta também a responsabilidade dos profissionais que lidam com o tema e influenciam as políticas públicas. Até porque o problema da dependência química permeia toda a sociedade, envolvendo família, escola, economia, sistema de saúde e segurança pública.

O uso de substâncias psicoativas (SPA) na humanidade data de milhares de anos, quer seja por motivações religiosas ou para alívio dos sofrimentos. As SPA sempre estiveram presentes e exerceram um papel nas sociedades. Com o advento da industrialização surgiram nas cidades às monções populacionais e com esses, o agravamento das tensões sociais e da pobreza.

Em meio a esse processo histórico ocorreu ainda a revolução científica e com essa, o desenvolvimento de vários processos de manipulação de substâncias e destilação como processo que possibilitou o desenvolvimento de substâncias mais concentradas, as quais passaram a ser utilizadas pelos indivíduos. Já nesse contexto se detectou que em determinadas situações o uso dessas substâncias não se dava igualmente entre todos os indivíduos, sendo alguns vitimados pela necessidade quase que incontrolável do uso das mesmas (Escohotado, 1994).

Segundo CORREA & MARTINS (2004, p. 125), o consumo de drogas aparece como um dos problemas que mais tem despertado interesse e

preocupação nas últimas décadas. O homem pela sua própria natureza tem buscado, através dos tempos, alternativas para aumentar seu prazer e diminuir o sofrimento. De início, os chás, os fumos mágicos, os óleos medicinais que eram empregados de forma controlada por normas sociais e ritos tinham sempre uma função curativa, ritualística, ou mesmo mística.

O Brasil vem enfrentando problemas com relação ao uso e abuso de substâncias psicoativas, conforme veiculado na mídia, de um lado existe a figura do usuário experimental, usuário social e o dependente químico, propriamente dito, e na outra ponta da linha o país se depara com um grande aparato formado por traficantes e pessoas recrutadas a serviço da compra e venda ilegal de drogas ilícitas ou até mesmo lícitas, mas não menos nocivas quanto àquelas. Muitas vezes ultrapassando fronteiras com outros países da América do Sul, como Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai e as Guianas Francesas.

Em 2001 e 2005 foram realizados levantamentos sobre uso de drogas psicotrópicas no Brasil, que quando comparados demonstram aumento na prevalência da dependência do álcool. Ainda foi evidenciado que mais de 75% dos entrevistados já haviam bebido alguma vez na vida, bem como consumo de álcool em faixa etárias cada vez mais precoces, o que demonstra a necessidade de revisão das medidas de controle, prevenção e tratamento (BRASIL, 2001 e 2005).

A realidade detectada em levantamentos demonstra que as medidas de controle, prevenção e tratamento necessitam de revisão e que as ações nesse sentido têm valor, todavia, há necessidade de busca por maior conhecimento do aparato existente, bem como desenvolvimento dos eficazes e aprimoramento dos deficitários. Nesse contexto surgiu a necessidade de se conhecer e divulgar a proposta do Programa de Reabilitação à Saúde do Toxicômano e Alcoolista como uma dessas propostas de prevenção e tratamento à dependência de substâncias psicoativas (SPA).

4 FORMAS DE TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA DE SPA

Conforme LARANJEIRAS (2001, p.401 e 402) para escolher o tipo de tratamento, deve-se levar em conta a gravidade do uso e os recursos disponíveis. Existem vários modelos utilizados de comprovada recomendação científica e que são indicados, de acordo com critérios preestabelecidos:

- Desintoxicação, que pode ser em nível de tratamento ambulatorial, internação domiciliar e internação hospitalar. Em quaisquer dos casos, a desintoxicação pode ser medicamentosa para aliviar os sintomas, bem

como prevenção do agravamento do quadro e como forma de vincular a pessoa ao tratamento.

- Grupos de autoajuda, que se norteia pelos 12 passos e as 12 tradições de A.A e N.A, como principal literatura. Esses grupos são muito importantes para recuperação de indivíduos com transtornos por uso abusivo de álcool e outras drogas. Tais programas servem como apoio ao dependente químico, são gratuitos e amplamente disponíveis em todo o Brasil, além de divulgar princípios psicológicos e espirituais que ajudam as pessoas a lidar com as dificuldades da vida diária e manter uma qualidade de vida de forma sóbria.

- Comunidades terapêuticas, que são locais disponíveis para tratamento de dependentes químicos, muitas vezes em forma de fazendas, que se norteiam por orientações teóricas, geralmente com filosofia terapêutica disciplinar, trabalho e religião. Esse tratamento é direcionado para aqueles indivíduos que necessitam de controle externo, que não conseguem manter-se em abstinência sem auxílio. Utilizam atendimento médico e há a possibilidade de prescrição de medicamento devido situações de comorbidade ou dependência grave.

- Tratamentos farmacológicos, os quais funcionam com uso de medicamentos prescritos por profissionais da área médica, tanto em situações de internação hospitalar, quanto no tratamento ambulatorial, visando tratar sintomas de intoxicação e abstinência.

- Tratamentos psicossociais, que são os mais amplamente utilizados e disponibilizados em postos de Saúde, Centro de Atenção Psicossocial 0-Álcool e Drogas (CAPS-ad) e serviços de atendimento em hospitais gerais. As intervenções psicossociais podem ser por entrevista motivacional e aconselhamento.

- Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) e Prevenção de Recaída: procuram corrigir algumas distorções de pensamentos e crenças e o comportamento que o dependente tem em relação às drogas.

- Terapia de Grupo que visa atender um maior número de pessoas, num menor espaço de tempo e com custo mais baixo.

- Terapia de Família, quando se percebe que o conflito familiar interfere diretamente no tratamento.

- Redução de Danos, utilizado com a finalidade de prevenir ou reduzir as consequências desastrosas associadas a um tipo de comportamento. É muito útil na redução da transmissão de HIV e hepatites através de programas de troca de seringas quando se usa drogas injetáveis (LARANJEIRAS, 2001).

Também existem outros modelos de tratamentos que adotam postura comportamental-cognitiva e que se fundamentam numa visão de comportamento aprendido e que pode ser modificado, conforme explica EDWARDS (1987):

Além do modelo médico de tratamento, surgiram outras propostas de intervenção advindas do modelo comportamental-cognitiva e baseadas na visão de dependência como hábito adquirido, um comportamento aprendido, automático e passível de ser modificado. Este modelo originou-se da psicologia que desde 1960 vinha desenvolvendo o estudo das respostas aos estímulos em seres humanos por meio de um modelo essencialmente comportamentalista e que se voltava para o estudo das emoções e de sua influência no comportamento. Este modelo explica o estresse e sua relação com um comportamento habitual. A emoção estava relacionada com muitas reações e, portanto, a cognição e o comportamento não poderiam ser vistos separadamente. Logo, o entendimento da cognição pôde ser uma ferramenta essencial para modificação do comportamento, (EDWARDS, 1987, p. 45)

No próximo tópico, este artigo descreve a respeito do PRESTA (Programa de Reabilitação à Saúde do Toxicômano e Alcoolista), como forma de tratamento para dependentes químicos, o qual funciona dentro do Hospital da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, o qual também implementa um modelo de Comunidade terapêutica, mesclado com terapias de grupos, cognitivo comportamental e prevenção de recaída.

5 O TRATAMENTO NO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO À SAÚDE DO TOXICÔMANO E ALCOOLISTA – PRESTA

Conforme descreve LOUREIRO, o Programa de Reabilitação à Saúde do Toxicômano e Alcoolista (PRESTA) foi fundado no ano de 1995 dentro do Hospital da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. Inicialmente, foi exposto o trabalho a ser desenvolvido com pessoas dependentes de militares. Exposição esta apresentada ao Comandante Geral da Polícia Militar e ao Diretor do Hospital da Polícia Militar:

Após expor a proposta de trabalho e obtido, à época, o apoio do Diretor de Saúdeda Polícia Militar (PM) do Estado do Espírito Santo e do Comandante Geral da Corporação para desenvolvê-lo, foram realizadas várias reuniões com os profissionais, no Hospital da Polícia Militar, com a finalidade de elaborar um projeto visando a criação de um programa específico para tratamento de dependentes químicos. Os entendimentos culminaram com a implantação, a partir de 5 de agosto de 1995, do Programa de Reabilitação

à Saúde do Toxicômano e Alcoolista (PRESTA) na unidade de internação psiquiátrica do Hospital da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. (LOUREIRO, 2007, p.25)

Após a aprovação deste projeto, deu-se início ao programa formado por uma equipe de profissionais da área da saúde e afins, como enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistentes sociais, psicólogos, médicos, professores de educação física, pedagogos, terapeutas ocupacionais e arte terapia. Ainda contava e conta até os dias atuais, com uma valiosa contribuição de um conselheiro em dependência química, o qual atende às diferentes demandas dos pacientes, como afirma LOUREIRO (2007):

Programa é integrado por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da área da saúde (enfermeiro, técnico de enfermagem, assistente social, psicóloga, médico) e de áreas afins, como educação física e arte-terapia, contando ainda com a contribuição de conselheiros em dependência química, no atendimento aos servidores civis, militares e respectivos dependentes. (LOUREIRO, 2007, p.29)

A equipe multidisciplinar é muito importante, pois envolve vários profissionais da saúde e de áreas afins, os quais aplicam processos terapêuticos, cuja finalidade é mostrar ao paciente a importância de se manter abstinente, assim como facilitar o tratamento da pessoa de forma a resgatar na mesma alguns valores perdidos ao longo da drogadição.

O PRESTA tem como característica a realização de vários tipos de ações de caráter preventivo, em conformidade o que prevê a Política Nacional de Atenção à Saúde Pública, promovendo tratamento abrangente com objetivo de reabilitar e manter a saúde do paciente, bem como reabilitá-lo para o retorno do convívio social. Neste sentido, podemos citar LOUREIRO (2007):

O PRESTA realiza ações de caráter preventivo em diferentes níveis, conforme prevê a Portaria nº 648, de 28 de março de 2006, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2006), visando o alcance da melhoria na qualidade de vida do grupo. A Política Nacional de Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, nos âmbitos individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. Cabe destaque para os incisos I a VI do Capítulo I ("Da Atenção Básica"), item 1 "Dos Princípios Gerais" da referida Portaria, que define os fundamentos da Atenção Básica: - possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de

saúde de qualidade e resolutivos, caracterizados como a porta de entrada preferencial do sistema de saúde, com território adscrito de forma a permitir o planejamento e a programação descentralizada, e em consonância com o princípio da equidade.(LOUREIRO, 2007, p.63).

Conforme já exposto anteriormente pela citação de LOUREIRO, o PRESTA, a princípio atendia aos servidores civis, militares e seus dependentes, todavia, com o passar do tempo e a crescente demanda por atendimento de dependentes químicos na sociedade espiritossantense, o programa abriu as portas para o público em geral, portanto, hoje atende a toda e qualquer pessoa desde que preencha requisitos básicos para ingresso. Como requisitos para internação é necessário que o indivíduo seja voluntário, não faça uso de medicamentos psicoativos, seja maior de 18 anos de ambos os sexos, não tenha debilidade física e intencione aderir à proposta de abstinência plena.

Para que haja a internação no PRESTA o futuro residente (paciente) deve efetuar agendamento por telefone; processo que ocorre todas as segundas feiras, exceto feriados; e comparecer a palestra de triagem, momento em que tomará conhecimento do funcionamento do programa, receberá noções básicas sobre a dependência e por fim poderá optar pelo ingresso ou não. Optando pelo ingresso no programa o futuro residente ingressa na etapa de pré-internação onde é acompanhado por profissional que irá atendê-lo com a finalidade de auxiliá-lo na construção de abstinência (período no qual o indivíduo dependente químico fica sem usar a substância) e conhecimento mais profundo da proposta e, onde por fim irá decidir pela internação de forma mais madura.

Ao ingressar no programa o residente inicia um processo terapêutico que prevê a permanência do mesmo durante quarenta dias internado, período em que deverá cumprir plano terapêutico baseado na filosofia dos passos de Alcoólicos Anônimos – AA, além de participar de atividades e terapias tais como: meditação, relaxamento, psicodrama, prevenção de recaída, aconselhamento em dependência química, educação física, terapia de artes diversas, terapia corporal, acompanhamento psicológico individualizado e atividade pedagógica.

Cumprindo a internação o residente passa à etapa de pós-internação período que tem previsão de duração de dois anos. Nesse período o residente comparece no programa todas as quintas-feiras no horário de oito às quinze horas, participando de atividades terapêuticas, com vista à reinserção do indivíduo no contexto sócio-familiar.

6 CONCLUSÃO

Historicamente o uso de substâncias psicoativas tem mudado de contorno e, com tais modificações, as sociedades têm buscado suas adaptações. O advento do consumo excessivo das substâncias psicoativas e, com esse os prejuízos tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, torna-se cada vez mais crescente a busca por estratégias e formas de tratar a dependência das SPA. Neste contexto o PRESTA é apresentado como uma alternativa àqueles indivíduos, que veem na estratégia de abstinência plena com internação terapêutica de curta duração e acompanhamento pós-internação, um caminho para o controle da dependência.

Entender a problemática da dependência química não tem sido tarefa fácil para os estudiosos desta temática, não sendo diferente também neste caso. Trata-se de um assunto complexo, que apresenta variados fatores intervenientes, entre eles os biológicos, os sociais e os psicológicos, ensejando reações contraditórias e ambivalentes naqueles que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com a situação.

Por tudo o que foi exposto, percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido por aqueles que convivem com o fenômeno da dependência de substâncias psicoativas. Para reverter esta situação, são válidos os grupos de estudo que enfocam textos específicos sobre o tema, a participação dos profissionais de saúde em cursos sobre dependência química objetivando a aquisição de novos saberes, além do intercâmbio com outros programas de tratamento que permitam a troca de experiências e ideias a respeito da dependência de substâncias psicoativas, e do tipo de tratamento de saúde que deve ser dispensado àquele que se vê acometido pela doença.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **I Levantamento Nacional sobre uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras.** Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; GREA/lpq – HCFMUSP. Brasília, 2001 e 2005.

CARRANZA, D. V. V.; PEDRÃO, L. J.; **Satisfacción personal del adolescente adicto a drogas en el ambiente familiar durante la fase de tratamiento en un instituto de salud mental.** Revista Latino-Americana de Enfermagem. 2005, vol. 13, pp. 836-844.

CEBRID – **Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas**. www.cebrid.epm.br. Acesso realizado em: 13 de setembro de 2011.

CORRÊA, A.K.; MARTINS, E.R.C. **Lidar com substâncias psicoativas: o significado para o trabalhador de enfermagem**. Rev. Latino-am Enfermagem. 2004, n. 12, pp. 398 – 405.

EDWARDS, G. **Técnicas Especiais. O Tratamento do Alcoolismo**. São Paulo Martins Fontes, 1987).

ESCOHOTADO, A. **Las Drogas**. De los Orígenes a La prohibición . Madri, Alianza Editorial, 1994.

GIGLIOTTI, analice, GUIMARÃES, Ângela. **Dependência, Compulsão e Impulsividade**. Rio de Janeiro. Editora Rúbio, 2007.

LARANJEIRA, R; Abuso e Dependência de Àlcool – Diagnóstico e Tratamento Farmacológico. In **Dependência Química, novos modelos de tratamento**. São Paulo: Editora Roca, 2001, pag 1-18.

LARANJEIRA, R.; **Usuários de substâncias psicoativas: abordagem, diagnóstico e tratamento**. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo/Associação Médica. 2003, n.2.

LOUREIRO, Rubens José. **Motivos de não adesão do profissional de segurança pública ao programa de reabilitação à saúde do toxicômano e alcoolista**. Dissertação de Mestrado. UFRJ/EEAN. Rio de Janeiro, 2007.

Catálogo de monografias

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) Turma 2011

O CAO é uma pós-graduação Lato sensu realizada pela Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) em convênio com instituição superior de ensino, a fim de habilitar os capitães para ascenderem ao oficialato superior. Em 2011 o curso foi realizado na Universidade de Vila Velha (UVV). Para a conclusão, os 39 capitães alunos apresentaram monografias conforme resumos a seguir, encontrando-se as publicações de inteiro teor disponíveis nas bibliotecas da UVV e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMES.

O curso teve a coordenação da Ten Cel PM Josette Baptista (PMES) e do Prof. Dr. Edson Franco Imaginário (UVV).



A POLÍCIA CIDADÃ COMO OPÇÃO DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA SOCIEDADE

Autor: Cap PM Herivelton Amaral Rodrigues

Orientador: Prof. Ms. Pablo Lira

RESUMO

O tema dessa monografia é “A filosofia de Polícia Cidadã como opção para a redução da violência e criminalidade na sociedade”. Tem-se como problema: Como a implementação da polícia cidadã pode contribuir para reduzir a violência e a criminalidade nas grandes cidades? Como hipótese destaca que se pode reduzir a violência e a criminalidade nos grandes centros por meio da polícia cidadã. O objetivo dessa monografia é demonstrar como a polícia cidadã pode contribuir para a redução da violência e a criminalidade nas grandes cidades. Justifica-se este trabalho devido a necessidade de uma polícia que atue como protetora de direitos dos cidadãos em um ambiente de conflitos. A metodologia é de pesquisa bibliográfica, com base em livros, artigos, monografias, dissertações, teses, jornais e revistas. O trabalho está organizado em 6 capítulos. Conclui-se que a Polícia Cidadã deve ser refletida não somente como um meio eficaz no combate ao crime, mas também como um modelo de policiamento democrático, que valorize a confiança mútua entre polícia e sociedade.

Palavras-chave: Polícia Cidadã. Violência. Criminalidade. Direitos. Democrático.

O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA 2ª CIA/4º BPM

Autor: Cap PM Camila Muniz Monteiro

Orientadora: Ten Cel PM Sonia do Carmo Grobério

RESUMO

Esclarece o momento em que surge a busca pelos direitos e garantias fundamentais e faz um breve histórico referente ao surgimento do Policiamento Comunitário na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. Apresenta as ações dos Conselhos de Segurança que foram destaques, inclusive nacional e internacionalmente, os problemas que dificultaram a manutenção da filosofia de Policiamento Comunitário e a tentativa de seu resgate. Exibe um breve histórico do surgimento do município de Vila Velha, bem como do Quarto Batalhão da Polícia Militar. Em seguida analisa a situação da Segunda Companhia do Quarto Batalhão, desde o seu efetivo até as ações que realiza. Também demonstra os problemas enfrentados durante o processo de comunitarização na subárea da Companhia e sugere algumas ações que podem ser facilitadoras nesse processo. Para isso utiliza pesquisa de natureza documental com enfoque qualitativo e quantitativo que visa discutir o Policiamento Comunitário na circunscrição da Segunda Companhia do Quarto Batalhão da Polícia Militar. Ao final demonstra a importância da participação da comunidade na construção da segurança pública.

Palavras-chave: Polícia Militar. Segurança Pública. Policiamento Comunitário.

MÍDIA TRAINING: os bastidores do telejornalismo e o fortalecimento da imagem institucional da Polícia Militar do Espírito Santo

Autor: Cap PM Sidney de Almeida Celante

Orientador: Cap PM Almir Alves Barbosa da Cruz

RESUMO

A Política de Comunicação Social da PMES regula todas as normas referentes às aparições midiáticas dos policiais militares nos veículos rádio, jornal, TV e internet, além de centrar na Divisão Estratégica de Comunicação Social e Relações Públicas a gerência da Comunicação Social da Instituição e definir as P/5 das Unidades Operacionais e Especializadas como suas correspondentes funcionais diretas. O Telejornalismo, o Mídia Training e a Imagem Institucional são os pilares teóricos que sustentam a fundamentação do trabalho e o ponto de partida para a pesquisa que mostra a importância do preparo de Porta-Vozes capacitados para interagir com a mídia televisiva visando o fortalecimento da Imagem Institucional da PMES. A Portaria nº 511-R que regula a Comunicação Social da PMES, a situação das P/5 das Unidades Operacionais da Grande Vitória e das Unidades Especializadas e as entrevistas concedidas aos telejornais nos meses de junho, julho e agosto de 2011 são analisadas para desenhar um panorama do atual funcionamento da Comunicação Social na PMES e os resultados da pesquisa realizada mostram que grande parte dos que se apresentam como Porta-Vozes da PMES estão despreparados para exercer essa função, pois deixam de observar uma série de detalhes acerca do funcionamento da TV, como também as determinações contidas na Portaria nº 511-R. A análise dos telejornais também comprova que os Soldados são, verdadeiramente, os Porta-Vozes da PMES, uma vez que em mais da metade das exposições são eles que aparecem falando em nome da Corporação. Dessa forma, foi dado um importante passo para o diagnóstico da Comunicação Social na PMES e mostrado que a adoção de Mídia Training para os Oficiais é uma necessidade que merece atenção especial do Comando Geral da Corporação e uma ferramenta estratégica para sedimentar a imagem positiva da PMES junto ao povo capixaba.

Palavras-chave: Comunicação Social. Telejornalismo. Mídia Training. Imagem Institucional. Porta-Voz. PMES.

POLICIAMENTO DE BICICLETAS DA POLÍCIA MILITAR: alternativa para o aumento da sensação de segurança no bairro Praia do Canto (Vitória-ES)

Autor: Cap PM Irio Doria Junior

Orientadora: Prof^a. Ms. Ana Paula Santos Sampaio

RESUMO

O trabalho aborda a temática do ciclopatrulhamento, ou policiamento com bicicletas, da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), as ciclopatrulhas como alternativa para o aumento da sensação de segurança no bairro Praia do Canto, na cidade de Vitória-ES. A pesquisa utiliza levantamento bibliográfico, com abordagem explicativa e qualitativa sobre o tema, apoiando-se na teoria desenvolvida em livros, artigos, revistas, manuais, apostilas e apontamentos de instrução policial, além de uma coleta de dados obtidos na 3ª Companhia do 1º Batalhão, bem como análise e interpretação de questionários aplicados aos moradores do bairro Praia do Canto e aos policiais que executam a ciclopatrulha. Relata e discute o vínculo de confiança entre os policiais de bicicletas e a comunidade dessa região, verificando a eficácia do patrulhamento na prevenção dos crimes que afetam a sensação de segurança, bem como estuda o emprego da ciclopatrulha no atendimento das necessidades de segurança local. Apresenta a hipótese de que o policiamento de bicicletas, devido à sua visibilidade, baixa velocidade de execução e quase inexistência de barreiras durante o seu deslocamento, aproxima o policial da comunidade, e devido ao vínculo de confiança e credibilidade que possui, consegue a parceria da população para agir preventivamente e apoiar com ações assertivas os problemas de Segurança Pública, aumentando a sensação de segurança do bairro.

Palavras-chave: Policiamento com bicicletas. Sensação de segurança. Ciclopatrulha. Policiamento comunitário.

UTILIZAÇÃO DE TERMINAL MÓVEL DE DADOS NO RÁDIOPATRULHAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

Autor: Cap PM Emerson Elias Martins

Orientador: Prof. MS Pablo Silva Lira

RESUMO

A possibilidade de emprego de novas tecnologias em veículos a serviço da Polícia Militar para o exercício da atividade operacional está em franco desenvolvimento, com destaque para as possibilidades que a tecnologia da informação tem oferecido, principalmente em relação ao acesso remoto, mas integrado, a bases de informações da segurança pública, que outrora necessitavam de apoio de operação de rádio direcionada a todas as viaturas de serviço e que por esse motivo sempre sofrem quando várias guarnições policiais necessitam de informações imediatas ao mesmo tempo.

Na atualidade, por meio das novas tecnologias, estão sendo implantados equipamentos nas viaturas policiais, onde se torna possível tanto enviar os dados diretamente a viatura de serviço, como também buscar informações que estejam disponíveis, fato que facilita a prestação de um serviço público cada vez melhor qualidade. Nesta pesquisa são verificadas as informações relativas tanto as iniciativas presentes em outros estados da federação, como também ao andamento dos projetos que no território do Espírito Santo buscam o mesmo o objeto qual seja a possibilidade de que o policial de serviço no radiopatrulhamento motorizado tenha uma importante ferramenta de trabalho, que seja segura e útil para o desenvolvimento de suas atividades laborais.

Palavras-chave: Tecnologia da informação. Terminal móvel de dados. Rede de telefonia de terceira geração (3G).

A INFLUÊNCIA DO VIDEOMONITORAMENTO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

Autor: Cap PM Ezequias Rosa da Silva Júnior

Orientador: Prof. Msc. Pablo da Silva Lira

RESUMO

A abordagem deste estudo diz respeito ao videomonitoramento em Vila Velha. Assim, como questão de investigação definiu-se: o videomonitoramento em funcionando no município de Vila Velha, tem reduzido os índices de criminalidade nos locais onde estão instalados, acarretando resultados positivos e evidenciando a viabilidade do modelo em funcionamento? No intuito de responder a este problema foram pautadas alguns objetivos a serem, alcançados, destacando-se: descrever o que vem a ser o videomonitoramento; realizar uma caracterização do setor responsável pelo controle do videomonitoramento; identificar os pontos onde mais há necessidade de videomonitoramento no Município de Vila Velha; verificar se o vídeo monitoramento instalado no município tem reduzido os índices de criminalidade. Este estudo é importante por mostrar que dados coletados referentes aos índices de criminalidade têm demonstrado a eficiência do monitoramento remoto, como o videomonitoramento passou a ser denominado na atualidade. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso da Gerência de Políticas de Segurança Pública (GEPOL) ligada à Secretaria Municipal de Defesa Social de Vila Velha-ES. As conclusões demonstraram que o emprego do sistema de Videomonitoramento não substitui a atuação presencial das forças policiais, muito pelo contrário, ele auxilia o trabalho policial, fazendo com que os operadores do sistema visualizem as infrações no exato momento dos acontecimentos, ampliando desta forma, o “campo de visão policial” para prevenção e erradicação da violência social.

Palavras-chave: Videomonitoramento. Vigilância. Vila Velha. Policiamento.

O HELICÓPTERO COMO FERRAMENTA DE OTIMIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO ESPÍRITO SANTO

Autor: Cap PM Sérgio Luiz Anechini

Orientador: Maj PM Marcos Alexandre Novaretti Roberto

RESUMO

A pesquisa discute a possibilidade de implantação de uma fiscalização aérea ambiental sustentável, de forma que os custos gerados, decorrentes da sua execução, sejam plenamente saldados pelos valores arrecadados em multas aplicadas. Baseia-se numa pesquisa qualitativa e quantitativa que relata os diversos processos de degradação a que a Mata Atlântica foi submetida desde a chegada dos colonizadores aos dias atuais, expondo as potencialidades e os custos na utilização do helicóptero, discutindo sua inserção no processo de fiscalização ambiental como forma de minimizar esforços maximizando resultados. Descreve a metodologia aplicada nas fiscalizações ambientais executadas no Estado do Espírito Santo e analisa os resultados obtidos. Os custos envolvendo o processo completo de fiscalização ambiental com a utilização do helicóptero são evidenciados buscando um paralelo entre os valores, tanto emitidos em multas, quanto arrecadados ao erário público. O trabalho conclui que é necessária uma integração entre as agências estaduais com responsabilidades compartilhadas, e aponta a viabilidade de implementar uma fiscalização aérea ambiental sustentável no Estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Degradação. Fiscalização Ambiental. Helicóptero. Sustentabilidade.

O BATALHÃO DE RONDA OSTENSIVA TÁTICA MOTORIZADA E SEU ALINHAMENTO COM O REFERENCIAL FILOSÓFICO DE ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

Autor: Cap PM Renato Cristelo de Moraes

Orientador: Maj PM Márcio Luiz Boni

RESUMO

Identifica a missão constitucional da Polícia Militar do Espírito Santo e seu referencial filosófico de atuação, o policiamento comunitário. Apresenta o histórico dos grupos táticos na Polícia Militar do Espírito Santo até a formação do Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada – ROTAM, constatando sua forma de atuação, a missão que exerce na PMES e os resultados alcançados em seus dois anos de existência. Busca-se verificar se o patrulhamento tático motorizado, modalidade de policiamento executado pela ROTAM, está alinhada com a filosofia de polícia comunitária. O estudo revela que a ROTAM, unidade com área de ação em todo Estado do Espírito Santo, caracterizada pela mobilidade e preparada para atuar em áreas com altos índices de criminalidade, suplementa as ações do policiamento de permanência praticado pelos batalhões de área, na busca de proporcionar segurança a população capixaba, por meio de uma polícia cidadã, balizada pela filosofia de polícia comunitária, em vigência na PMES.

Palavras-chave: Patrulhamento Tático Motorizado. ROTAM. Filosofia de Polícia Comunitária. Polícia Militar do Espírito Santo.

A FORMAÇÃO E O DESEMPENHO PROFISSIONAL DO SARGENTO COMBATENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO – 1994 A 2011

Autor: Cap PM Emília Alves

Orientadora: Ten Cel PM Josette Baptista

RESUMO

Analisa o processo de formação e o desempenho profissional do Sargento Combatente da Polícia Militar do Espírito Santo, no período compreendido entre 1994 e 2011. O método é de natureza descritiva, essencialmente qualitativa e utiliza a pesquisa documental, a entrevista e o grupo focal como técnicas de coleta de dados. Elege o desenvolvimento de competências profissionais como marco conceitual e a Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública, produzida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública como literatura orientadora, além de situar a qualificação do graduado no âmbito da Educação Profissional. A apresentação das mudanças ocorridas nas legislações que regulamentam o tema é considerada o ponto fundamental de análise do estudo, por terem impactado a vida funcional do sargento, quer seja no ingresso no curso de formação, quer seja na ascensão na carreira. O Plano de Carreira instituído pela Lei Complementar n.º 321, de 19 de maio de 2005, reordenou a trajetória do sargento na corporação, trouxe novas perspectivas e motivações, porém não garantiu a qualidade no desempenho profissional. Os resultados demonstram que o Curso de Habilitação de Sargentos não tem qualificado adequadamente este profissional, que há imperfeições no processo seletivo para ingresso nos cursos de habilitação e na consequente composição das turmas e principalmente no desenvolvimento do CHS, cuja execução apresenta várias deficiências logísticas e didático-pedagógicas. O estudo deixa abertura para novas pesquisas, mais precisamente em relação à vida funcional do sargento pós-formação e sua motivação profissional com o advento das legislações que remodelaram sua carreira e também no tocante a aspectos estruturais do período de preparação com vistas à consolidação de um modelo pedagógico-profissional adequado.

Palavras-chave: Formação. Desempenho profissional. Sargento. Competências.

A CARACTERIZAÇÃO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO ENVOLVENDO MOTOCICLETAS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, CAPITAL DO ESPÍRITO SANTO, A PARTIR DE 2001 ATÉ 2011

Autor: Cap PM Carlos José Fernandes

Orientador: Prof. Ms. Jairo Tadeu Guerra

RESUMO

Analisa os acidentes de trânsito envolvendo motos, na cidade de Vitória, a partir de 2001 até 2011. Identifica os principais fatores que contribuíram para o aumento dos acidentes com moto, bem como apresenta suas características e define o perfil dos condutores vitimados. A metodologia é de natureza qualitativa e do tipo descritiva. Utiliza a pesquisa documental e a bibliográfica como técnica de coleta de dados. Estabelece como fundamental o extraordinário crescimento da frota de moto observada após a publicação do novo Código de Trânsito e a omissão do poder público no trato com o usuário de motocicletas. Faz um compêndio da legislação pertinente aos condutores de motocicleta de modo a demonstrar sua influência no fenômeno em estudo. Traça o perfil dos motociclistas envolvidos em acidente nos seguintes aspectos: sexo, faixa etária, tempo de habilitação, se era ou não habilitado, entre outros. Caracteriza o acidente em relação a sua natureza, quantidade de vítimas, tipos de acidente, dia da semana, faixa horária, local de licenciamento da moto, vias com maior incidência de acidente e relação com os demais tipos de acidente, entre outros. Os resultados indicam que o acidente envolvendo motos é o principal motivo de insegurança do trânsito em Vitória. Vislumbra, ao final, a necessidade de maior empenho do poder público em melhorar o amparo legislativo em relação ao usuário de motos, bem como desestimular o uso desse tipo de veículo, sem, contudo, deixar de fomentar a educação para o trânsito desde a infância e o rigor na fiscalização.

Palavras-chave: Motocicleta. Acidente de trânsito. Frota. Motociclista.

O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO NA REDUÇÃO DO CRIME DE HOMICÍDIO NO MUNICÍPIO DE SERRA

Autor: Cap PM Rubens Hammer

Orientador: Ten Cel PM José Dirceu Pereira

RESUMO

Este estudo objetiva verificar se a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo tem responsabilidades e pode/deve contribuir na redução dos números em torno do crime de homicídios dentro do Município de Serra. O crime de homicídio, sendo um dos indicadores mais fidedignos para mensurar-se a violência criminalizada, também evidencia uma possível forma de se aplicar mecanismos que adotem como meta a sua redução e o seu controle, estabelecendo, portanto, a eficácia de ações eminentemente de polícia como subsídios relevantes deste processo. A política de segurança pública do Estado do Espírito Santo, todavia, carece ainda de estratégias científicas e aplicações sistemáticas. Muito se faz dentro das organizações policiais com eficiência, entretanto, sem focar as metas que se predispõe a alcançar. Esse trabalho parte do princípio de que a problemática em torno dos homicídios tem se agravado de forma alarmante nos últimos anos, com atenção especial para o município alvo deste estudo. Muito se tem debitado no nome da Polícia Militar, entretanto, este trabalho busca responder se ações eminentemente policiais são eficazes na redução do crime de homicídio.

Palavras-chave: Homicídio. Polícia Militar. Controle.

OS REFLEXOS JURÍDICOS PENAIS DA APLICAÇÃO POR POLICIAIS MILITARES DA GRANDE VITÓRIA

Autor: Cap PM Joel Paulo De Almeida Júnior

Orientadora: Prof. Ana Paula Sampaio

RESUMO

Pesquisa quantitativa e descritiva, que buscou aferir as consequências jurídicas penais para os Policiais Militares da região da Grande Vitória, quando utilizaram a força em ocorrências policiais. Para cumprir tal objetivo foram coletadas informações sobre utilização de força em sentenças judiciais emitidas pela Auditoria Militar do Estado do Espírito Santo entre os anos de 2003 a 2007. O intuito da pesquisa foi verificar se a utilização da força por Policiais Militares na Grande Vitória é aplicada com proporcionalidade à legalidade dos instrumentos que o policial tem disponível. Após apresentar o papel da polícia como instituição do Estado, foi estabelecida uma relação entre a legislação vigente, a doutrina teórica do escalonamento da aplicação da força e a prática policial adotada pelos policiais de serviço no rádio patrulhamento da Grande Vitória e ainda sobre alguns aspectos da capacitação e disponibilidade de equipamentos utilizados no serviço policial. Ao final, verificou-se o impacto da utilização dos instrumentos e conhecimento disponibilizados ao policial no período que compreendeu a pesquisa e os reflexos jurídicos.

Palavras-chave: Estado. Uso progressivo da força. Legitimidade. Legalidade. Armas não-letais.

A CENTRALIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE DISCIPLINA NA CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

Autora: Cap PM Laysa Fernanda Gadioli Celante

Orientador: Maj PM Ronaldo Mutz

RESUMO

Apresenta a Corregedoria da Polícia Militar do Espírito Santo e os princípios que regem suas ações. Evidencia dentre as atividades inerentes à correição os denominados Conselhos de Disciplina, processos administrativos disciplinares acusatórios destinados a avaliar a conduta disciplinar de determinados militares estaduais. Aborda três recortes temporais: período antes da criação de cartório especializado na Corregedoria da PMES para tratar de Conselhos de Disciplina, 2004 a 2006; período após a criação de cartório especializado, 2007 a 2009; ano em que a confecção dos Conselhos de Disciplina foi centralizada no cartório especializado, 2010. Pondera resultados positivos e negativos de modo a identificar uma resposta final a ser dada a Corporação. O método empregado foi a pesquisa documental. Reúne processos confeccionados nos três períodos e analisa quantitativamente com base nos aspectos prazo resolutividade e qualidade os resultados tendo como referência a criação de cartório especializado na Corregedoria da PMES e posterior centralização dos Conselhos de Disciplina naquele setor. O método utilizado para o levantamento desses números foi a coleta de dados dos processos já confeccionados nos três períodos e os registros em bancos de dados da Corregedoria da Polícia Militar do Espírito Santo. A coleta dos dados foi exposta em gráficos e tabelas. Em seguida, com base em questionários enviados a Oficiais que atuaram como membros em Conselhos de Disciplina após a criação do cartório especializado, bem como aos Oficiais Superiores que atuaram ou atuam na Corregedoria, foi procedida análise qualitativa. Foi possível afirmar que a centralização dos Conselhos de Disciplina na Corregedoria da PMES apresentou melhorias aos aspectos prazo, resolutividade e qualidade. Por fim, propõe melhorias ao comando geral da Corporação.

Palavras-chaves: Correição. Processo Disciplinar. Centralização. Militar Estadual.

IMPLEMENTAÇÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA ALDEIA INDÍGENA DE CAIEIRAS VELHAS EM ARACRUZ - ES

Autor: Cap PM Edsandro Vieira Crema

Orientador: Cap PM Leandro Santa Clara de Menezes

RESUMO

Pesquisa bibliográfica e documental na qual o tema se refere à Implementação de Policiamento Comunitário na Aldeia Indígena de Caieiras Velhas no Município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo. Objetivou-se conhecer os aspectos históricos dos conflitos indígenas em Aracruz por posse de terras que estavam sendo usadas pela então Aracruz Celulose para o plantio de eucalipto e quais impactos foram gerados dentro da Aldeia de Caieiras Velhas na sua segurança pública. Também se apresentou aspectos históricos do 5º Batalhão de Polícia Militar em Aracruz e qual seu papel dentro dos conflitos. Propõe a Polícia Comunitária como uma política de segurança viável para a solução dos problemas de violência, uso de álcool, tráfico e uso de drogas dentro da Aldeia, problemas que se intensificaram após os conflitos já citados. Conceitua o que é Policiamento Comunitário. Mostra que a participação de diversos órgãos sociais é importante para a resolução do problema e propõe a criação de um Conselho Comunitário de Segurança Indígena.

Palavras-chave: Polícia Comunitária. Indígenas. Caieiras Velhas. Conselho Comunitário de Segurança Indígena.

DIREÇÃO DEFENSIVA NOS DESLOCAMENTOS DAS VIATURAS OPERACIONAIS DA 1ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE COLATINA

Autor: Cap PM Joaquim Pio da Silva

Orientador: Cap PM Leandro Santa Clara de Menezes

RESUMO

Na linha de pesquisa em Gestão de Segurança Pública, aponta a evolução dos problemas ligados à criminalidade no município de Colatina, ES, no que tange à capacitação técnica dos policiais militares que atuam no radiopatrulhamento da Primeira Companhia do Oitavo Batalhão. Avaliam as condições de trânsito e frota de veículos do município, o nível de capacitação dos motoristas da Primeira Companhia, os prejuízos decorrentes dos acidentes envolvendo viaturas policiais, de forma a propor a viabilização de treinamento de Direção Defensiva aos policiais condutores de viaturas, visando à melhoria da prestação dos serviços executados pelos militares estaduais na região noroeste do estado do Espírito Santo.

Palavras-chaves: Segurança Pública. Colatina. 8º Batalhão. Trânsito. Direção Defensiva. Polícia Militar.

REFLEXOS DA NOVA GESTÃO PÚBLICA E DAS ATUALIZAÇÕES DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NA EFICÁCIA DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO (PMES)

Autora: Cap PM Leomara Ferreira Santana de Almeida

Orientador: Msc. Márcio Batista Marinot

RESUMO

Propõe o presente trabalho ao levantamento bibliográfico aliado a análise documental e descritiva dos procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços na PMES. Como a administração pública vem sofrendo transformações ao longo dos anos na busca pela eficiência e eficácia de suas ações no atendimento das demandas da sociedade, intenta-se demonstrar como a Polícia Militar, órgão da administração direta, está experimentando essas mudanças gerenciais, mais especificamente, a gestão por desempenho, fazendo uma correlação com as atualizações legais relativas às compras, a fim de se verificar a existência de uma relação de eficiência e eficácia na operacionalização dos procedimentos atinentes as atividades logísticas da Polícia Militar. Igualmente, está sendo proposta a utilização de indicadores de desempenho de controladoria para verificação das atividades de suprimento logístico, que tenham como pressupostos a licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica. Entretanto, como descrito na conclusão, esse não deve ser estabelecido como uma ferramenta de controle rígido e sim como uma forma de discussão relativa à avaliação do desempenho das atividades correlacionadas ao certame licitatório para o suprimento das necessidades logísticas da PMES.

Palavras-chave: Gestão por Desempenho. Eficiência. Eficácia. Indicadores

INTEROPERABILIDADE DAS AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA POLICIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: prevenção às ameaças potenciais ou reais advindas de grandes eventos

Autora: Cap PM Luciana Lopes Carrijo Ferrari

Orientador: Maj PM Gustavo Debortoli

RESUMO

A aproximação dos grandes eventos internacionais, como a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016) nos Estados vizinhos ao Espírito Santo, colocam-no em situação geoestratégica pela possibilidade de haver grande fluxo de turistas ou de abrigar delegações estrangeiras. Isso gera preocupações com a questão da segurança, tendo em vista os riscos advindos da grande concentração de pessoas. Para identificar as ameaças reais ou potenciais provenientes da realização de um grande evento, a atividade de inteligência é uma importante ferramenta. O resultado desta pesquisa evidencia que em um ambiente organizado e possuidor de informações completas e confiáveis, obtidas em tempo hábil, é possível a antecipação dos fatos e o direcionamento dos recursos de maneira assertiva. Através da pesquisa bibliográfica e de campo foi possível afirmar que a capacidade de resposta das agências de inteligência policial de segurança pública estadual diante das ameaças provenientes de grandes eventos pode ser ampliada através da interoperabilidade e da fusão de suas informações. Também se verificou que as agências de inteligência policiais do estado não atuam em conjunto e, portanto não estão preparadas para responder aos incidentes de alto impacto. Concluiu-se pela necessidade das instituições superarem a cultura de isolamento institucional, estimular a unidade no tratamento de dados e informações estratégicas necessárias para prevenir e mitigar vulnerabilidades que podem ocorrer devido aos megaeventos, investir no aparato tecnológico das instituições, capacitar os profissionais e, em especial elaborar em conjunto um Plano Estadual de Inteligência.

Palavras-chave: Grandes Eventos. Inteligência. Interoperabilidade. Fusão da Informação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: princípios aplicáveis

Autor: Cap PM Mateus Garcia Pereira

Orientador: Maj PM Érico Vieira Celante

RESUMO

Investiga, com base na doutrina e na legislação vigente, acerca da possibilidade de existência de preceitos gerais aplicáveis aos diversos processos administrativos disciplinares levados a curso nas diferentes esferas de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) no exercício da função administrativa, independentemente de quem seja a Pessoa Jurídica de Direito Público (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios). Apresenta inicialmente uma visão geral acerca do processo como meio de atuação estatal, e demonstra sua evolução ao longo da história como ferramenta para a solução de conflitos diversos. Realça o fato de que as peculiaridades de determinado processo estão relacionadas ao fim a que se destina, podendo-se identificar a existência de processos legislativos, processos judiciais e processos administrativos. Perquire a respeito da existência de uma processualidade no exercício da função administrativa, ainda que com características próprias, distintas da função jurisdicional. Demonstra que o processo administrativo é uma realidade da Administração nos tempos atuais, sendo, portanto, necessário conhecer melhor tal fenômeno. Discorre a respeito de condutas imputáveis aos integrantes do serviço público que correspondem a ilícitos disciplinares, que devem ser apurados e julgados por meio de um regular processo. Nesse contexto, e tendo em conta o dever da Autoridade de promover essa apuração e julgamento, apresenta os meios disponíveis na Polícia Militar do Espírito Santo para a realização dessa missão. Demonstra que com o advento da Constituição Federal de 1988 o fenômeno da processualidade administrativa tornou-se ainda mais evidente. Mostra, como exemplos desse novo quadro, as previsões Constitucionais relativas às garantias constitucionalmente extensíveis a esses processos, em especial as decorrentes do devido processo legal e da ampla defesa e contraditório. Demonstra ser possível extrair do ordenamento jurídico preceitos gerais, a que denomina de “princípios”, aplicáveis indistintamente aos diversos processos administrativos de índole disciplinar. Apresenta os princípios, explícitos e implícitos, que podem ser inferidos do ordenamento jurídico e aplicados aos processos administrativos disciplinares.

Palavras-chave: Processo. Processo administrativo disciplinar. Meio de julgamento. Princípios aplicáveis.

POLICIAMENTO TURÍSTICO: implementação

Autor: Cap PM Marcos Almeida de Oliveira

Orientadora: Prof.^a Esp. Maria Aparecida Javarini

RESUMO

A pesquisa bibliográfica busca analisar a necessidade de implementação de policiamento especializado no atendimento ao turista. Busca, ainda, estudar os princípios da hospitalidade sob a ótica dos cinco sentidos (visão, olfato, audição, tato e paladar) e sua relação com o turismo. Apresenta a experiência de policiamento voltado para o turista em outros países e estados e de que forma esse policiamento pode contribuir para a Segurança Pública e para o melhor atendimento ao cidadão visitante. Através da pesquisa quantitativa se analisa o fluxo de turistas do Município de Guarapari em diversos períodos, aspectos e variações e com a finalidade de verificar se há justificativa para que este município seja escolhido como foco de estudo. A pesquisa bibliográfica busca, ainda, apresentar a competência da polícia militar no contexto da Segurança Pública, da Polícia Ostensiva e do policiamento de apoio ao turista. A pesquisa qualitativa tem como objetivo apresentar a visão do Poder Público Municipal através da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, do comando do policiamento local representado pelo Comando do 10º Batalhão da Polícia Militar e dos policiais militares que o exercem o policiamento rotineiramente em Guarapari.

Palavras-chave: Hospitalidade. Policiamento de apoio ao turista. Turismo.

QUADRO DE PILOTOS DO NÚCLEO DE OPERAÇÕES E TRANSPORTE AÉREO DO ESPÍRITO SANTO: um estudo sobre a formação, ascensão técnica e planejamento de expansão

Autor: Cap PM Daniel Madeira Quintella

Orientador: Maj PM Marcos Alexandre Novaretti Roberto

RESUMO

Analisa o contexto de formação e ascensão à função de comandante de aeronave dos pilotos em formação pelo NOTAer. Pesquisa o tempo de serviço restante e a previsão de transferência para a inatividade dos atuais pilotos do núcleo. Identifica a necessidade de formação de novos pilotos, para manter e, eventualmente, ampliar as atividades aéreas atualmente desenvolvidas pela unidade. Demonstra as peculiaridades da formação e diferenças do campo de atuação do piloto policial em relação ao piloto civil de helicóptero. Explica a regulamentação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para obtenção das licenças de Piloto Privado de Helicóptero e Piloto Comercial de Helicóptero. Resume o histórico da aviação policial e as primeiras experiências de policiamento com aeronaves de asas rotativas no mundo e no Brasil. Descreve o contexto histórico da formação do Núcleo de Operações e Transporte Aéreo da Casa Militar do Espírito Santo (NOTAer), bem como sua rotina e estrutura atuais, atividades desenvolvidas e perspectivas de crescimento. Lista o processo de formação e de ascensão técnica de todos os pilotos do Estado que chegaram ao comando de aeronaves atuando pelo NOTAer. Descreve o processo de formação como piloto de helicóptero dos últimos dez pilotos formados ou em formação pelo NOTAer.

Palavras-chave: Ascensão técnica. Formação. Piloto. Helicóptero. NOTAer

O IMPACTO DA TECNOLOGIA NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR DESPACHADOR DE RECURSOS OPERACIONAIS DO CENTRO INTEGRADO OPERACIONAL DE DEFESA SOCIAL

Autora: Cap PM Viviane Saliba Nascimento

Orientador: Ten Cel PM Nylton Rodrigues Ribeiro Filho

RESUMO

Pesquisa descritiva realizada no Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES), que é responsável pelo atendimento emergencial à população, através do número de chamado 190. A pesquisa conceitua sistemas, empresas e tecnologia da informação (TI) e apresenta um relato das mudanças que vem ocorrendo nas empresas com o uso da tecnologia da informação e do papel do trabalhador neste contexto. Descreve a estrutura física, material, humana e tecnológica do CIODES e identifica as atribuições e principais ferramentas tecnológicas utilizadas pelo despachador de recursos operacionais da Polícia Militar (PM) da Grande Vitória, no cotidiano do atendimento à população e no contato com os policiais do serviço externo. Objetiva descobrir se as novas tecnologias passaram a exercer forte influência neste profissional e verificar se a evolução tecnológica vem ocorrendo em harmonia com o quadro de pessoal disposto e se não está havendo sobrecarga de trabalho aos usuários do sistema da PM. Para tanto, realizou-se pesquisa documental, de relatórios com o número de média de ligações recebidas e ocorrências geradas por dia, e pesquisa de campo, através de questionário aplicado aos despachadores de recursos operacionais, para identificar sua percepção do trabalho realizado, referente à manipulação de todas as ferramentas tecnológicas, o que causa mais demanda e os horários de maior carga de trabalho.

Palavras-chave: CIODES. Tecnologia da informação. Despachador de recursos operacionais. Polícia Militar.

ANÁLISE DO FENÔMENO ABSENTEÍSMO NO QUARTO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

Autor: Cap PM Alexandre Cunha Stein

Orientador: Maj PM Antonio Marcos de Souza Reis

RESUMO

O presente trabalho monográfico se destinou a estudar o fenômeno absenteísmo, suas características e especificidades, causado pelo gozo de dispensas médicas no Quarto Batalhão de Polícia Militar, sediado no Município de Vila Velha, Espírito Santo, durante o ano de 2010. Teve como objetivos específicos: identificar o grupo de doenças, conforme Classificação Internacional de Doenças - CID, causador do maior número de dias de afastamento ao trabalho, por dispensa médica; identificar o grupo mais afetado pela incidência de dispensa médica: por sexo, idade, posição hierárquica, atividade, tempo de serviço, a fim de sugerir medidas preventivas objetivando a redução do absenteísmo no 4º BPM e dimensionar os prejuízos causados dos dias não trabalhados pelos policiais militares lotados na citada Unidade Operacional, em virtude de dispensas médicas. A literatura explorada necessária ao objetivo proposto apoiou-se no estudo do absenteísmo em seu sentido amplo até alcançar as questões relacionadas ao absenteísmo doença. A fundamentação teórica baseou-se na psicopatologia do trabalho, desenvolvida por Christophe Dejours e colaboradores, bem como, na abordagem metafórica mecanicista de Gareth Morgan que trata das consequências à saúde do trabalhador da mecanização do homem. Verificou-se que no universo de 502 policiais militares integrantes do 4º BPM em 2010, 332 policiais militares se afastaram totalmente do serviço por motivo de doença ou acidente no trabalho, resultando em um total de 883 dispensas médicas homologadas pela Junta Militar de Saúde, os quais representaram 5859 dias de licença. Entre as medidas preventivas sugeridas temos: atividade de educação física obrigatória a todos os integrantes da Polícia Militar, com prévio acompanhamento médico preventivo, sugestão de dispensa de até três dias para os policiais militares que não chegarem atrasados e faltarem ao serviço ao final de um ano. Ao final constatou-se que as dispensas médicas corresponderam a gastos para os cofres públicos na ordem de R\$ 454.639,34, pagos sem a presença de policiais militares na atividade fim.

Palavras-chave: Absenteísmo. Dispensa médica. Polícia Militar.

IMAGEM INSTITUCIONAL: o posicionamento da polícia militar do Espírito Santo junto à sociedade capixaba e as atividades de relações públicas para o aumento da confiança na instituição

Autor: Cap PM Maximiliano Werneck de Souza

Orientador: Prof. Ms. Adilson Vilaça

RESUMO

A polícia Militar do Espírito Santo (PMES) possui uma imagem junto ao público capixaba que norteia a confiança dessa população nos serviços prestados pela Instituição. Nesse contexto, a opinião pública mostra-se fator fundamental na orientação estratégica da Coporação para aperfeiçoar os serviços prestados e melhorar a percepção destes pelo público. Neste sentido, utiliza-se pesquisa de como se encontra a confiança popular na PMES, e em bibliografia como esta pode se relacionar e posicionar. Espera-se, consequentemente, contribuir com a identificação de ferramentas que possam ser utilizadas no planejamento e desenvolvimento das ações de relações públicas da PMES.

Palavras Chave: Polícia Militar, Opinião Pública, Relações Públicas.

A REALIDADE DO CRIME DE HOMICÍDIO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR E AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS

Autor: Cap PM João Eduardo Martinelli Junior

Orientador: Cap PM Anderson Moreira Scotá

RESUMO

Trata da análise do homicídio culposo na direção de veículo automotor, previsto no artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro, especialmente no tocante às sanções cominadas pelo aludido diploma legal. O estudo relaciona os elevados indicadores de violência no trânsito com a necessidade de uma maior severidade penal, uma vez que a infração penal encontra-se socialmente inadequada, exigindo uma atenção mais específica do Direito Penal. O trabalho em epígrafe se fundamentou na pesquisa estatística e legislativa acerca do tema, notadamente a Constituição Federal de 1988, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e o Código Penal pátrio.

Palavras-chave: Homicídio Culposo. Inadequação social. legalidade. Trânsito.

DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE (HONRA, IMAGEM E VIDA PRIVADA) E A SUJEIÇÃO DO CIDADÃO À AÇÃO POLICIAL

Autor: Cap PM Alexandre Moreto da Silva

Orientador: Cap PM Almir Alves Barbosa da Cruz

RESUMO

Pesquisa descritiva e documental que analisa, na topografia jurídica, a questão da obrigatoriedade ou não de o cidadão submeter-se às ações da polícia quando esta estiver no cumprimento de seu mister constitucional de proteger e servir à sociedade. A pesquisa toma como base as intervenções policiais e os direitos fundamentais constitucionalmente protegidos, com foco na honra, imagem e vida privada do investigado ou abordado em uma investida policial. Busca identificar se a obrigatoriedade da submissão do cidadão à ação policial fere direitos individuais fundamentais, e se a polícia pode agir violando tais direitos para defender direitos igualmente relevantes de terceiros que estariam na condição de vítimas reais ou potenciais, de forma que o particular que abusar do direito de exercício de suas liberdades e garantias não saia impune perante a sociedade. Aborda a questão de que, se de um lado existem direitos individuais, de outro existem direitos individuais e coletivos, tais como o direito à vida, ao patrimônio e à segurança pública, que são afrontados quando o particular excede-se no exercício de um direito ou quando pratica algum crime. Em momento algum olvida de que os direitos fundamentais devem ser respeitados e protegidos pelo Poder Público e, ao final, mostra que esses direitos, quando em aparente conflito com outros direitos, também constitucionalmente protegidos (podendo ser individual, coletivo ou público), podem ter suas dimensões ponderadas, por meio do Princípio da Proporcionalidade, de forma a se harmonizar com os interesses e bens coletivamente relevantes e igualmente protegidos.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Limitadores da Ação da Polícia. Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade.

CONFORTO, VISIBILIDADE E MELHORIA DA IMAGEM INSTITUCIONAL: o fardamento utilizado pela PMES

Autor: Cap PM Bruno Polez Coelho

Orientador: Prof^a. Ms. Ana Paula Monteiro

RESUMO

Pesquisa documental e de campo que analisa os uniformes usados atualmente pela Polícia Militar verificando quais os mais utilizados diariamente nas atividades cotidianas de policiamento ostensivo e na administração. Analisa, dentre os mais usados, qual é o mais adequado para o uso cotidiano nas atividades de policiamento ostensivo geral e na administração levando-se em conta o conforto, visibilidade e melhora da imagem institucional. Analisa a adequação da cor usada nos fardamentos e como ela influencia na resolução dos problemas na atividade policial, a impressão que o público civil tem sobre os uniformes e a impressão que os policiais tem a respeito dos fardamentos. Conclui opinando pela adoção do uniforme que, analisado, demonstrou ser o mais adequado para uso nas atividades policiais diárias.

Palavras-chave: Polícia Militar. Imagem institucional. Conforto. Visibilidade. Uniformes.

CLIMA ORGANIZACIONAL NO DÉCIMO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO: um estudo de caso

Autor: Cap PM Ríodo Lopes Rubim

Orientador: Maj PM Leonardo Vieira Celante

RESUMO

A finalidade do estudo em evidência é levantar o Clima Organizacional, por meio de suas condicionantes e interfaces, na atividade policial militar do Décimo Batalhão da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, com sede no município de Guarapari-ES, sob a ótica de seus integrantes, no contexto vigente, considerando a polissemia da cultura nas organizações. Discute-se também a inter-relação do ambiente psicológico com a liderança, comunicação, satisfação, objetivos organizacionais e a própria cultura. A amostra engloba os policiais militares que exercem suas atividades operacionais (policimento ostensivo em vias públicas) em regime de escalas alternadas, na referida organização, durante o mês de outubro de 2011. Os dados foram coletados através de pesquisa de campo, por intermédio de um questionário, contendo trinta e nove questões fechadas e uma aberta, referenciando as dimensões constantes do Clima Organizacional. Logo, a investigação é do tipo exploratória ou estudo de caso, empregando uma perspectiva de análise de dados descritivo-quantitativa. Inferiu-se que os policiais militares se sentem satisfeitos em relação a diversas variáveis desse ambiente, porém mostram-se não-agrados por outras. O quadro erigido é compreensível e empiricamente testável para a interpretação da pluralidade intra-organizacional e deve ser levado em conta para uma reflexão institucional que almeje mudanças, com o escopo de melhorar o nível de relacionamento entre a Polícia Militar e os seus componentes.

Palavras-chave: Clima Organizacional. Cultura Organizacional. Polícia Militar. Cultura Policial. Satisfação.

DIAGNÓSTICO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA NA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

Autor: Cap PM Sérgio Luis Raimondi

Orientador: Prof. Ms. Pablo Silva Lira

RESUMO

Esta monografia discute como a Polícia Militar do Espírito Santo vem enfrentando um sério problema de dependência química de drogas ilícitas em suas fileiras. Esse estudo aponta para um diagnóstico entre os anos de 2005 a 2010 e visa a analisar, através de dados quali-quantitativos, o número de policiais dependentes de entorpecentes na corporação. O presente trabalho identifica até que ponto a atividade policial militar contribui para o acesso aos mais variados tipos de drogas ilícitas e discorre sobre a importância do desenvolvimento de uma política pública de saúde para policiais militares através de programas de combate e prevenção ao uso de drogas. Finaliza comparando a Legislação Civil e Militar em seus artigos que regem o uso, o porte e o tráfico de entorpecentes, indicando as divergências no âmbito das leis e o quanto essa divergência compromete a aplicabilidade da lei na esfera militar.

Palavras-chave: Policiais Militares. Drogas Ilícitas. Dependência. Diagnóstico. Prevenção.

AS RADIOPATRULHAS DA POLÍCIA MILITAR: análise do processo de distribuição para os municípios do Espírito Santo

Autor: Cap PM Wallace Ribeiro Vieira

Orientador: Maj PM Wélinton Luiz Ribeiro

RESUMO

Analisar o processo de distribuição das radiopatrulhas da Polícia Militar para os Batalhões que planejam e executam o policiamento ostensivo nos municípios do Espírito Santo. Objetiva avaliar se a alocação das radiopatrulhas aos municípios capixabas está dominada por critérios técnicos e com o assenso das comunidades e dos Batalhões responsáveis. É importante porque é especialmente com as radiopatrulhas que a Corporação atende as diversas demandas da sociedade que anseia por segurança pública, além de se constituírem na função de maior impacto financeiro dentro do orçamento público destinado à Polícia Militar do Espírito Santo. Justifica-se dentro do entendimento de que não basta que o orçamento público seja apenas bem gasto na aquisição de viaturas, mas que resulte em benefícios públicos para a coletividade através da distribuição equitativa e racional baseada em critérios técnicos planejados e proporcionais às necessidades das municipalidades. A pesquisa descritiva alia a obtenção de dados quantitativos colhidos junto à administração central com pesquisa qualitativa com os gestores de seis Batalhões selecionados para efeitos de estudo de caso, que tornou possível apreender a forma e uso que os gerentes dos Batalhões empregam as viaturas nos municípios que atuam. Descobriu-se que a racionalidade da distribuição e emprego das radiopatrulhas está voltada para a lógica da administração militar, quando deveria orientar-se também por critérios técnicos externos à Corporação que expressem as necessidades dos municípios. A pesquisa inova ao apresentar indicadores, em forma de índices e taxa, para análise da distribuição das radiopatrulhas com base nos dados populacionais e de densidade demográfica dos municípios envolvidos no estudo. Por eles tornou-se possível enxergar um distanciamento entre a visão administrativa e operacional da administração militar, refletido na alocação desigual de viaturas entre os municípios capixabas.

Palavras-chave: Segurança Pública. Polícia Militar. Radiopatrulha. Batalhão. Município. Espírito Santo.

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO ESPÍRITO SANTO: diagnóstico do uso na gestão de pessoal da PMES

Autor: Cap PM Weverson Ferrari

Orientador: Maj PM Haroldo Magalhães Picalo Júnior

RESUMO

A tecnologia da informação é uma importante ferramenta de apoio à gestão de recursos humanos das organizações. A Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES) utiliza o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (SIARHES) como ferramenta tecnológica em apoio

à gestão de recursos humanos. O uso de outra ferramenta tecnológica por parte da PMES com o mesmo objetivo, aponta para limitações do SIARHES. O objetivo geral deste trabalho é identificar se o SIARHES tem se mostrado como ferramenta adequada às necessidades da Diretoria de Pessoal e das primeiras seções das unidades operacionais da PMES. Para atingi-lo foi realizada pesquisa aplicada do tipo bibliográfica para compor o referencial teórico e de abordagem predominantemente quantitativa com uso de questionário junto aos usuários do SIARHES na PMES. Ao final chegou-se às seguintes considerações: a insuficiência de relatórios sobre o efetivo dos órgãos inviabiliza o uso do SIARHES pelos gestores como apoio à tomada de decisão, o que os força a recorrer a outras fontes de dados, que para se manterem atualizadas demandam precioso tempo do gestor. Apesar disso, a pesquisa constatou que algumas atividades deixaram de ser centralizadas nos setores de Recursos Humanos (RH), sendo automatizadas pelo SIARHES ou disponibilizadas diretamente aos demais policiais militares.

Palavras-chave: Gestão de Recursos Humanos. SIARHES. Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. PMES.

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VIATURAS POLICIAIS: uma análise dos acidentes ocorridos no 1º, 4º, 6º e 7º Batalhões da Polícia Militar do Espírito Santo no ano de 2010

Autor: Cap PM José Roberto da Silva Fahning

Orientador: Cap PM Gelson Lozer Pimentel

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo verificar se era possível determinar as causas predominantes nos acidentes de trânsito envolvendo viaturas da Polícia Militar, com base na análise de inquéritos técnicos. Buscou-se identificar quais fatores eram mais comuns e mais recorrentes nos acidentes, de maneira a se caracterizar o acidente de trânsito com viaturas. O trabalho relata as principais causas dos acidentes de trânsito entre a população em geral e os impactos dos acidentes de trânsito. Levanta dados estatísticos do trânsito estadual e dos municípios Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, a fim de contextualizar as circunstâncias nas quais os policiais motoristas do 1º, 4º, 6º e 7º batalhões enfrentam em seu cotidiano de trabalho e discute de forma sucinta o impacto do número de automóveis no Brasil e no Mundo. Relata a questão do acidente de trânsito na Polícia Militar como acidente de trabalho e demonstra o tamanho da frota dos batalhões pesquisados. Foi realizada uma pesquisa documental, considerando que foram analisados os inquéritos técnicos de acidentes de trânsito com viaturas da Polícia Militar do Espírito Santo no ano de 2010, nos batalhões que possuem a maior frota de viaturas e que estão nos municípios que possuem a maior frota de veículos do Estado. A pesquisa, por fim, conclui que a falha humana é a causa predominante nos acidentes de trânsito com viaturas e que os policiais não são os principais causadores dos acidentes, mas sim os outros motoristas. Ao final sugeriu-se uma pesquisa que verifique junto aos policiais motoristas dados de caráter psicossociais e emocionais a fim de aumentar o conhecimento sobre os fatores envolvidos nos acidentes de trânsito.

Palavras-chave: Acidente de Trânsito. Viaturas. Causas de Acidentes de Trânsito. Policial Motorista. Polícia Militar.

A COMPOSIÇÃO DE UMA EQUIPE DE MOTOPATRULHAMENTO TÁTICO NA POLÍCIA MILITAR

Autor: Cap PM Gustavo de Souza Alves

Orientador: Maj PM Márcio Luiz Boni

RESUMO

Produz um resgate histórico do fenômeno da violência urbana no estado capixaba, posteriormente contextualiza a forma em que a modalidade de motopatrulhamento tático surgiu na instituição. Conceitua alguns termos técnicos para melhor compreender as peculiaridades do policiamento com motocicleta. Apresenta algumas características do policiamento realizado no estado paulista e goiano. Busca verificar as percepções do efetivo que opera as formações adotadas, juntamente com uma análise das estatísticas referente ao cometimento de crimes tendo como meio de transporte a motocicleta. Identifica a composição de equipe mais adequada para o desenvolvimento da atividade de patrulhamento tático motorizado com emprego de motocicletas, sem deixar de levar em conta a realidade institucional vivida pela Polícia Militar do Espírito Santo.

Palavras-chave: Composição de Equipe. Patrulhamento Tático. Motopatrulhamento Tático.

AVALIAÇÃO DA MUDANÇA NA IMAGEM INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO ATRAVÉS DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS: estudo de caso na cidade de Guaçuí/ES no ano de 2010

Autor: Cap PM Jomilson dos Santos Ivo

Orientador: Cap PM Anderson Simas de Oliveira

RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica focada em publicações de Especialistas em Polícia Comunitária, Uso de Drogas, Imagem Institucional e na Coletânea do Instrutor do Programa Educacional de Resistência as Drogas (PROERD). É baseado em uma pesquisa de campo onde se levanta a percepção dos pais de alunos do PROERD sobre a imagem que eles tinham dos policiais militares e da instituição Polícia Militar do Espírito Santo, antes e depois da aplicação do programa a seus filhos. Nesta pesquisa de campo foram entrevistados cerca de 100 (cem) pais através de um questionário distribuídos aos alunos que tiveram o PROERD no ano de 2010 na cidade de Guaçuí/ES, pesquisa esta realizada pelo próprio autor acompanhado de um instrutor do programa. Na era atual entidades que não se preocupam com a sua imagem e reputação estão correndo sério risco de desaparecer e serem substituídas por outras mais eficientes e eficazes. Neste contexto a Instituição Polícia Militar poderá utilizar o PROERD como uma política institucional focada na melhoria de sua imagem, sendo desenvolvido, ampliado e aplicado em todo território capixaba, na busca de melhorar não só sua imagem enquanto instituição, mas contribuir para a construção de uma sociedade longe da mazela do século e com mais qualidade de vida.

Palavras-Chave: Polícia Militar. Drogas. PROERD. Imagem Institucional.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA): instrumento suficiente para mensuração de impactos na segurança pública de grandes empreendimentos no municípios de Anchieta/ES

Autor: Cap PM Wanderson Machado Luchi

Orientador: Maj PM Francisco José Silva Gomes

RESUMO

Investiga se o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é suficiente ou possui mecanismos adequados para diagnosticar os impactos afetos a segurança pública decorrentes de grandes empreendimentos. Para alcançar o desiderato proposto, delimita-se, territorialmente, o município de Anchieta/ES, tendo em vista o incremento por qual passa sua economia e pelo fato de estar recebendo empreendimentos que necessitam do Estudo de Impacto Ambiental para a instalação e funcionamento de suas atividades. A partir de uma construção teórica sobre a dinâmica dos empreendimentos e suas implicações sociais, desenvolvimento sustentável e segurança pública, EIA e construção de diagnóstico, avalia-se os índices criminais do município de Anchieta e os EIA de cinco empreendimentos. Ao final, tecemos algumas considerações para o aperfeiçoamento da metodologia do EIA no que concerne ao diagnóstico dos impactos na segurança pública provenientes de empreendimentos de grande porte.

Palavra-Chave: Grandes empreendimentos. Estudo de Impacto Ambiental. Diagnóstico. Impactos na Segurança Pública.

O PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO NA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

Autora: Cap PM Márcia Sizenando Soares Andrade

Orientador: Prof. Ms. Jairo Tadeu Guerra

RESUMO

Analisa o Programa de Atendimento Psicológico (PRAPSI) da Polícia Militar do Espírito Santo aos policiais militares que atuam no serviço operacional da Corporação, como forma de prevenir doenças advindas do estresse profissional e seus reflexos na vida particular dos servidores. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e tem por finalidade conhecer o PRAPSI e responder a seguinte questão: o PRAPSI, da forma como se encontra, tem propiciado o cuidado com a saúde mental do policial militar? Para avaliar essa questão, alguns objetivos específicos foram levantados, sendo eles: os efeitos do estresse no ser humano e as doenças que dele decorre; a necessidade do fortalecimento do PRAPSI, uma avaliação do programa nos dias atuais e quais as necessidades para seu bom funcionamento. O trabalho foi dividido em sete capítulos, abordando o contexto socioeconômico em que atua a Polícia Militar, sua missão constitucional, o estresse ao qual é submetido o policial militar em seu cotidiano e seus efeitos, tanto no mundo profissional, quanto em sua vida particular. Conclui-se que o não cumprimento da Lei 6.130/2000, que determina que todo o policial envolvido em ocorrência com evento morte seja encaminhado a avaliação psicológica, aliado à falta de estrutura, tanto física, quanto de profissionais, foi determinante para que o programa não funcione nos moldes em que foi proposto inicialmente.

Palavras-chave: PRAPSI. Lei Estadual 6.130/2000. Policiais Militares. Estresse.

AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO SEDENTARISMO NA VIDA DO POLICIAL MILITAR: um estudo de caso com o contingente do Batalhão de Polícia de Trânsito - BPTran

Autora: Cap PM Marinete Félix Cordeiro

Orientador: Prof. Msc. Pablo Silva Lira

RESUMO

O sedentarismo vem sendo considerado uma das principais doenças do milênio e os avanços tecnológicos de nossa época têm contribuído para o seu crescimento. Estudos científicos mostram os tipos de doenças que podem ser desenvolvidas graças ao sedentarismo e os benefícios que a atividade física regular pode trazer aos indivíduos considerados ativos. Este trabalho visa analisar o índice de militares sedentários e as principais causas do sedentarismo no efetivo do Batalhão de Polícia de Trânsito – BPTran, bem como as consequências que uma vida sedentária ou pouco ativa possa trazer para a saúde do militar. Assim, busca-se diagnosticar os hábitos relacionados à prática de alguma atividade física por parte dos militares entrevistados e a realidade quanto aos recursos humanos e materiais que as Unidades da Polícia Militar dispõem, apresentando ao final do trabalho, sugestões direcionadas a ampliar a quantidade de recursos humanos e materiais para que seja possível, no futuro, a elaboração de uma proposta de implantação de um programa de atividade física regular que venha a atender a todo efetivo da PMES.

Palavras chaves: Índice de sedentarismo. Doenças Desenvolvidas. Programa de Atividade Física.

SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: uma análise do artigo 144 da Carta Magna de 1988

Autor: Cap PM Rogério Candeia da Silva

Orientador: Cel PM RR José Nivaldo Campos Vieira

RESUMO:

A pesquisa desenvolveu-se em torno da análise do paradigma do “Sistema de Segurança Pública” no âmbito da Constituição Federal de 1988, a fim de avaliar se o aludido sistema proposto pelo legislador constituinte tem consonância hodierna com os demais dispositivos da Carta Magna, haja vista terem se passados mais de 22 anos de promulgação da Lei Maior, não havendo, neste lapso de tempo, quaisquer mudanças significativas no ordenamento constitucional da segurança pública. As evidências indicam que o Poder Público não tem demonstrado estar articulado para o “enfrentamento” da problemática na área da segurança pública no país, resultando-se em notórias políticas descontínuas e desagregadas nos níveis de governo federal, estadual e municipal. A pesquisa buscou traçar um panorama entre o aludido sistema, positivado através do artigo 144 da Constituição, no seu conjunto estrutural, contextualizando inclusive o direcionamento que o legislador constituinte de 1988 deu para a esfera policial, especificamente à Polícia Militar no âmbito da preservação da ordem pública. Assim, estruturaram-se os capítulos da pesquisa buscando abordar o tema num viés descritivo, transversal, dedutivo e imparcial, com objetivos claros na busca da reportada análise em torno da potencial concorrência do paradigma instituído pelo artigo 144 da Constituição Federal de 1988 para a ausência ou a ineficácia da integração das ações estatais na área da segurança pública, almejando-se ainda, num plano mais específico, uma melhor compreensão do dever legal atribuído à Polícia Militar no contexto da Lei Maior.

Palavras-chave: Estado. Constituição. Ordem Pública. Segurança Pública. Sistema. Polícia. Polícia Militar.

USO DIFERENCIADO DA FORÇA E EMPREGO DE CÃES POLICIAIS COMO TÉCNICA NÃO-LETAL

Autor: Cap PM Marsuel Botelho Riani

Orientador: Prof Ms. Pablo Silva Lira

RESUMO

Trata-se de estudo exploratório, baseado em levantamentos bibliográficos e documentais sobre o emprego de cães na Polícia Militar do Espírito Santo (PMES). Discute a forma como o uso da força é tratado em algumas normas legais nacionais e internacionais. Analisa o emprego de cães policiais enquanto nível de uso da força durante os mais diversos tipos de ocorrências policiais, em especial durante o policiamento ordinário e as chamadas operações de choque. Verifica se esse emprego obedece a normas técnicas específicas para a atividade, se pode ser enquadrado como uma técnica não-letal e se atende à legislação internacional de Direitos Humanos. Apresenta um breve relato histórico do emprego de cães para a atividade policial. Fundamenta as suas observações e conclusões em livros e estudos acadêmicos sobre o emprego de cães, uso de força pela polícia e direito penal. Utiliza também, para a fundamentação, opiniões de especialistas, colhidas por meio de entrevistas e questionário. Observa o modo como atuam outras unidades policiais que empregam cães, em outros Estados e países. Apresenta o modo de atuação da Companhia de Operações com Cães (Cia Op Cães) do Batalhão de Missões Especiais (BME) no policiamento ordinário e nas operações de choque. Propõe novas formas de emprego para a Cia Op Cães. Contribui para aprimorar o serviço prestado por essa subunidade operacional.

Palavras-chave: Atuação Policial. Encarregados de Aplicação da Lei. Direitos Humanos. Cães Policiais. Uso Diferenciado da Força. Técnicas Não-Letais.

IMPACTO DOS TERRITÓRIOS DE PAZ NA REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS: o caso da grande Vitória

Autor: Cap PM Marcos Tadeu Pimentel

Orientador: Ten Cel PM Jailson Miranda

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre os impactos nos índices de homicídios nas regiões da Grande Vitória onde foi implantado o projeto Território de Paz do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) que integra políticas de segurança pública com ações sociais. O presente estudo fará uma análise do impacto nos índices criminais, com foco nos índices de homicídios, nas regiões da Grande Vitória, após o início do projeto de reestruturação da Polícia Interativa e das ações sociais executadas pelo programa nas áreas contempladas e tem como objetivo verificar se houve mudança nos índices de homicídios nas regiões beneficiadas. Esse projeto visa a articulação em nível policial e social, em bairros vulneráveis, ou seja, a implantação de ações de segurança pública aliada a ações sociais de caráter preventivo. Dessa forma será feita uma abordagem sobre o Projeto Território de Paz, suas ações e como se deu sua implementação no Estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Território de Paz. Criminalidade. Comunidade. Polícia Comunitária.



**Artigos Publicados
nas Edições Anteriores
da Revista Preleção**



Edição nº 09 – Abril/2011

- **O gerencialismo e seus desdobramentos na burocracia pública estadual:** a experiência Pró-Gestão na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo - Antônio Marcos de Souza Reis
- **Território de Paz:** a reestruturação do policiamento interativo e a redução de crimes de homicídio na Região da Grande Terra Vermelha como política pública de segurança - Bruno Cardoso Portela.
- **A influência do modelo de gestão de polícia comunitária na democratização da Polícia Militar do Espírito Santo, na cidade de Vitória, entre 1994 a 2006** - Gelson Lozer Pimentel / Ricardo Roberto Behr
- **Industrialização, urbanização e os impactos negativos:** a violência urbana no município da Serra no Estado do Espírito Santo, Brasil (2005-2008) - Márcia Barros Ferreira Rodrigues / Leonardo Marchezi dos Reis.
- **Atestado médico:** problema ou solução institucional - Eduardo Rosetti.

Edição nº 10 – Agosto/2011

- **O gerenciamento de crises policiais em ocorrências envolvendo tentativas de suicídio – uma definição de papéis** - Pablo Angely Marques Coimbra
- **Análise da constitucionalidade do sistema de remuneração por subsídio implantado pelo governo do Estado do Espírito Santo** - Robledo Moraes Peres
- **Uso de algemas na PMES e no Batalhão de Missões Especiais** - Marcelo Vieira Hollanda
- **O direito que se ensina fardado:** aproximações com o ensino jurídico superior e suas novas tendências - Chandler Galvam Lube
- **O uso de drogas psicoativas por militares e a interpretação e aplicação do código penal militar** - Eduardo Veronese da Silva

Orientações para publicação de artigo científico na Revista Preleção

Para a publicação dos artigos científicos na Revista Preleção PMES, devem ser observadas as seguintes condições:

- Os artigos deverão versar sobre assuntos ligados à atividade de segurança pública, dentro do contexto da atividade policial e áreas afins;
- Os artigos não poderão exceder a 20 (vinte) laudas digitadas e deverão ser enviados em versão impressa, datada e assinada pelo autor, acompanhada de cópia salva em mídia, para o endereço de funcionamento da redação da revista na Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa – Quartel do Comando Geral da PMES, Av. Maruípe, 2111 – Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP: 29.048-463 - Tel/FAX: (27) 3636-8680;
- A cópia em mídia poderá ser substituída pelo envio de e-mail para o endereço revistaprelecao@pm.es.gov.br;
- Formatação do texto: WORD, papel A4, para margens, deixam-se 3 cm na margem superior e esquerda e 2 cm na margem inferior e direita, espaço simples e fonte ARIAL 12, utilizando a fonte ARIAL 10 para notas de rodapé e citações diretas com mais de 03 linhas, nos parágrafos usa-se o recuo de 1,5 cm sem espaçamento entre os parágrafos;
- O Conselho Editorial decidirá sobre a conveniência e a oportunidade de publicação dos artigos recebidos;
- Os artigos publicados expressarão a opinião dos seus autores e não necessariamente da Revista Preleção ou da Polícia Militar.

São elementos obrigatórios para composição do artigo:

1 TÍTULO DO ARTIGO

Deve delimitar o tema com precisão, não deve conter abreviaturas. Deve estar centralizado, utilizando letras minúsculas. Somente a letra inicial da 1ª palavra do título e a inicial de nomes próprios serão escritas com letra maiúscula. Utilizar destaque em negrito somente no título. Se houver subtítulo, deverá ser colocado após dois pontos, sem destaque em negrito, conforme exemplo a seguir:

Atuação policial: análise do uso de algemas na Polícia Militar do Espírito Santo

2 ASSUNTOS

Utiliza-se número sequencial sem ponto, letra maiúscula, destacado em negrito.

Ex.: **1 INTRODUÇÃO**
2 DESENVOLVIMENTO
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS
REFERÊNCIAS

3 SUBTÍTULOS DOS ASSUNTOS

Utiliza-se número sequencial, letra maiúscula, sem destaque em negrito.

Ex.: **1.1 HISTÓRICO**
1.2 JUSTIFICATIVA
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

c) Seção do subtítulo: Número sequencial, minúsculo, com destaque em negrito. Somente a letra inicial da 1ª palavra do título e a inicial de nomes próprios serão escritas com letra maiúscula.

Ex.: **1.1.1 A atuação policial militar no Brasil**
1.1.2 Uso progressivo da força

d) Alínea: é a subdivisão da seção de um subtítulo. Utiliza-se a letra sequencial minúscula com parêntese, sem destaque em negrito.

a) Uso de algemas

Resumindo:

1 INTRODUÇÃO
1.1 HISTÓRICO
1.1.1 A atuação policial no Brasil
a) Uso de algemas

2. Autor (es)

Nome completo, cargo, função, titulação acadêmica, e-mail de contato (Fonte Arial 10, sem destaque em negrito). Somente as letras iniciais do nome do autor são maiúsculas.

3. Resumo

Apresenta de forma sintética o conteúdo do artigo, destacando os pontos mais importantes, objetivos, metodologia científica utilizada, resultados obtidos e considerações finais. Deve conter um mínimo de 250 (duzentas e cinquenta) e o máximo de 500 (quinhentas) palavras. Deve conter verbos no tempo presente. Ex.: Trata de..., Analisa..., Expõe..., Investiga..., Propõe..., Perscruta. (Fonte Arial 12)

4. Palavras-chave

São necessárias para a indexação do artigo. São exigidas no mínimo 04 (quatro) e no máximo 07 (sete) palavras-chave, com iniciais em letras maiúsculas e separadas por ponto. (Fonte Arial 12)

5. Introdução

Apresentação e contextualização do tema, histórico, premissas, justificativa, problematização científica, hipótese estabelecida pelo autor (se houver), objetivos, indicação do marco teórico.

6. Desenvolvimento

É a parte do artigo onde serão desenvolvidos os argumentos científicos do (s) autor (es), a metodologia científica empregada, análise de dados (figuras, gráficos, tabelas, quadros) de sua pesquisa, indicando as citações diretas e indiretas (sistema autor-data), fontes de consulta, notas de rodapé. A fonte é citada abaixo, alinhada à esquerda (Tamanho 10).

As tabelas, figuras, gráficos, quadros, desenhos ou outro tipo de ilustração devem ser numerados e conter identificação e fonte.

Chamamos a atenção para o ato de plágio, que é apresentar um texto ou parte dele pertencente a outrem, sem citar a autoria original, apropriando-se indevidamente de expressões, ideias ou conclusões desenvolvidas, assumindo sua autoria. Essa prática é tipificada como crime de violação de direito autoral no Brasil e em vários países.

O autor, ao utilizar parte de uma obra intelectual na elaboração do artigo, deverá utilizar a citação (direta ou indireta) da fonte, referenciando o autor original e sua obra, seguindo as normas da ABNT.

Citação é a menção no texto do artigo das informações colhidas das fontes de pesquisa utilizadas, atribuindo-lhe a autoria original. Pode ser:

- Citação direta até 3 linhas: no corpo do texto entre aspas.
- Citação direta com mais de 3 linhas: recuo de 4 cm da margem esquerda, Fonte Arial 10 espaçamento simples, sem aspas.
- Citação Indireta: Refere-se a idéia de determinado autor não exatamente com as mesmas palavras.

Obs.: Notas de Rodapé - Fonte Arial 10 - espaçamento simples.

7. Considerações Finais

Apresenta os resultados obtidos encerrando o artigo, trazendo as conclusões, respondendo o problema de pesquisa e indicando propostas.

8. Referências

É a relação, em ordem alfabética, das obras efetivamente citadas no artigo, conforme normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

FONTE:

Universidade Federal do Espírito Santo. Biblioteca Central. Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos / Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Central. – Vitória, ES : A Biblioteca, 2006.

Universidade Federal do Espírito Santo. Biblioteca Central. Normalização de referências: NBR 6023:2002 / Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Central. – Vitória, ES : A Biblioteca, 2006

HINO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Música: Arthur Napoleão

Letra: Pessanha Póvoa

Data: 1894

Surge ao longe a estrela prometida
Que a luz sobre nós quer espalhar;
Quando ela ocultar-se no horizonte,
Há de o sol nossos feitos lumiar.

Nossos braços são fracos, que importa?
Temos fé, temos crença a faltar.
Suprem a falta de idade e de força
Peitos nobres, valentes, sem par

Salve o povo espírito-santense,
herdeiro de um passado glorioso,
Somos nós a falange do presente
Em busca de um futuro esperançoso.

Saudemos nossos pais e mestres,
A Pátria, que estremece de alegria,
Na hora em que seus filhos, reunidos,
Dão exemplo de amor e de harmonia.

Venham louros, coroas, venham flores
Ornar os troféus da mocidade.
Se as glórias do presente forem poucas,
Acenai para nós - Posteridade!